

CCI

Caminhando com o Itepa



Planejamento Pastoral

Ano XXXV, nº 123, Ago. 2018 ISSN: 1677-860X

Capa: Di Meister des Mausoleums der Galla Placidia in Ravenna - The Yorck Project (2002) 10.000 Meisterwerke der Malerei (DVD-ROM), distributed by DIRECTMEDIA Publishing GmbH. ISBN: 3936122202., Domínio Público, disponível em <<https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=155308>>.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação – CIP

C183

Caminhando com o Itepa , vol.1, n.1(1984-) / Instituto de Teologia e Pastoral. Passo Fundo: ITEPA, 1984 -v. Ano XXXV- n°123, Ago./2018. Quadrimestral.

ISSN:1677-860X

1.Teologia -Periódicos I. Instituto de Teologia e Pastoral-ITEPA

Catalogação na fonte: Bibliotecária Clarice Fonseca da Silva CRB 10/2141

©2018, CCI, Caminhando Com o Itepa

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra poderá ser reproduzida, arquivada em qualquer sistema ou transmitida, por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônicos, mecânico, fotocopiado por outra qualquer) sem a prévia permissão por escrito dos diretores da Revista Caminhando Com o Itepa.

Diretoria do Itepa

Ms. Pe. Ivanir Antônio Rodighero - Diretor Executivo

Ms. Selina Maria Dal Moro - Vice-Diretora Executiva

Dr. Pe. Clair Favreto - Administrador – Tesoureiro

Ms. Pe. Jair Carlesso - Secretário

Diretoria da Faculdade de Teologia e Ciências Humanas - Itepa Faculdades

Ms. Pe. Ivanir Antônio Rodighero - Diretor

Ana Lucia Alves de Oliveira - Secretária

Conselho Editorial

Dr. Dom Leomar Antônio Brustolin

Dr. Claudio Almir Dalbosco

Dr. Frei Luis Carlos Susin

Dr. Pe. Ivanir Rampon

Dr. Pe. Clair Favreto

Dr. Pe. Leo Konzen

Dr. Pe. José André da Costa

Ms. Pe. Jair Carlesso

Dra. Solange Maria Longhi

Coordenação da Revista

Ms. Selina Maria Dal Moro - Professora Referencial

Ms. Pe. Ari Antônio dos Reis - Professor Referencial

Felipe Fioravante Filippini - Representante dos Acadêmicos

Apoio técnico e Revisão

Dr. Pe. Clair Favreto

Ms. Selina Maria Dal Moro

Ms. Pe. Ivanir Antônio Rodighero

Ms. Pe. Ari Antônio dos Reis

Edimar Scopel - Diagramação

Secretariado Geral

Faculdade de Teologia e Ciências Humanas - Itepa Faculdades

Revista Caminhando Com o Itepa - CCI

Rua Senador Pinheiro, 350

Vila Rodrigues, Passo Fundo - RS - CEP: 99070-220

E-mail: revista@itepa.com.br

Site: www.itepa.com.br/revista-cci

Fone: (54) 3045 6272

SUMÁRIO

Editorial.....	7
Histórico do planejamento pastoral na Igreja do Brasil.....	13
<i>Pe. Ari Antonio dos Reis</i>	
Planejamento, plano e projeto, caminho da ação evangelizadora.....	37
<i>Pe. Jair Carlesso</i>	
A Importância das Diretrizes Gerais para a elaboração de planos de pastoral.....	57
<i>Pe. José Adalberto Vanzella</i>	
A Pastoral em chave cristológica-antropológica: evangelizar a partir dos cinco sentidos.....	73
<i>Pe. Rogério L. Zanini</i>	
Planejamento da Ação Evangelizadora em perspectiva metodológica: mobilizando os agentes e organizando as ações pedagógico-pastorais.....	103
<i>Elizeu de Lisbôa Moreira, Pe. Giovanni Momo e Me. Neri José Mezdri</i>	
Relacionamento, articulação e serviço: o desafio das pequenas comunidades eclesiais em tempos de globalização.....	147
<i>Dom Joel Portella Amado</i>	
Serviços, Ministérios e Planejamento Pastoral.....	173
<i>Dom Rodolfo Luiz Weber</i>	
Planejamento Pastoral para uma Igreja em saída missionária.....	191
<i>Pe. Sidnei Marco Dornelas, CS</i>	
Homilia para a Missa na qual inicia a Missão de Dom Silvío Guterres Dutra como Bispo de Vacaria.....	209
<i>Pe. Ivanir Antonio Rampon</i>	

EDITORIAL

Os tempos mudaram? Ou mudou o que é colocado no coração do tempo? Estão relativamente distantes os tempos em que o pai de família, o professor na escola, o padre na Igreja, o prefeito gozavam de posição privilegiada e dificilmente contestada. A tradição, transmitida oralmente, constituía-se forte alicerce sobre o qual as novas gerações erguiam as suas tendas e a partir dela traçavam seus itinerários de vida. Mesmo que tivessem que migrar para longe de suas terras, mantinham-se orientados pela tradição, sua bússola. O futuro ia, assim, se construindo no presente vivido a partir de um passado sólido. A ação de planejar as diversas dimensões da vida constituía-se, então, numa atividade de menor importância.

Nos tempos e espaços pós-modernos, altamente tecnificados, a bússola não faliu, mas se tornou obsoleta. O GPS ocupou o espaço e a função que lhe cabiam. Mergulhada em “tempos líquidos”, a humanidade vivencia profundas e piscantes transformações econômicas, sociais, éticas e tecnicoculturais. As luzes do passado, ofuscadas por uma baixa, densa e incerta neblina, formada por novos e fugazes princípios e concepções sobre Deus, homem, vida, não alcançam espaços mais vastos e deixam de iluminar os horizontes. Tal como numa longa viagem, é tempo de diminuir a velocidade, ligar os faróis para visualizar perspectivas ou seguir, balizados num roteiro previsto. Para clarear estes horizontes, a mudança de época exige uma espiritualidade encarnada com atenção redobrada sobre o modo de ver, pensar e agir.

Contraposto à liquidez pós-moderna, continua o chamamento para a vivência da sólida espiritualidade e da mística do discípulo missionário a caminho. Atônito e tentando responder a este compromisso Agenor Brighenti escreveu: “A pastoral dá o que pensar”¹. Parafraseando o seu pensamento se

1 Agenor BRIGHENTI. *A pastoral dá o que pensar*. São Paulo: Paulinas, 2017.

pode dizer que, para superar a inevitável tensão entre o traçado demarcado pelos objetivos da ação pastoral e a prática executora das metas, o planejamento pastoral “dá o que pensar”.

Face aos desafios evangélicos, eclesiais, aos clamores do povo empobrecido, somados aos que são postos pelas necessidades pastorais deste tempo de mudanças, a Itepa Faculdades vem acelerando, cautelosa e reflexivamente, seu caminhar. Além disso, vem reforçando o compromisso de subsidiar a abertura de novos caminhos para o andar missionário e pastoral que avança, traçando perspectivas para preencher os vazios de fé, usurpados pelas seduições desses tempos pós-modernos. A partir do diálogo com teólogos, pesquisadores e formadores, esta IES coloca nas mãos de seus leitores o número 123 da Revista *Caminhando com o Itepa* com reflexões que se agrupam em três enfoques sobre o Planejamento Pastoral 1 - O lastro histórico do planejamento pastoral; 2 - Concepções didático-pedagógicas de planejamento, plano e projeto; 3 - O planejamento pastoral e a ação evangelizadora.

Com o título *Histórico do planejamento pastoral na Igreja do Brasil* o Pe. Ari Antonio dos Reis revisita a história do processo de planejamento da ação evangelizadora no Brasil construído em resposta às interrogações oriundas dos diferentes contextos históricos. Toma como ponto de partida a forma como Jesus, o Filho de Deus encarnado, assumiu a missão na Palestina tendo em vista o Reino de Deus. Em continuidade, aborda a ação evangelizadora da Igreja primitiva após o mandado recebido do Ressuscitado. Em uma terceira parte retoma a trajetória do planejamento pastoral no Brasil, tendo como ponto de partida o período pós-proclamação da República, quando se deu a separação da Igreja com o Estado, até os dias atuais.

Com o objetivo de clarificar conceitos e suas respectivas abrangências, o Pe. Jair Carlesso com o tema: *Planejamento, plano, projeto, caminho da ação evangelizadora* reflete sobre a

relação entre planejamento, plano e projeto da ação evangelizadora. O pesquisador pergunta se seria possível distinguir estes conceitos. Em sua reflexão, Carlesso recoloca o sentido de planejamento, compreendendo-o como um ato relacionado à natureza da ação. A Igreja, fundada por Jesus Cristo, tem uma identidade e uma missão a ser exercida numa realidade concreta. Evangelizar constitui, de fato, a graça e a vocação própria da Igreja, a sua mais profunda identidade. Ela existe para evangelizar. A partir de sua identidade e missão, procura distinguir os conceitos, ressaltando o planejamento como um processo contínuo, o plano como a efetivação do planejamento para um determinado tempo e lugar e o projeto como uma ação específica do plano.

O Pe. José Adalberto Vanzella reúne, sob o título *A importância das diretrizes gerais para a elaboração de planos de pastoral*, as reflexões da CNBB, desde as suas origens. Afirma que desde seus primórdios esta entidade procura realizar um trabalho de pastoral de conjunto que responda às necessidades da evangelização no Brasil e aos apelos da realidade. A principal ferramenta elaborada pela CNBB para esse trabalho são as Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil, que devem ser a pedra de toque no processo de planejamento de todas as Igrejas Particulares no Brasil, assim como das pastorais. Por isso, as Diretrizes Gerais devem ser o elemento fundamental do Referencial Teórico em todos os trabalhos de planejamento pastoral.

Sob o título *A pastoral em chave cristológico-antropológica. Evangelizar a partir dos cinco sentidos*, o Pe. Rogério L. Zanini aborda o tema da ação evangelizadora, missão da Igreja. O autor considera que hoje com as mudanças rápidas e profundas em todos os níveis da sociedade a fé, conseqüentemente sofre abalos e precisa se solidificar dentro deste ‘mar’ revolto. O desafio que urge é, nas palavras de Francisco: “responder adequadamente à

sede de Deus de muitas pessoas, para que não tenham de ir apagá-la com propostas alienantes ou com um Jesus Cristo sem carne e sem compromisso com o outro” (EG 89).

Com o texto *Planejamento da ação evangelizadora em perspectiva metodológica*, o Prof Neri José Mezdri, secundado pelo Pe. Giovanni Momo da Diocese de Erechim e pelo Acadêmico do Bacharelado em Teologia Elizeu de Lisboa Moreira, afirma que planejar é ordenar forças e recursos que se têm a disposição. É partir de um ponto e chegar a outro. O caminho a ser percorrido, especialmente, “como” percorrê-lo, explicita a orientação metodológica do planejamento. A organização das forças implica avaliar as próprias e conjugá-las com as outras disponíveis. O espírito do planejamento abarca uma cumplicidade formativa, em sentido integral. A instrução caminha noutra direção e implica outra relação. A decisão pessoal livre e a vigilância coletiva são condições fundamentais para esta formação alargada. O planejamento pastoral participativo tem a mesma raiz, enquanto desencadeador de processos formativos mobilizadores de agentes e organizador de metas e estratégias que visam à eficiência da ação evangelizadora.

Para Dom Joel Portella Amado *Paira um grande desafio para as pequenas comunidades eclesiais em tempos de globalização*. Estas, segundo o insigne Prelado, fazem parte do conjunto de indicações pastorais da Igreja na América Latina e Caribe há décadas. No Brasil, estas pequenas comunidades são consideradas urgências da ação evangelizadora. Sua implantação corresponde ao atual momento da história humana, em que emergem novas formas de territorialidade. Por exigirem o que o Documento de Aparecida denomina como *conversão pastoral*, as pequenas comunidades eclesiais não podem ser implantadas de forma automática ou discricionária. É necessário compreender como acontecem as relações entre as

pessoas e os espaços para, só então, num processo geralmente mais lento do que se espera, trabalhar missionariamente no sentido de catalisar o surgimento de pequenas comunidades territoriais ou ambientais.

O título *Serviços, Ministérios e Planejamento Pastoral*, sintetiza a reflexão de Dom Rodolfo Luiz Weber, Arcebispo de Passo Fundo. Segundo Dom Rodolfo, a eclesiologia do Concílio Ecumênico Vaticano II, para se tornar institucional, requer serviços, ministérios e planejamento pastoral. Pois é uma eclesiologia de comunhão e participação. Necessita constantemente ser atualizada e revisitada. É um processo envolvente e faz dos membros vivos da Igreja, sujeitos eclesiais. Uma multiplicidade de dons, carismas, serviços, atuando de forma orgânica, em vista do bem de todos, são necessários para a realização da missão da própria Igreja.

O Pe. Sidnei Marco Dornelas, CS, contribui nesse processo reflexivo com o título *Planejamento pastoral para uma igreja em saída missionária*. Nesse artigo procura fazer uma reflexão sobre o planejamento pastoral participativo a partir das intuições presentes na *Evangelii Gaudium* e em vista de uma Igreja em saída missionária. O texto parte de uma contextualização da realidade, do planejamento pastoral no momento atual, para desenvolver suas reflexões e terminar com algumas considerações a partir da realidade concreta dos migrantes.

Neste ano de 2018 Dom Silvio Guterres Dutra iniciou sua missão episcopal na Diocese de Vacaria, sufragânea da Arquidiocese de Passo Fundo. A Comunidade da Itepa Faculdades, professores, acadêmicos e funcionários, congratulam-se com a Comunidade Católica Vacariense. Agradecemos a valiosa contribuição de Dom Irineu Gassen e pedimos a Deus que o acompanhe em sua jornada pastoral.

Em homenagem a Dom Silvio e, ao mesmo tempo, colocando-se a serviço de sua Diocese, a Itepa Faculdades anexa

ao conjunto dos textos que integram este número da CCI, a homilia proferida pelo Pe. Ivanir Antonio Rampon na solenidade de posse do novel Bispo, no dia cinco de agosto de 2018.

HISTÓRICO DO PLANEJAMENTO PASTORAL NA IGREJA DO BRASIL

*Pe. Ari Antonio dos Reis**

Resumo: Neste texto configura-se como uma leitura histórica do processo de planejamento da ação evangelizadora no Brasil em resposta às diferentes interrogações oriundas dos contextos históricos. O ponto de partida será a forma como Jesus, o Filho de Deus encarnado, assumiu a missão na Palestina tendo em vista o Reino de Deus. Pergunta-se pelos elementos de organização perceptíveis na atividade do Nazareno. Em seguida será abordada a ação evangelizadora da Igreja primitiva após o mandado recebido do Ressuscitado. Em uma terceira parte abordaremos a trajetória do planejamento pastoral no Brasil, tendo como ponto de partida o período pós proclamação da República, quando se deu a separação da Igreja com o Estado, até os dias atuais. Vê-se que há uma trajetória quase secular de planejamento pastoral na Igreja no Brasil. Que este resgate histórico ajude a vislumbrar outros caminhos quanto à necessidade da organização para evangelizar.

Palavras-chave: planejamento. pastoral. Igreja. missão. diretrizes.

Introdução

A Igreja no Brasil segue sua trajetória histórica com a missão de evangelizar, compromisso que está na sua origem e identidade. A evangelização para ser eficaz sugere a leitura da realidade para que o anúncio de Jesus seja minimamente dialogante com a vida das pessoas em cada tempo e as motive a acolher a Boa Nova de Jesus. A leitura da realidade é uma dimensão de algo mais amplo e necessário, o planejamento da ação evangelizadora. Esta questão ainda não é consenso nos diferentes segmentos da Igreja. Porém, diante de um contexto

* Presbítero da Arquidiocese de Passo Fundo, mestre em Teologia Pastoral, professor da Itepa Faculdades nas disciplinas de Metodologia e Prática Pastoral e Revelação.

de vida cada vez mais complexo, o planejamento da ação é exigência fundamental para se efetivar com seriedade o mandato deixado por Jesus.

O texto que segue vai apresentar uma leitura histórica do processo de planejamento da ação evangelizadora no Brasil em resposta às diferentes interrogações oriundas dos contextos históricos. O ponto de partida será a forma como Jesus, o Filho de Deus encarnado, assumiu a missão na Palestina tendo em vista o Reino de Deus. Pergunta-se pelos elementos de organização perceptíveis na atividade do Nazareno. Em seguida será abordada a ação evangelizadora da Igreja primitiva após o mandado recebido do Ressuscitado. Em uma terceira parte abordaremos a trajetória do planejamento pastoral no Brasil, tendo como ponto de partida o período pós proclamação da República, quando se deu a separação da Igreja com o Estado, até os dias atuais. Vê-se que há uma trajetória quase secular de planejamento pastoral na Igreja no Brasil. Que este resgate histórico ajude a vislumbrar outros caminhos quanto à necessidade da organização para evangelizar.

1 A missão de Jesus como cumprimento da ordem do Pai

A encarnação de Jesus na história da humanidade (Jo 1,1s) deu-se em um momento particular da Palestina. Em termos de geopolítica era dominada pelo Império Romano. Os partidos locais tinham dificuldades em fazer frente ao poder romano e muitos faziam alianças veladas com os dominantes. As tantas resistências surgidas no meio popular, ao domínio romano, eram tratadas com extrema violência. Algumas províncias tinham certa autonomia política e econômica, mas com governantes corruptos e sanguinários. Economicamente o povo vivia da agricultura rudimentar, trabalho artesanal e pequenas atividades comerciais. Os impostos cobrados pelo Império empobreciam cada vez mais o povo sobretudo os que dependiam

da agricultura. Havia uma tradição religiosa, fruto do novo judaísmo, com forte acento legalista dificultando em muito a vida das pessoas.

Jesus era filho de um carpinteiro chamado José. Criou-se em Nazaré¹, na Galileia, região vista pelo povo de Jerusalém com preconceito como explicitou Natanael (Jo 1,46). Os Galileus eram chamados de povo ignorante, ou povo da terra, com uma forma de vida diferenciada em relação à Judeia. Contudo era o lugar de confrontação aos desmandos religiosos, econômicos e políticos de Jerusalém, explicitados sobretudo na resistência ao sistema legal e religioso da época.

Neste contexto o Filho de Deus se apresentou para as pessoas do seu tempo, afirmando que o tempo havia se cumprido; o Reino estava próximo; que deveriam se converter e acreditar no evangelho (Mc 1,15).

Um primeiro destaque da vida e missão de Jesus foi a opção por um tipo de caminho. Logo no começo os evangelistas descrevem as tentações (Mt 4,3-11; Lc 4,1-13; Mc 1,12-13). Era a possibilidade de outro caminho na missão senão aquele que foi assumido junto ao Pai (Jo 8,18). Os textos sobre as tentações revelaram uma opção explícita por Jesus, delineada na fidelidade Aquele que o enviou e não a outros projetos aparentemente mais fáceis. Esta opção foi sendo questionada pelos discípulos e pela multidão; e reafirmada ao longo da vida de Jesus.

O segundo passo na caminhada de Jesus foi a escolha do discipulado. O projeto não foi assumido sozinho. Jesus chamou um grupo para estar com ele (Mc 1,16-20; Mt 4, 18-22; Lc 5,1-11). O longo do caminho foi orientando e formando para que compreendessem o sentido da missão (Mc 8,33-37). Dedicava

1 Aldeia pequena e desconhecida, de apenas duzentos a quatrocentos habitantes. Nunca aparece mencionada nos livros sagrados do povo judeu, nem sequer na lista de povoados da tribo de Zabulon. cf. José Antonio PAGOLA. *Jesus, aproximação histórica*. Petrópolis: Vozes, 2010, p.62.

um bom tempo para a orientação do grupo (Mt 13,36-51).

Em vários textos aparecem situações que revelam o objetivo primeiro da vida e missão de Jesus, tendo como horizonte o Reino de Deus. Lembramos alguns:

1) Eu vim para que todos tenham vida e vida em abundância (Jo 10,10);

2) Eu sou a luz do mundo. Quem me segue não andarás nas trevas (Jo 8,12);

3) Revelar o rosto misericordioso do Pai (Lc 15,1ss; Mt 9,13);

4) Anúncio do Reino e a libertação das pessoas (Mc 1,38-39; Mc 5,1ss);

5) Partilha como princípio de outra forma de relação econômica (Mc 8,1-9);

6) Solidariedade com os pequenos (Mt 11,25ss);

7) Fazer o bem a todas as pessoas (Lc 3,38-41);

8) Explicitação concreta da necessidade do amor (Lc 10,25-37);

9) Enfrentamento da Cruz em nome da proposta do Pai (Mc 8,34-38).

A partir da opção e da escolha da equipe de discípulos formados no caminho, a missão de Jesus foi acontecendo e também gerando tensões e incompreensões de parte dos fariseus (Mt 19,3ss; Mt 23,13-36); da família (Mc 3,21); do grupo de discípulos, dos seus contemporâneos (Mc 6,1-6) e da população que se dispôs a estar com Ele.

São alguns indicativos por onde se encaminhava a missão de Jesus. Quem eram os seus interlocutores, também seus adversários. Nesta missão Jesus tinha clara noção do que tinha que fazer, pois conhecia profundamente a realidade do seu tempo (Mt 4,23-25). A sua itinerância era uma forma de

explicitar a missão acordada com o Pai através do ensino, pregação e cura, devolvendo uma vida digna e feliz para aqueles homens e mulheres que estavam sendo postos à margem pelo sistema social, religioso e econômico do seu tempo.

Jesus partiu de uma opção explícita; contou com um grupo ao qual formou; enfrentou com firmeza as resistências próximas e distantes; sabiam que eram seus adversários. Esta coerência de vida e de caminhar permitiu que o projeto acontecesse e fosse continuado pelos discípulos (Mt 28,16ss) após o enfrentamento da cruz e Ressurreição. O propósito de Jesus foi tão explícito que os seus discípulos tiveram condições de dar continuidade. A clareza da missão que havia em Jesus se apresenta como desafio para a Igreja no compromisso de anunciar Ele para as pessoas. E neste caminho precisaram fazer algumas escolhas das quais destacamos o cuidado com os pobres e necessitados (At 6,1-6); amplitude da missão para os diferentes povos e culturas (At 15, 22-29); a centralidade na oração, escuta da Palavra e na Eucaristia. (At 2,42-47), isto em fidelidade ao Cristo crucificado-ressuscitado (At 2,37-41).

2 A Igreja e a tarefa de continuar a missão de Jesus: organizar para evangelizar

São várias as referências bíblicas que sugerem o nascimento da Igreja. Recordar-se aqui a responsabilidade passada a Pedro (Mt 16,18-19); o envio da comunidade dos discípulos para a missão logo após a crucificação-ressurreição (Jo 20,19-23); o envio para a missão a partir da Galileia, mesmo que alguns ainda duvidassem da ressurreição (Mt 28,16-20); a manifestação do Espírito Santo à comunidade, fato que impulsiona a tarefa missionária (At 2,1-12).

A Igreja nasce a partir de Jesus e, em seu nome, se coloca no caminho da evangelização inspirada pelo Espírito Santo. Segundo o Constituição Conciliar *Lumen Gentium* o mistério

da Igreja manifesta-se na sua fundação. Pois o Senhor Jesus iniciou sua Igreja pregando a Boa-nova, isto é, o advento do Reino de Deus prometido nas escrituras havia séculos². A fidelidade ao Reino permite que a Igreja se coloque como servidora de algo muito maior do que ela mesma, o Reino desejado e anunciado por Jesus. No momento em que perder a dimensão do Reino como horizonte, a Igreja pode perder também o seu sentido histórico e de mistério. Deixará de ser a Igreja de Cristo. Por isso, a necessidade de, ao longo da história, assumir este desafio sempre o atualizando, tarefa nem sempre muito fácil.

Uma das formas da Igreja manter a fidelidade ao Reino anunciado por Jesus, via serviço à humanidade e organizar-se para evangelizar, para a missão de anúncio do Reino de Deus. Além da estrutura ministerial faz-se necessário pensar o jeito de como se faz o processo evangelizador. Aqui vai transparecendo o desafio de pensar um plano de evangelização, planejar a missão. No Brasil este desafio foi assumido de formas diferenciadas ao longo da história. E o que trata o restante deste texto.

Nem sempre a Igreja viveu esta proximidade com a proposta de Jesus. Os próprios evangelhos foram escritos na perspectiva de ajudarem as comunidades a viverem esta fidelidade. As cartas paulinas e as cartas católicas também tinha esta perspectiva. Por vezes, foi necessário o enfrentamento das crises internas e a humildade de acolher o sopro do Espírito no sentido de permanecer organizada para evangelizar.

3 Plano de Pastoral Coletiva

Este plano surgiu como reação do Episcopado brasileiro ao processo de separação da Igreja e do Estado. Desde o final do século XIX havia preocupação da Igreja com a articulação da

2 Cf. LG, 2.

ação evangelizadora no Brasil, um país de dimensões continentais e com poucas dioceses e paróquias. Durante o regime do padroado a Igreja ficara sob a tutela do Estado. A separação seria a oportunidade de um novo caminhar, uma redefinição de suas posições tanto em âmbito interno como nas relações com a sociedade.

Nestes tempos surgem personagens que pela ação e visão ampla contribuem nas articulações. Dom Macedo Costa, nomeado arcebispo da Bahia e primaz do Brasil, assumiu a liderança do episcopado na perspectiva de articulação pastoral e também a posição da Igreja frente ao Estado Republicano³.

A Proclamação da República, com a conseqüente separação Igreja/Estado, e o desafio de uma nova estruturação da Igreja, acelerou o diálogo que deveria ser mais institucionalizado, proposta tratada em Roma durante Concílio Plenário da América Latina, como afirma Raimundo Caramuru de Barros:

Ao término do concílio da América Latina, em Roma no ano não de 1899, os bispos brasileiros participantes do evento expressaram a Leão XIII a conveniência de realizar uma assembleia análoga mas específica, congregando todo o episcopado brasileiro. O papa sugeriu-lhes que os metropolitanos começassem a reunir seus bispos sufragâneos em conferências provinciais com o objetivo de encontrar soluções para as questões mais urgentes e preparar material de base para um futuro Concílio Nacional⁴.

A multiplicação do número de dioceses e paróquias, fenômeno do início do século XX, estava dando um novo fôlego para o trabalho da Igreja e permitiu que o conselho do

3 Cf. José Oscar BEOZZO. Igreja no Brasil: planejamento pastoral em questão. In: *REB*, vol. 42, fasc. 167, p.565-505.

4 Raimundo Caramuru de BARROS. Gênese e consolidação da CNBB no contexto de uma Igreja em plena renovação. In: Instituto Nacional de Pastoral (org). *Presença Pública da Igreja no Brasil: jubileu de ouro da CNBB*. São Paulo: Paulinas, 2003, p.13-69.

Papa Leão XIII fosse acolhido. Ali estava um caminho de diálogo e proximidade do episcopado brasileiro, tendo como figura agregadora o arcebispo, sendo esta articulação sustentada pela Santa Sé. Esta forma de articulação se fortaleceu como instância de diálogo e organização pastoral, contudo mais com acento romanizado⁵ do que com o jeito brasileiro de levar para a frente a evangelização.

O Brasil, no início do século, XX tinha duas Províncias Eclesiásticas: a setentrional com sede na Bahia, abrangendo as dioceses do norte e nordeste; a Meridional com sede no Rio de Janeiro, congregando todas as dioceses do sul. Eram espaços de diálogo de reflexão sobre a missão da Igreja no Brasil apesar das distâncias entre as dioceses.

A articulação por Províncias Eclesiásticas gerou um primeiro resultado visível que foi o texto de Pastoral Coletiva, elaborado pelos bispos do sul depois de cinco conferências e adotado pelos bispos do norte e nordeste. Este texto tinha como objetivo embasar as reflexões de um futuro Concílio Plenário Brasileiro.

Até então, pelas condições da Igreja, o pensar a evangelização era missão dos bispos e presbíteros, com tarefas bem específicas. As referências conciliares ainda eram os Concílios de Trento e o Vaticano I com tímidas iniciativas quanto à participação dos leigos na obra evangelizadora e o diálogo com a sociedade. Neste tempo o Brasil passou pela Revolução de 1930. Segundo Beozzo:

A revolução de 1930 traz à cena novos atores sociais, classes médias urbanas, a jovem oficialidade do estamento militar, a emergente classe operária, a oligarquia de Estados até então marginalizados do centro do poder monopolizado pela oligarquia

5 Cf. Manoel José de GODOY. A CNBB e o processo de evangelização do Brasil. In: Instituto Nacional de Pastoral (org). *Presença Pública da Igreja no Brasil: jubileu de ouro da CNBB*. São Paulo: Paulinas, 2003, p.387-405.

cafeeira de São Paulo e Minas Gerais...⁶

Foi também uma oportunidade para a Igreja se colocar como influenciadora na sociedade, relação outrora combatida por um modelo de orientação governista anticlerical. Aqui foi de grande contribuição as intuições do Cardeal Sebastião Leme, na época arcebispo do Rio Janeiro, que permitiu amplitude do diálogo com o Estado e, internamente, certa distensão na abertura à colaboração dos leigos e leigas, contudo muito mais como braço do clero, nos moldes da ação católica pensada por Pio XI do que com autonomia e poder de decisão e ação.

Mais tarde a própria ação católica assumiu outra configuração, muito mais significativa na evangelização e formação do laicato. Seguiu a proposta de Joseph Cardijn⁷ ramificada em diferentes segmentos da juventude, em alternativa ao modelo italiano de ação católica, seguindo o princípio de uma Igreja organizada a partir do laicato e dialogando com os problemas dos diferentes segmentos da sociedade. A metodologia da ação católica fundada no método ver, julgar e agir, influenciou mais tarde todo o projeto de evangelização da Igreja no Brasil. A influência da ação católica na ação pastoral foi significativa sobretudo por oportunizar a participação e formação dos leigos e leigas na missão da Igreja sendo acompanhada pelos assistentes espirituais, padre e religiosos que ia se formando e contribuindo na metodologia assumida.

O Concílio Plenário Brasileiro só se concretizou em 1939, sendo o texto gerador preparado por Roma e não em continuidade com o texto da Pastoral Coletiva de 1915, este mais preocupado com a da realidade brasileira e seus problemas pastorais. O alicerce do texto do Concílio Plenário no código

⁶ José Oscar BEOZZO. Igreja no Brasil: planejamento pastoral em questão. In: *REB*, vol. 42, fasc. 167, p. 565-505.

⁷ Cardeal de origem belga e idealizador da Ação Católica.

de Direito Canônico de 1917 provocou os bispos à uma alternativa: retomar o texto de Pastoral Coletiva de 1915 com correções, a partir do novo Código de Direito Canônico e do texto do próprio Concílio.

No ano de 1952, graças ao esforço de Dom Helder Câmara, na época bispo auxiliar do Rio de Janeiro, foi fundada no Rio de Janeiro a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que teria, a partir de então, a tarefa de articulação do episcopado brasileiro sobretudo quanto à organização pastoral. Até a primeira metade do século XX esta tarefa estava a cargo dos arcebispos metropolitanos. Após a sua criação a CNBB assume este compromisso. Neste tempo o Brasil já contava com um número elevado de circunscrições eclesiais e bispos, o que demandava a preocupação de articulação maior no meio.

4 Plano de Emergência - 1962

Este plano de impulso à ação evangelizadora foi provocado pelo Papa João XXIII, preocupado com a realidade em toda a América Latina. Vejam que o referido Plano foi provocado antes do Concílio Vaticano II e visava uma melhor organização pastoral das dioceses dentro de um plano específico em vista do enfrentamento das novas situações, canalizando forças e iniciativas⁸. Havia uma grande preocupação com algumas situações da Europa as quais preocupavam o Papa quanto à uma possível influência na América Latina e Brasil: o naturalismo, teoria de Charles Darwin sobre a origem das espécies, o marxismo, teoria de Karl Marx, o protestantismo e o espiritismo kardecista⁹. Na geopolítica latino americana estava se consolidando a Revolução Cubana, de orientação socialista, e

8 José Oscar BEOZZO. *A Igreja do Brasil: de João XXIII a João Paulo II, de Medellín a Santo Domingo*, p.38.

9 Cf. Manoel José de GODOY. A CNBB e o processo de evangelização do Brasil. In: Instituto Nacional de Pastoral (org). *Presença Pública da Igreja no Brasil: jubileu de ouro da CNBB*. São Paulo: Paulinas, 2003, p.387-405.

com isso o temor de suas possíveis influências em outros países.

A proposta de João XXIII lançada em 1958 e retomada anos mais tarde, propunha: a) renovação do anúncio evangélico, da catequese, da pregação, do ensino católico, das missões populares e cursos de cultura católica; b) retomada da vida sacramental; c) reavivamento do apostolado dos sacerdotes, religiosos(as) e demais fiéis, chamados a reforçar a ação católica; d) redobrado trabalho vocacional e acolhimento da colaboração vinda de outras Igrejas; e) empenho no campo social, pois o Reino de Cristo é o Reino da justiça, de amor e de paz; f) apelo aos governantes para que resolvam os problemas de caráter civil, social e econômico e também apelo à Igreja, tendo presente a Doutrina Social; g) convocação dos fiéis para a ação no campo social¹⁰.

A partir da insistência do Papa João XXIII o Plano de Emergência foi elaborado pelo Secretariado da CNBB¹¹ durante o ano de 1961 e aprovado na V Assembleia Geral do Episcopado Brasileiro, em abril de 1962. Objetivava unificar a ação pastoral da Igreja no Brasil a partir de alguns eixos: 1) renovação das Paróquias; 2) Renovação do Ministério Sacerdotal; 3) Renovação dos Educandários Católicos; 4) Introdução à uma Pastoral de Conjunto.

A possibilidade de uma referência documental, preparada, refletida e articulada pelo episcopado, foi um grande alento na missão evangelizadora da Igreja no Brasil. Mesmo com a imensidão geográfica do país e suas marcantes e enriquecedoras diferenças culturais, havia algo que embasaria o trabalho pastoral. A reflexão e articulação da missão evangelizadora tinha um caminho proposto de forma ampla, embasado na força das

¹⁰ *Ibidem*, p.40.

¹¹ Por ocasião da elaboração e aprovação do Plano de Emergência já existia a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, criada em 1952 sediada primeiramente no Rio de Janeiro. Ao secretariado coube a responsabilidade de organizar o texto final do Plano a ser aprovado pelos bispos.

experiências regionais partilhadas e assumidas como força organizadora da Igreja. Outro dado significativo foi o reforço de um pensar a evangelização a partir da realidade brasileira. Segundo José Oscar Beozzo:

O Plano de Emergência permitiu ainda que a Igreja do Brasil procurasse um caminho próprio, deixando de lado a contínua importação de receitas da Europa. No plano, tomava-se por base a realidade do país no campo sócio-econômico-político e religioso, para depois propor soluções¹².

A força articuladora das lideranças eclesiais gestou um caminho de organização e pensamento de conjunto a partir da realidade, tendo como desafio a evangelização planejada e dialogante com as riquezas e dificuldades do povo brasileiro. Começou a superação da pastoral de fundo personalista e devocional para se assumir uma pastoral minimamente articulada, contudo ainda um tanto frágil quanto presença e protagonismo dos leigos e leigas. A concretização do Plano de Emergência foi confiada ao Movimento por um mundo melhor (MMM) fundado pelo Pe. Ricardo Lombardi SJ, em Roma com o apoio do então Papa Pio XII. O objetivo de dialogar com a sociedade moderna não impedia de uma orientação mais “intra eclesial”, diferente da proposta da ação católica, já explicitada anteriormente. Coube ao MMM a missão de formar pessoas para levar para frente o Plano de Emergência não sem certa tensão com os leigos ligados à ação católica que viam outras possibilidades para a ação pastoral da Igreja¹³.

No ano seguinte (1963) o Papa João XXIII propôs o Concílio Vaticano II, um evento com a disposição de repensar

12 José Oscar BEOZZO. *A Igreja do Brasil: de João XXII a João Paulo II, de Medellín a Santo Domingo*, p.41.

13 Sobre esta questão sugere-se a leitura a obra de José Oscar Beozzo citado neste artigo. José Oscar BEOZZO. *Igreja no Brasil: planejamento pastoral em questão*. In: *REB*, vol. 42, fasc. 167, p.565-505.

o papel da Igreja no mundo. As proposições do Vaticano II foram e ainda são paradigmáticas a tal ponto que para muitos foi um tanto difícil acolher as suas proposições. Em termos de orientação pastoral implicou em novos caminhos para pensar a missão da Igreja em solo brasileiro. Dialogante com as diretrizes do Concílio Vaticano II, na eminência da ditadura militar, sugeriu-se outra forma de articulação pastoral para a Igreja.

5 Plano de Pastoral de Conjunto - 1966

O Concílio Vaticano II foi finalizado em dezembro de 1965. Foi aberto pelo Papa João XXIII e encerrado pelo Papa Paulo VI. Foi um momento marcante na vida da Igreja. Deixou alguns indicativos importantes quando se pensa a missão evangelizadora. Aqui cita-se alguns: a) positividade do diálogo com o homem e mulher modernos; b) busca do diálogo com as outras Igrejas da Reforma, com as Igrejas Orientais e outras denominações cristãs; c) busca de uma liturgia mais próxima da vida das pessoas; d) superação de uma compreensão de Igreja centrada na pessoa do Papa para a valorização do conjunto do episcopado; e) abertura às ciências no sentido de buscar uma interpretação fundamentada da Sagrada Escritura; f) compromisso em ajudar o homem e a mulher modernos a entender o sentido da Teologia e da Sagrada Escrituras; g) experiência de uma Igreja ágil, “sacramento da salvação”, sintonizada com o mundo e com as preocupações do ser humano; h) valorização da ação pastoral e superação do devocionismo; i) prioridade sai do normativo para a busca de comunhão de todos; j) a igreja se compreende como companheira fiel e solidária com o ser humano; k) superação da Igreja com a responsabilidade reduzida à hierarquia; l) fomento à diversidade de serviços e ministérios.

Estas dimensões de vida eclesial, assinaladas nos diversos documentos do Concílio contribuíram para a estruturação do

Plano de Pastoral de Conjunto - PPC, talvez tenha sido a resposta mais rápida de uma Igreja às deliberações aprovadas em Roma em dezembro de 1965. Havia o desejo de mudança. Alguns sonhavam com algo mais profundo e amplo; outros se assustaram com o que estava acontecendo. Mas este era o espírito, o sopro de renovação para as diferentes experiências eclesiais no mundo. E a Igreja no Brasil tentou acolher a proposta na vertente de organização pastoral, buscando a comunhão com o que se propunha. Se o Vaticano propôs a atualização da Igreja no mundo, o Plano de Pastoral de Conjunto visava a atualização da Igreja do Brasil segundo a inspiração do Vaticano II com o objetivo de: criar meios e condições para que a Igreja do Brasil se ajuste, o mais rápido e plenamente possível, à imagem do Vaticano II¹⁴.

O PPC aprofundou a caminhada renovadora da pastoral do Brasil. O ponto de partida foram alguns Documentos do Concílio considerados mais significativos. Foram tomados seis documentos e partir deles definidas seis linhas de atuação, com segue:

1) Linha 1 - segundo o Documento *Lumen Gentium* voltava-se para a atuação da Igreja através de seus agentes.

2) Linha 2 - era iluminada pelo documento *Ad Gentes* e evocava a necessidade de acentuar a dimensão missionária da Igreja.

3) Linha 3 - pensada a partir do Documento *Dei Verbum* sugeria outro modelo de formação dos cristãos. O ponto de partida seria a palavra de Deus. Esta proposta teve ressonâncias na catequese e na formação nas paróquias.

4) Linha 4 - buscava adequar a dimensão orante e celebrativa da Igreja às novas orientações da liturgia segundo a *Sacrosanctum Concilium*.

14 Cf. José Oscar BEOZZO. Igreja no Brasil: planejamento pastoral em questão. In: *REB*, vol. 42, fasc. 167, p.565-505.

5) Linha 5 – trata do diálogo com as outras Igrejas cristãs e com os não cristãos. Esta iniciativa é iluminada pelos documentos *Unitatis Redintegratio* e *Nostra Aetate*.

6) Linha 6 – baseada no documento *Gaudium et Spes* convida os cristãos a viver a opção evangélica pelos pobres.

Esta proposta foi significativa no sentido de partir dos documentos do Concílio Vaticano II, considerados fundamentais e pela perspectiva da evangelização atingindo diferentes âmbitos da vida eclesial: ação dos agentes de pastoral, missionariedade, formação cristã a partir da Bíblia, vida litúrgica celebrativa, diálogo ecumênico e Inter religioso, ação social e preocupação com os pobres¹⁵.

Outra contribuição importante do PPC foi a evidência metodológica na necessidade do trabalho em conjunto, como a própria nomenclatura afirma. Propunha-se o desafio da superação do trabalho fragmentado ou compartimentado, pelo diálogo e compromisso com ações comuns, envolvendo os diferentes setores e agentes da Igreja, mas ainda com a limitação da participação de leigos e leigas de uma forma mais consistente.

As orientações do deste plano, prorrogadas em 1970 e atualizadas até 1975, iluminaram o amplo projeto de renovação da Igreja em busca de uma pastoral orgânica ou de conjunto com rumos e propostas bem definidos, evidenciando a responsabilidade eclesial de todos os batizados. Enfrentou algumas dificuldades sobretudo pelo argumento da dificuldade de um plano contemplar toda a diversidade do Brasil¹⁶. Neste tempo foram assumidos os Planos Bienais reunindo as

15 Esta dimensão da ação evangelizadora foi fortalecida sobretudo a partir das Conferências de Medellín (1968) e Puebla (1979) sendo confirmada na Conferência de Aparecida como dimensão intrínseca da fé cristã.

16 Para aprofundar ver: Manoel José de GODOY. A CNBB e o processo de evangelização do Brasil. In: Instituto Nacional de Pastoral (org). *Presença Pública da Igreja no Brasil: jubileu de ouro da CNBB*, p.387-405.

atividades dos organismos vinculados à CNBB sendo assumidos como articulação pastoral até 1975.

O período da ditadura militar e a situação social e econômica provocaram uma série de iniciativas pastorais no Brasil. Era o caminho para a Igreja tentar responder aos grandes desafios da época localizada no final da década de 60 e década de 70 do século passado. Neste tempo surgiram várias pastorais compreendidas como pastorais sociais. Cita-se Pastoral dos Pescadores (1968); Conselho Indigenista Missionário-Cimi (1972); Comissão Pastoral da Terra (1975); Pastoral Operária, dentre outras¹⁷.

6 Diretrizes gerais da ação pastoral da Igreja no Brasil - 1975

Em 1975 surgiu uma novidade quanto à tentativa de uma orientação para a ação evangelizadora da Igreja no Brasil. Abandonou-se a ideia de um “Plano” para adotar a orientação de “diretrizes gerais” compreendidas como uma metodologia de planejamento mais flexível, superando a crítica de que se impunha para as dioceses um modelo único de ação pastoral. As diretrizes eram como orientação mais ampla, a ser completada pelo trabalho de planejamento dos regionais e dioceses, condizente com as realidades locais.

Buscava-se a unidade em nível nacional através das Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil (1975), enunciado do documento final, deixando-se a definição de planos para os Regionais e as Dioceses. Não se perdia o trabalho de construção conjunta através dos técnicos e assessores, dialogando com as Igrejas locais, somado à contribuição colegiada dos bispos que tinham a responsabilidade de aprovar o texto final.

17 Para aprofundar sugere-se a leitura da obra. *A missão da Pastoral Social*. Brasília: Ed. CNBB, 2009.

Na apresentação do texto aprovado na Assembleia Geral do Episcopado reunido em Itaipó - SP em abril de 1979, portanto como continuidade da proposta de 1975, retoma o processo de reflexão sobre a realidade brasileira desde o Plano de Emergência (1962), passando pelos planos bienais com o seguinte enunciado como expressão do desejo dos bispos:

Desejam expressar os grandes rumos que hoje deve tomar a Igreja, cumprindo sua missão anunciar o Reino a serviço do povo de Deus. Daí a fidelidade que pretendem guardar à realidade mesma da Igreja e do povo a que esta serve (...) Reúnem, sob a forma de um objetivo geral os principais elementos que como exigência de nossa missão, hão de orientar todas as atividades pastorais¹⁸.

O Objetivo explicita a orientação para o quadriênio, viabilizada nos projetos pastorais: Evangelizar a sociedade brasileira em transformação, a partir da opção pelos pobres, pela libertação integral do homem, numa crescente participação e comunhão, visando a construção de uma sociedade fraterna, anunciando assim o Reino definitivo¹⁹.

No ano de 1995 aconteceu outra mudança da dinâmica de planejamento, aparentemente apenas de nomenclatura, contudo a partir de uma leitura consistente da realidade brasileira quanto à evangelização. O enunciado do documento final, passando pelo mesmo processo de debate e diálogo com as Igrejas locais, deixa de ser diretrizes gerais da ação pastoral, tornando-se diretrizes gerais da ação evangelizadora. O texto faz uma diferenciação de ação pastoral e ação evangelizadora. Segundo Manuel Godoy:

A análise da realidade brasileira apontava para uma configuração bastante diferenciada, sobretudo no que se refere à realidade

18 CNBB. *Diretrizes Gerais da ação pastoral da Igreja no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 1979 («Documentos da CNBB», 15), n° 3-4.

19 *Ibidem*, n° 7.

cultural e religiosa. Percebia-se a urgência de fazer com que a Igreja se tornasse mais “agressiva” nos seus métodos evangelizadores. Acostumada a trabalhar com pequenos grupos, a Igreja se via retraída no contato com a massa²⁰.

Buscava-se um trabalho mais amplo na perspectiva de responder aos diversos desafios quanto ao trabalho evangelizador no Brasil. Mais do que a mudança de nomenclatura havia um novo espírito quanto à missão da Igreja, que deveria estender o diálogo para além dos pequenos grupos com uma inserção e pertença eclesiais confirmadas.

Neste sentido a ação evangelizadora compreende como interlocutores a batizados que perderam o sentido vivo da fé, conduzindo a vida distante do Evangelho de Cristo²¹.

A ação pastoral tem como interlocutores aqueles que têm e sustentam uma pertença eclesial. Destina-se às comunidades cristãs que possuem sólidas e adequadas estruturas eclesiais, são testemunha de fé e vida, com testemunho do Evangelho e compromisso com a missão universal²². Exige da Igreja o cuidado e do zelo pastoral para que permaneçam dando sua contribuição de fé para a missão da Igreja.

Compreende a percepção de que existe uma pluralidade de situações que desafiam a Igreja no compromisso de anunciar o Reino inaugurado por Jesus Cristo. Os interlocutores são diversos o que exige metodologias diferenciadas em vista da eficácia tanto da tarefa pastoral como da tarefa evangelizadora.

A mudança sugerida dialogava com o pensamento do Papa Paulo VI. Em 1975, com a publicação da Exortação *Evangelii*

20 Manoel José de GODOY. A CNBB e o processo de evangelização do Brasil. In: Instituto Nacional de Pastoral (org). *Presença Pública da Igreja no Brasil: jubileu de ouro da CNBB*, p.387-405.

21 CNBB. *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 1995. («Documentos da CNBB», 54), p.7.

22 *Ibidem*, p.7.

Nuntianti o Papa Paulo VI alertava sobre a complexidade da missão evangelizadora. O texto foi lançado por ocasião das comemorações dos 10 anos do Concílio Vaticano II a partir do Sínodo dos Bispos de 1974 tratando do tema “a evangelização no mundo de hoje”. Afirma Paulo VI:

Pareceu-nos de capital importância uma Exortação deste gênero, porque a apresentação da mensagem evangélica não é para a Igreja uma contribuição facultativa: é um dever que lhe incumbe, por mandato do Senhor Jesus, a fim de que os homens possam acreditar e ser salvos. Sim, esta mensagem é necessária; ela é única e não poderia ser substituída. Assim, ela não admite indiferença nem sincretismo, nem acomodação. É a salvação dos homens que está em causa; é a beleza da Revelação que ela representa; depois, ela comporta uma sabedoria que não é deste mundo. Ela é capaz, por si mesma, de suscitar a fé, uma fé que se apoia na potência de Deus. Enfim, ela é a Verdade. Por isso, bem merece que o apóstolo lhe consagre todo o seu tempo, todas as suas energias e lhe sacrifique, se for necessário, a sua própria vida²³.

Define o significado da evangelização:

Evangelizar, para a Igreja, é levar a Boa Nova a todas as parcelas da humanidade, em qualquer meio e latitude, e pelo seu influxo transformá-las a partir de dentro e tornar nova a própria humanidade: "Eis que faço de novo todas as coisas". No entanto não haverá humanidade nova, se não houver em primeiro lugar homens novos, pela novidade do batismo e da vida segundo o Evangelho. A finalidade da evangelização, portanto, é precisamente esta mudança interior; e se fosse necessário traduzir isso em breves termos, o mais exato seria dizer que a Igreja evangeliza quando, unicamente firmada na potência divina da mensagem que proclama, ela procura converter ao mesmo tempo a consciência pessoal e coletiva dos homens, a atividade em que eles se aplicam, e a vida e o meio concreto que lhes são próprios²⁴.

23 EN, 5.

24 EN, 18.

A proposta acordada pelos bispos em 1995 está em sintonia com a reflexão proposta pelo Papa Paulo VI. O compromisso evangelizador exige uma leitura profunda da realidade para que se possa dar uma resposta adequada aos desafios do tempo.

Nos tempos atuais, o Papa Francisco na Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*, também acena para este cuidado quando ao diálogo em vista da evangelização. Tem como referência o que fora tratado na XIII Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos bispos sobre “a nova evangelização para a transmissão da fé cristã”. Sugere o trabalho em três âmbitos: o âmbito da pastoral ordinária em vista dos fiéis que frequentam regularmente a comunidade, reunindo-se para o dia do Senhor e também os fiéis que conservam uma fé católica intensa e sincera, exprimindo-a de modos diversos embora não participem regularmente do culto. No caso a pastoral está voltada para o crescimento dos crentes para que correspondam cada vez mais ao amor de Deus²⁵.

O segundo âmbito diz respeito aos batizados que não vivem a exigência do batismo. Para estes a Igreja se esforça para que vivam a conversão e a alegria da fé e o desejo de se comprometerem com o evangelho²⁶.

O terceiro âmbito diz respeito à evangelização daqueles que não conhecem Jesus Cristo ou sempre o recusaram²⁷. Segundo o Papa Francisco todos têm direito de receber o evangelho e a Igreja assume esta tarefa.

Desde 1975 o propósito de assumir as diretrizes em âmbito nacional e os processos de planejamento e plano nos âmbitos dos regionais e diocese não foi modificado. Poderíamos definir assim o processo:

- 1) Âmbito Nacional constroem as diretrizes gerais para

25 Cf. EG, 14.

26 Cf. EG, 14.

27 Cf. EG, 14.

ação evangelizadora contendo as sugestões amplas para a Igreja do Brasil com o intuito de ajudar os processos de planejamento nos regionais e dioceses.

2) Âmbito do Regional assumem os processos de planejamento e planos pastorais respondendo às peculiaridades da região e em sintonia com as diretrizes para manter a cooperação e a coordenação.

3) Âmbito Diocesano visa trazer as diretrizes e o plano regional para a esfera diocesana, respondendo aos desafios na evangelização da Igreja local.

4) As pastorais e movimentos de âmbito nacional e local, em diálogo com a Igreja, também se embasam nestes processos de planejamento da ação evangelizadora.

Em uma perspectiva otimista este seria o fio do processo. Contudo ainda existe muita resistência em refletir a ação evangelizadora, o que traz para a missão da Igreja uma série de entraves. Pode-se afirmar que são dois grandes desafios. O primeiro é a opção por planejar a ação evangelizadora. O segundo é a prática e avaliação do que foi planejado. É importante planejar e é necessário que o planejamento saia do papel e ganhe vida, seja qual for o local da sua experiência.

7 Desafios

A campanha da fraternidade de 2015, tratando da temática fraternidade: igreja e sociedade explicitou que a Igreja Católica é parte da sociedade e não se confunde com ela. Mas a sociedade é a sua interlocutora quanto à missão evangelizadora. É uma sociedade marcada pela diversidade e pelas transformações. E nesta sociedade que está o chão do trabalho evangelizador.

Desde o final do século XIX quando a Proclamação da República desafiou a Igreja a um novo caminhar não mais

ligado ao Estado, os desafios vêm se sucedendo. Em todas as épocas despontava a tarefa de pensar a evangelização em fidelidade ao mandato de Jesus e ao compromisso com o Reino.

Na primeira metade do século XXI surgem outros desafios. Fala-se na mudança de época e a suas consequências. Segundo o Documento de Aparecida é uma realidade marcada por grandes mudanças que afetam profundamente a vida dos cristãos²⁸. O documento das Diretrizes Gerais para Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil, definido para o período de 2015–2019, afirma que vivemos uma época de transformações profundas, que não se trata de uma época de mudanças, mas de uma mudança de época²⁹. São os novos tempos que exigem a leitura a partir do fundamento da fé cristã. E a leitura provoca a ação. Esta deve ser planejada de forma que responda aos desafios da realidade de uma forma eficaz.

Diante disso surge o desafio de não desconhecer uma realidade que se transforma em todos dos sentidos. Uma realidade em que a pertença católica tem diminuído sensivelmente sendo assumida de uma forma diferenciada que em outros tempos.

Na questão social vê-se o aumento do número de pobres e miseráveis, ao mesmo tempo em que o governo buscou sustentação legal para a omissão no cuidado desta parcela da população só possível via políticas públicas. É um Estado comprometido com o mercado de orientação neoliberal.

Assistimos ao aumento de posicionamentos fundamentalistas em diferentes âmbitos e vê-se ruir o mito do brasileiro cordial. Apresenta-se nas redes sociais e, em muitos casos, ganhou as ruas.

Este é o chão da missão da Igreja. É o lugar da

28 Cf. DAp, 33.

29 CNBB. *Diretrizes gerais da ação evangelizadora da Igreja no Brasil 2015-2019*. Brasília: Ed. CNBB, 2015 («Documentos da CNBB», 102). n° 19.

evangelização. Por isso a necessidade de insistir nos mecanismos de participação e organização para melhor evangelizar. Compreender que os processos de planejamento participativo se constituem em instancias de formação e fortalecimento dos discípulos missionários, homens e mulheres que procuram assumir o compromisso de batizados, seja no âmbito nacional como também na vida da comunidade.

Concluindo

A Igreja no Brasil tem uma rica tradição de planejamento da ação evangelizadora. Em um país tão grande e diverso, nos diferentes sentidos, a articulação de um projeto comum quanto à evangelização é um grande feito. Soma-se a isso a tentativa de diversos caminhos para participação na construção dos processos de planejamento em diferentes níveis da Igreja.

A opção de planejar parte do compromisso metodológico com a participação e responsabilidade de todas as pessoas comprometidas com a obra evangelizadora. Compreende também a dimensão pedagógica, ou seja, no próprio ato de pensar e planejar a evangelização, há um aspecto formativo profundo.

Planejar a ação pastoral é também uma caminhada marcada pela mística e espiritualidade que acentuam o serviço, o diálogo e a consciência do discipulado missionário que se forma a medida do processo e em fidelidade ao Rei o anunciado por Jesus Cristo.

A trajetória da Igreja do Brasil de pensar a missão evangelizadora sugere muitas riquezas. É necessário garantir esta trajetória tanto em nível nacional como nos regionais e dioceses, chegando as paróquias comunidade e pastorais. A fé cristã tem uma palavra a dar ao mundo e esta palavra se funda na boa nova de Jesus Cristo. Contudo, na inspiração do Espírito

Santo, cabe organizar-se para explicitar este compromisso.

Referências Bibliográficas

- BARROS, Raimundo Caramuru. Gênese e consolidação da CNBB no contexto de uma Igreja em plena renovação. In: Instituto Nacional de Pastoral (org). *Presença Pública da Igreja no Brasil: jubileu de ouro da CNBB*, São Paulo: Paulinas, 2003. p.13-69.
- BEOZZO, José Oscar. Igreja no Brasil: planejamento pastoral em questão. *REB*, vol. 42, fasc. 167, p.565-505, Ano 1982.
- _____. *A Igreja do Brasil: de João XXII a João Paulo II de Medellín a Santo Domingo*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- CNBB. *Diretrizes Gerais da ação pastoral da Igreja no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 1979 («Documentos da CNBB», 15).
- _____. *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 1995 («Documentos da CNBB», 54).
- _____. *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil*. Brasília: Ed. CNBB, 2015 («Documentos da CNBB», 102).
- _____. *A missão da Pastoral Social*. Brasília: Ed. CNBB, 2009.
- CELAM. *Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-americano e do Caribe*. Brasília: Ed. CNBB, 2007.
- FRANCISCO, PAPA. *Exortação Apostólica Evangelii Gaudium: sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual*. Brasília: Ed. CNBB, 2013 («Documentos Pontifícios», 17).
- GODOY, Manuel José de. A CNBB e o processo de evangelização do Brasil. In: Instituto Nacional de Pastoral (org). *Presença Pública da Igreja no Brasil: jubileu de ouro da CNBB*, São Paulo: Paulinas, 2003, pp.387-405.
- PAGOLA, José Antônio. *Jesus, aproximação histórica*. Petrópolis: Vozes, 2010.
- PAULO VI, Papa. *Exortação Apostólica Evangelii Nuntiandi: sobre a evangelização no mundo contemporâneo*. São Paulo: Paulinas, 1981.

PLANEJAMENTO, PLANO E PROJETO, CAMINHO DA AÇÃO EVANGELIZADORA

*Pe. Jair Carlesso**

Resumo: O artigo reflete a relação entre planejamento, plano e projeto da ação evangelizadora. Seria possível distinguir estes conceitos? O planejamento de uma ação está relacionado à natureza da ação. A Igreja, fundada por Jesus Cristo, tem uma identidade e uma missão a ser exercida numa realidade concreta. “Evangelizar constitui, de fato, a graça e a vocação própria da Igreja, a sua mais profunda identidade. Ela existe para evangelizar”. A partir de sua identidade e missão, procura-se distinguir os conceitos, ressaltando o planejamento como um processo contínuo, o plano como a efetivação do planejamento para um determinado tempo e lugar e o projeto como uma ação específica do plano.

Palavras-chave: Igreja. Realidade. Planejamento. Plano. Projeto. Ação evangelizadora.

O planejamento de uma ação está estreitamente relacionado à natureza da ação. Significa dizer que o planejamento não é uma ação neutra e que não existe uma única forma de planejar. O planejamento em cada instituição, de acordo com a sua natureza, tem suas estratégias e seus objetivos podem ser diferenciados. Desta forma, o planejamento da ação evangelizadora adquire características próprias, pois esta ação encontra-se fundamentada na prática e na proposta de Jesus, centradas no Reino de Deus, implicando, por isso, retomar a identidade e da missão da Igreja.

1 Identidade e missão da Igreja

O ponto de partida para tratar do planejamento da ação

* Professor da Itepa Faculdades nas disciplinas bíblicas do Antigo Testamento. Mestre em teologia bíblica pela Assunção de São Paulo. Padre da Diocese de Erechim.

evangelizadora é a necessidade de clareza a respeito da identidade e da missão da Igreja. Toda a organização pastoral depende da compreensão de Igreja que o agente de pastoral, seja ele bispo, padre, religioso/a ou leigo/a tem. Neste sentido, os modelos eclesiológicos incidem diretamente na ação evangelizadora.

1.1 A Igreja, sua identidade e missão

A Igreja tem seu fundamento em Jesus Cristo, o Filho de Deus, enviado para a vida do mundo. Deus enviou seu Filho ao mundo “para que o mundo seja salvo por ele” (Jo 3,17). Jesus é a presença de Deus que veio para salvar. A partir de sua morte e ressurreição, o anúncio que ele havia feito, toda sua prática relatada nos Evangelhos tornou-se missão dos Apóstolos. Ele mesmo os enviou dizendo: “Ide por todo o mundo, proclamai o Evangelho a toda a criatura” (Mc 16,15). “Dirigi-vos antes às ovelhas perdidas da casa de Israel. [...] proclamai que o Reino dos Céus está próximo. Curai os doentes, ressuscitai os mortos, purificai os leprosos, expulsai os demônios. De graça recebestes, de graça dai” (Mt 10,6-8). “Ide, pois, e fazei com que todos os povos se tornem meus discípulos” (Mt 28,19). “Recebereis uma força, a do Espírito Santo que descerá sobre vós, e sereis minhas testemunhas [...] até os confins da terra” (At 1,8). E Marcos diz que “eles saíram a pregar por toda a parte, agindo com eles o Senhor” (Mc 16,20). É nestas palavras de envio de Jesus que se encontram as origens, a identidade e a missão da Igreja.

A fé está na base da missão da Igreja, por isso se faz necessário “voltar às fontes”. As origens da Igreja estão no mistério de Cristo e, mais profundamente, no mistério da Trindade, em Deus que é Pai, Filho e Espírito Santo (Mt 28,19). É neste mistério que a Igreja encontra a força para a sua missão na história. Tanto mais a Igreja avança para o futuro quanto mais fielmente volta ao seu nascedouro. Por isso é importante

lembrar que a identidade primeira da Igreja é sua íntima relação e comunhão com Deus. Ela está no mundo para continuar a obra de Jesus, que veio para fazer a vontade de Deus: “Desci do céu, não para fazer a minha vontade, mas a vontade daquele que me enviou” (Jo 6,38). É nisto que se fundamenta a missionariedade da Igreja.

O evangelista Lucas deixou claro que a missão de Jesus era fundamentalmente evangelizar os pobres, libertar os oprimidos, proclamar a remissão aos presos, abrir os olhos dos cegos (Lc 4,18-19). Trata-se de uma missão profética e libertadora, tarefa da Igreja em todos os tempos, lugares e culturas. À luz deste texto, ser Igreja, hoje, é ser sinal profético e instrumento de libertação. Esta é sua causa. A fidelidade ao Evangelho nos faz ver que não é possível pensar outra coisa. Sua missão é anunciar e encarnar a proposta de Jesus em todas as realidades da vida do povo.

A partir da prática de Jesus, a missão da Igreja é semear sempre (Mc 4,1-9); é conduzir e apascentar o rebanho do Senhor (Jo 10,1-18; 21,15-17); é atender os caídos (Lc 10,29-37); é dar a vida, como Jesus, pela causa do Reino de Deus (Jo 18-19); é fazer a experiência do ressuscitado (Jo 20-21); é estar aberta ao sopro do Espírito Santo (At 2,1-13), que “faz novas todas as coisas” (Ap 21,5). Com essa missão, uma de suas necessidades é “sentar”, “calcular”, “ponderar” para poder desempenhar e concluir sua obra (Lc 14,28).

Diante do Evangelho, fundamento da fé, da vida cristã e da missão da Igreja (DV 18; VD 10), vemos que a razão de ser da Igreja é evangelizar. Evangelizar, por um lado, é dar continuidade àquilo que Jesus “começou a fazer e ensinar” (At 1,1). Por outro, evangelizar significa transformar, libertar, fazer acontecer o Reino de Deus, salvar. Por isso, assim se expressou Paulo VI: “[...] a tarefa de evangelizar todos os homens constitui a missão essencial da Igreja [...]. Evangelizar constitui, de fato, a

graça e a vocação própria da Igreja, a sua mais profunda identidade. Ela existe para evangelizar”¹.

A Igreja é, ao mesmo tempo, divina e humana. Sendo de origem divina, ela é mistério e está inteiramente voltada para o Reino de Deus. Por sua vez, ela é “fator cultural”, pois está inserida na história e carrega suas contingências. É na história que ela deve desempenhar sua missão. Agenor Brighenti explicita esta questão dizendo que a Igreja “é ‘carisma’, mas também ‘instituição’; ‘divina’, mas também ‘humana’; sacramento de um Reino que não é deste mundo, mas que existe para torná-lo cada vez mais presente ‘no mundo’; imbuída de uma missão escatológica, mas a ser forjada na precariedade da história; uma instituição que procede de Jesus, mas também da experiência pascal de seus discípulos, sob o dinamismo do Espírito de Pentecostes; enfim, a Igreja, para ser sempre a mesma Igreja de Jesus Cristo, precisa remeter-se continuamente às suas ‘fontes’ e ‘raízes’ e, sob o dinamismo do Espírito de Jesus, continuar ‘organizando-se’, fazendo-se ou constituindo-se, até à consumação da história – *ecclesia semper reformanda* (cf. UR 6)”².

1.2 A Igreja inserida na história

Assim se pronuncia o Evangelho de João: “E o Verbo se fez carne e habitou entre nós” (Jo 1,14). Jesus é a Palavra viva de Deus pronunciada e inserida na história. Lucas diz que, “ao iniciar o ministério, Jesus tinha mais ou menos trinta anos” (Lc 3,23). Estava há trinta anos inserido na história de Nazaré da Galileia. Somente depois deste longo processo de inserção, convivência, experiência de vida, conhecimento das reais e profundas necessidades do povo, exerceu efetivamente seu

1 PAULO VI, *Exortação Apostólica Evangelii Nuntiandi*, n.14.

2 Agenor BRIGHENTI, *Modelos de pastoral e eclesiológicos*, em tono à renovação do Vaticano II, *Reb*, vol. 75, n. 298, p.282.

ministério.

Da mesma forma a Igreja, que recebeu de Jesus a missão de evangelizar, está no mundo, porém, sem ser do mundo. Ao dirigir-se aos discípulos, Jesus lhes disse: “Se fôsseis do mundo, o mundo amaria o que era seu. Mas, porque não sois do mundo e minha escolha vos separou do mundo, o mundo, por isso, vos odeia” (Jo 15,18-19). Por isso, a Igreja está no mundo como sinal profético. Sua missão evangelizadora é desempenhada na história, junto a pessoas humanas concretas que, para viver dignamente, precisam das condições básicas de vida, ou seja, de alimentação, saúde, trabalho, casa, educação, segurança, lazer, convivência e outros.

No início deste terceiro milênio, a Igreja encontra-se inserida num contexto marcado por características próprias, muitas delas nunca vistas antes na história. Por isso, para anunciar efetivamente o Evangelho, a Igreja “deve conhecer a realidade à sua volta e nela mergulhar com o olhar da fé, em atitude de discernimento”³. Para a CNBB, a ação evangelizadora “exige muita atenção à situação em que vivemos, sincera abertura de espírito e solidariedade diante das aspirações, angústias e interrogações da nossa época”⁴. A encarnação de Jesus na história humana torna-se critério para a Igreja. Em vista de sua missão, ela também precisa encarnar-se na história. Sem conhecer a realidade do povo não é possível uma ação evangelizadora eficaz.

Jon Sobrino aponta como primeiro aspecto da espiritualidade cristã a “honestidade para com o real”⁵. No contexto em que vivemos e na fidelidade à prática de Jesus, não

3 CNBB, *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil 2011-2015*, n.17.

4 CNBB, *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil 2003-2006*, n.19.

5 Jon SOBRINO, *Espiritualidade de Jesus e Espiritualidade da Libertação*, *Reb*, vol. 39, fasc. 156, p.605.

há como conceber uma espiritualidade desenraizada da história. Isto se deve porque “o grande critério do Reinado de Deus é a atenção dada aos machucados, abandonados à beira da estrada (Lc 10,37)”. As palavras de Jesus, no Evangelho de Mateus, revelam que a espiritualidade do seu seguimento passa pela atenção aos mais necessitados: “Tive fome e me destes de comer. Tive sede e me destes de beber. Era forasteiro e me recolhestes. Estive nu e me vestistes, doente e me visitastes, preso e viestes ver-me. [...] Cada vez que o fizestes a um desses meus irmãos mais pequeninos, a mim o fizestes” (Mt 25,35-40). Desta forma, o Evangelho faz ver que “sem abertura ao mundo, em especial ao pobre, não existe espiritualidade cristã”⁶.

Toda a ação evangelizadora ocorre num determinado tempo e local, com pessoas concretas, específicas. É, por isso, de fundamental importância conhecer o mais profundamente possível o contexto da ação evangelizadora. O contexto é o que existe, porém é lido e interpretado a partir do lugar social do intérprete. Assim, um mesmo contexto pode ser visto de maneiras diferentes. *Cada ponto de vista é a vista de um ponto!* Por isso, da leitura do contexto surge a realidade, que é a sua interpretação. A leitura detecta carências e potencialidades existentes que provocam o estabelecimento de metas e estratégias a serem trabalhadas pastoralmente. Portanto, o conhecimento do contexto apresenta-se como o ponto de partida de todo e qualquer processo de planejamento.

2 O planejamento da ação evangelizadora

Assim como o povo de Israel, escolhido por Deus “dentre todos os povos da terra” (Dt 7,6) para “ser luz às nações” e para anunciar a “salvação” de Deus a todos os povos (Is 49,6), também a Igreja tem a missão de evangelizar todos os povos

6 Pe. Nicolau João BAKKER, Modelos pastorais em tempos de pastoral “líquida”? *Reb*, vol. 75, n. 298, p.310.

(Mt 28,19-20; At 1,8) que, por sua vez, na sociedade ocidental, respiram hoje o “ar” do sistema capitalista globalizado. Significa dizer que a mentalidade e a cultura da sociedade moderna ou pós-moderna está “dentro” das pessoas, influenciando seu modo de pensar e de agir. Isto tem implicações diretas na ação evangelizadora.

Ao mesmo tempo, a sociedade do terceiro milênio não concebe mais uma ação evangelizadora espontaneísta, feita ao sabor de interesses pessoais. Por isso, além de qualificada, faz-se necessária uma ação organizada e planejada, pois o contexto atual o exige. São João Paulo II insistia na necessidade de uma ação evangelizadora com “novos métodos”, com “novo ardor” e com “nova expressão”. Desta forma, “o primeiro e mais importante passo para que uma ação, ou projeto pastoral, dê certo é o planejamento prévio. Sem planejamento, tudo fica mais difícil. É como se estivéssemos andando sem rumo, navegando sem direção, sem um porto ao qual chegar”⁷. Por sua vez, “a experiência do planejamento pastoral ensina que ele deve ser assumido mais como *pedagogia* do que como *técnica*”⁸, pois, como diz Agenor Brighenti, “na obra da evangelização, o método também é mensagem”⁹. Não é a quantidade de ações que garantem a eficiência do planejamento, mas como as ações são realizadas.

Segundo Oswaldo Alonso Rays, planejar “é antecipar e projetar de modo consciente, organizado e coerente todas as etapas de uma determinada atividade que visa alcançar certos objetivos que levam a transformações concretas do que se pretende realizar”¹⁰. Ao se tratar da ação evangelizadora, o

7 José Carlos PEREIRA, *Como fazer um planejamento pastoral, paroquial e diocesano*, p.9.

8 Ari Antônio dos REIS, *Teologia pastoral I: introdução, conjuntura eclesial e planejamento*, p.51.

9 Agenor BRIGHENTI, *A missão evangelizadora no contexto atual*, p.39.

planejamento visa a formação das pessoas em vista da participação no processo e de uma presença crítica e cristã tanto na Igreja quanto na sociedade. Por isso, o planejamento configura-se “não apenas como um ato pedagógico, mas também como um ato político”¹¹, pois suas intenções não são neutras. Constitui-se, portanto, num ato político-pedagógico e também evangelizador e humanizador. Por isso, segundo Agenor Brighenti, “não basta pensar a ação, planejar. Os opressores, o grande capital, o sistema financeiro ou a indústria bélica também o fazem. Mais importante é ‘como’ planejar. No campo eclesial, se não for de forma participativa, colegiada, comunitária, no espírito de *koinonia* que funda a Igreja, o planejamento presta um *des-serviço* ao Reino de Deus”¹².

Por sua vez, ao se tratar da organização pastoral, há em boa parte dos agentes e também do povo em geral uma falta de clareza em relação a alguns conceitos importantes, como é o caso de *planejamento, plano e projeto*. Entendemos que seria importante distinguir tais conceitos, se isto for possível, pois nas falas os mesmos aparecem de forma confusa. Por isso, diante do mundo em que vivemos e da importância da ação evangelizadora, propomos distinguir estes conceitos, aspectos estreitamente relacionados. Primeiramente trataremos da relação entre planejamento e plano e depois da relação entre plano e projeto.

2.1 Planejamento e plano da ação evangelizadora

Referindo-nos à ação evangelizadora estamos tratando da instituição Igreja, que é sacramento, sinal e instrumento do Reino de Deus. Saber o que é planejamento e plano pastoral é o primeiro passo para uma organização pastoral eficaz. Para Olga

10 Oswaldo Alonso RAYS, *Trabalho pedagógico: hipóteses de ação didática*, p.13.

11 *Ibidem*, p.13.

12 Agenor BRIGHENTI, *A pastoral dá o que pensar*, p.203.

Teixeira Damis, o planejamento é compreendido como “processo contínuo de organização racional”, no nosso caso, da ação evangelizadora, “que se refere à definição de objetivos, de recursos e de metas a serem alcançados e avaliados através de meios eficientes e eficazes, em prazos definidos”¹³. Portanto, “planejar é um processo permanente de tomada de decisões orientadas pelos objetivos que se busca alcançar e que levam a planejar”¹⁴. Por isso, a razão de ser do planejamento é orientar a ação. Neste sentido, “a pastoral como processo implica uma conversão contínua ao modo de ser e de agir de Jesus”¹⁵. Em termos de ação evangelizadora, “um bom resultado é sempre fruto de um processo” e, além disto, “o importante não é ter chegado ao fim, mas ter-se colocado a caminho. O fim está no caminho, no processo, que nunca termina”¹⁶.

Segundo Rene Zanandréa e Rodinei Balbinot, pode-se compreender o planejamento em duas dimensões: aquele realizado em vista da instituição e aquele em vista da missão. O planejamento em vista da instituição está vinculado à sua sobrevivência, tendo por finalidade manter a instituição viva e atuante na sociedade, ou seja, conservar a estrutura. Neste caso, “os papéis institucionais encontram uma justificação em si mesmos, pois o critério fundamental é a própria instituição”¹⁷.

Por sua vez, o planejamento pode ser concebido de outra forma. Como sabemos, as instituições não nasceram em vista de si mesmas, mas para atender necessidades concretas das pessoas

13 Olga Teixeira DAMIS, Planejamento escolar: expressão técnico-política de sociedade, in ALENCASTRO VEIGA, Ilma Passos (Org.). *Didática: o ensino e suas relações*, p.172.

14 Ari Antônio dos REIS, *Teologia pastoral I: introdução, conjuntura eclesial e planejamento*, p.52.

15 Agenor BRIGHENTI, *A pastoral dá o que pensar*, p.196.

16 *Ibidem*, p.206.

17 Rene ZANANDRÉA e Rodinei BALBINOT, Prática pastoral e fazer teológico na perspectiva histórico-evangelizadora, in Ari dos REIS et al. *Metodologia da ação evangelizadora*, p.56.

e da sociedade em geral. Nesta perspectiva, entendemos que a instituição Igreja tem uma missão para além de si mesma, estando a serviço de uma causa maior, o Reino de Deus, missão de Jesus, como expressou Paulo VI (EN 14). Neste sentido, tornou-se muito conhecida a expressão do Papa Francisco querendo ver a Igreja “em saída missionária”¹⁸. Se, no caso anterior, a intenção primeira é a defesa e a manutenção da instituição, neste, a questão mais importante é a vida das pessoas em suas necessidades. Daí a importância de ler atentamente o contexto de atuação para bem identificar o que é necessário priorizar.

Nesta perspectiva, “o ponto de partida de um processo de planejamento são as necessidades reais das pessoas e comunidades onde atuamos”¹⁹. Em termos eclesiais, o planejamento parte da leitura e compreensão do lugar ou da comunidade onde as pessoas envolvidas se encontram e de suas necessidades, levando em conta as finalidades e objetivos pastorais. Portanto, o planejamento é um processo que deve ocorrer permanentemente, pois a sociedade muda constantemente, e ser realizado participativamente, pois envolve um conjunto de pessoas em relação. A participação no processo de planejamento faz cada envolvido “desenvolver mais facilmente seu papel transformador, pois, à medida que discutem, as pessoas refletem, questionam, conscientizam-se de problemas coletivos e decidem-se por se engajar na luta pela melhoria de suas condições de vida”²⁰. O planejamento participativo procura integrar a comunidade eclesial e os agentes de pastoral com o contexto social numa perspectiva transformadora, como desafia o Evangelho. Por isso, podemos dizer que “a essência do planejamento é a participação”²¹.

18 FRANCISCO, *Exortação Apostólica Evangelii Gaudium*, n.20.

19 Elli BENINCÁ e Rodinei BALBINOT, *Metodologia pastoral*, p.48.

20 Antonia Osima LOPES, Planejamento do ensino numa perspectiva crítica de educação, in LOPES, Antonia Osima (Org.). *Repensando a didática*, p.45-46.

Planejamento compreendido como processo “não é algo pronto, realizado ou estagnado”. É construção contínua, mostrando “a dinamicidade da vida pastoral”²².

O planejamento, enquanto processo permanente de avaliação e (re)construção da ação evangelizadora, implica em fazer a “opção por uma postura teológico-pastoral no processo de evangelização”. Por isso, ele “não tem prazo, visto ser um processo e uma opção epistemológica. Em linguagem estritamente teológica, diríamos que o planejamento é a espiritualidade ou a mística da evangelização. Optar por uma determinada forma de planejar é optar, desde logo, por uma postura teológico-pastoral”²³.

A “honestidade para com o real”, como expressa Jon Sobrino, implica numa postura de permanente (re)leitura do contexto, que exige constantemente novas práticas. “Enquanto se está buscando pôr em prática certas ações, outras ações ou metas estão sendo planejadas [e/ou (re)planejadas]. É essa a dinâmica pastoral e missionária da Igreja”²⁴. Sem conhecer o contexto corre-se o risco de se dar respostas a perguntas que não foram formuladas. Ao desencadear um processo de planejamento é importante ter presente que “o melhor ponto de partida é sempre aquele onde nos encontramos. Trata-se de colocar os pés no chão. Se ignoramos a realidade, não evangelizamos”²⁵. Para responder aos desafios da atualidade, o planejamento deve partir da realidade. “A questão crucial para a

21 Ari Antônio dos REIS, *Teologia pastoral I: introdução, conjuntura eclesial e planejamento*, p.54.

22 José Carlos PEREIRA, *Como fazer um planejamento pastoral, paroquial e diocesano*, p.9.

23 Rene ZANANDRÉA e Rodinei BALBINOT, *Prática pastoral e fazer teológico na perspectiva histórico-evangelizadora*, in Ari dos REIS et al. *Metodologia da ação evangelizadora*, p.58.

24 José Carlos PEREIRA, *Como fazer um planejamento pastoral, paroquial e diocesano*, p.15.

25 CNBB, *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora do Brasil 2011-2015*, n.127.

Igreja, hoje, não é simplesmente se situar dentro do mundo, mas saber dentro de que mundo: do mundo dos 20% de privilegiados ou da maioria excluída? E, a partir do mundo que a Igreja deve estar, que projeto defender ou apoiar para um mundo de todos e não de alguns?”²⁶.

Resumidamente, pode-se dizer que o planejamento refere-se, por um lado, “à opção teológico-pastoral dos agentes (ao modo de ser) e, de outro, ao processo de observação, registro, sessão de estudos e reencaminhamento, através do qual se reflete sobre a realidade em confronto com a Palavra de Deus e a Tradição e se tomam as decisões acerca das necessidades prioritárias a serem enfrentadas na ação evangelizadora (modo de agir)”²⁷. Assim, planejamento é serviço, é ação, é processo que implica em método e tem por meta a construção do plano de pastoral. O planejamento indica o caminho, “é o elemento norteador das ações pastorais”²⁸, ajuda “o agente de pastoral a ter fé na vitória”, visa a “eficácia da ação pastoral, pois planejar é intervir na realidade e dar frutos do Reino (Jo 15,4)”²⁹.

Por sua vez, há de se ter presente a questão da resistência à mudança. Em termos pastorais, muitos planos não são assumidos e postos em prática. A questão é que “nem sempre a necessidade de mudança é reconhecida ou aceita pelas pessoas”³⁰. Isto se deve porque “toda mudança gera resistência e, em geral, os indivíduos sentem medo de novidades, do que é novo, do desconhecido, ainda mais quando a percepção da

26 Agenor BRIGHENTI, *A missão evangelizadora no contexto atual*, p.34.

27 Rene ZANANDRÉA e Rodinei BALBINOT, *Prática pastoral e fazer teológico na perspectiva histórico-evangelizadora*, in REIS, Ari dos et al. *Metodologia da ação evangelizadora*, p.60.

28 José Carlos PEREIRA, *Como fazer um planejamento pastoral, paroquial e diocesano*, p.12.

29 Ari Antônio dos REIS, *Teologia pastoral I: introdução, conjuntura eclesial e planejamento*, p.53.

30 William BARBOSA VIANNA, *Planejamento pastoral: participativo ou estratégico?* REB 68, fasc. 270, p.468.

mudança vem acompanhada de um sentimento de ameaça para as situações nas quais a pessoa se sente segura”³¹. Além do medo do novo, a resistência pode também ocorrer quando a pessoa não participa do processo de construção do plano ou dos projetos. Não participando, não se sente responsável por ele.

O plano, por sua vez, “é a organização das ações para um determinado tempo. É uma leitura objetivada e temporária das conclusões a que se chegou através do processo de planejamento”³². O plano de pastoral é, portanto, parte necessária do processo de planejamento, sendo “o resultado do planejamento”³³. Por isso, sem a efetiva participação das pessoas envolvidas, no caso da ação evangelizadora as lideranças ou a própria comunidade eclesial, “o plano poderá significar uma norma rígida que se impõe dogmaticamente ou mais um documento de prateleira”³⁴. Assim, sem a participação no processo de elaboração, as pessoas não se sentem sujeitos e nem responsáveis pela efetivação do plano. Segundo Agenor Brighenti, “todos, desde sua condição e situação, têm o direito de fazer parte do processo de tomada de decisões. [...] quem não tem o direito de participar do processo de tomada de decisão não tem nenhuma obrigação de participar da sua execução”³⁵. O plano apresenta-se como a referência que orienta as ações a serem realizadas.

2.2 Plano e projeto pastoral

31 *Ibidem*, p.462.

32 Rene ZANANDRÉA e Rodinei BALBINOT, Prática pastoral e fazer teológico na perspectiva histórico-evangelizadora, in Ari dos REIS et al. *Metodologia da ação evangelizadora*, p.59.

33 José Carlos PEREIRA, *Como fazer um planejamento pastoral, paroquial e diocesano*, p.27.

34 Rene ZANANDRÉA e Rodinei BALBINOT, Prática pastoral e fazer teológico na perspectiva histórico-evangelizadora, in Ari dos REIS et al. *Metodologia da ação evangelizadora*, p.59.

35 Agenor BRIGHENTI, *A pastoral dá o que pensar*, p.205.

Se o primeiro passo foi distinguir planejamento de plano, agora analisaremos a relação entre plano e projeto. Para compreender essa relação, recorreremos aos textos referentes à criação (Gn 1-2). Em primeiro lugar, devemos ter presente que estes capítulos iniciais da Sagrada Escritura não são reportagens dos fatos da criação. São textos que fazem teologia e não historiografia. Além disto, são textos sagrados que analisam o momento presente de suas origens e, tendo em vista as necessidades das pessoas envolvidas, apresentam perspectivas de futuro. Colocados como capítulos iniciais da Sagrada Escritura, os relatos da criação fazem o seu primeiro grande anúncio, que chamamos de *plano de Deus*.

Ao abrirmos a Sagrada Escritura, os relatos da criação mostram que o ser humano, feito do “pó da terra”, portador do “sopro vital” de Deus (Gn 2,7) e elevado à dignidade de “imagem e semelhança” de Deus (Gn 1,26-27) é o centro das atenções de Deus. Isto o diferencia de todos os demais seres da criação. Por isso, ele recebeu a incumbência de “cultivar e guardar” o Jardim em Éden (Gn 2,15), uma responsabilidade para com toda a criação.

Os relatos da criação (Gn 1 e 2) fazem ver que o ser humano está aberto a três grandes dimensões. Por um lado, ele é parte da natureza e somente viverá se mantiver uma relação harmônica com ela. Por outro, ele é feito homem e mulher e sua vida está aberta à relação que estabelece com os demais seres humanos. Por ser portador do sopro vital de Deus (Gn 2,7), sua vida está aberta à transcendência. Por isso, a pessoa humana não se encontra e não se realiza plenamente fora destas dimensões. Cada dimensão contempla um aspecto essencial de sua vida e missão. Por isso, para a Sagrada Escritura, a vida humana é um dom sagrado, entregue à responsabilidade de cada pessoa humana e da coletividade. Nada tem valor maior do que a pessoa humana.

Desta forma, entendemos que os relatos da criação são portadores do *plano de Deus*, que se apresenta como a referência básica, iluminadora e orientadora dos projetos históricos. Assim, os projetos históricos devem contemplar em seus processos aquilo que a Sagrada Escritura diz em relação à pessoa humana: seu valor é incomparável. Por isso, ela nunca deve ser coisificada e explorada ou usada como meio em vista de qualquer finalidade³⁶.

Os relatos da criação fazem ver que o plano em relação ao projeto é mais amplo. O plano orienta por onde devem andar os projetos, ou seja, as ações concretas, realizadas na base, que efetivam o plano. O plano indica aquilo que é essencial, o que os projetos devem defender e a mística que inspira tais ações. Em termos bíblicos, para dar um exemplo, o projeto histórico do Êxodo buscou concretizar o plano de Deus no contexto da escravidão egípcia e os profetas o resgataram para dentro do contexto monárquico.

O projeto é uma ação concreta, localizada, que procura efetivar o plano naquele contexto específico, por exemplo: se o plano indica para priorizar a família, há de se criar ações concretas em vista da evangelização da família; se o plano indica para a necessidade de formação, há de se organizá-la concretamente, conforme a necessidade. Olhando para nossas Dioceses, os Planos Diocesanos da Ação Evangelizadora, à luz de um objetivo geral, orientam as práticas pastorais concretas a serem desenvolvidas localmente, nas Paróquias, nas Comunidades ou nas Pastorais específicas, dando-lhes uma direção. Todas elas encontram no objetivo do plano uma unidade e uma finalidade, efetivando-o.

36 Jair CARLESSO, *A obra da criação como caminho teológico-pastoral*, p.85-86.

2.3 Avaliação do processo

A avaliação é parte constitutiva da ação evangelizadora. O método participativo requer um processo permanente de avaliação, como parte integrante do planejamento pastoral. Quem não se avalia incorre em repetir os erros do passado. O próprio Jesus de Nazaré avaliava com os Doze o processo realizado: “Ao voltarem, os apóstolos contaram a Jesus quanto haviam feito. Ele tomou-os consigo e retirou-se, à parte, para uma cidade chamada Betsaida” (Lc 9,10). Em certas ocasiões, tomava os líderes do grupo dos Doze e se retirava a sós com eles para resolver os conflitos e rezar a caminhada (Mt 17,1-8; Mc 9,2-8; Lc 9,28-36) e os reencaminhava para a missão (Lc 10,1ss).

Avaliar é “olhar a caminhada feita, procurando não perder a história construída e, acima de tudo, é olhar as perspectivas de futuro. É refletir sobre o processo em andamento e ver em que é preciso ainda crescer. É sentir as conquistas que estão sendo feitas, valorizando o esforço individual e coletivo, para animar a caminhada. Avaliar é também mergulhar nos fracassos, nas omissões, nos erros para compreender o que gerou as derrotas. ‘A avaliação se constitui num momento necessário para o crescimento pessoal e comunitário’. No ato avaliativo, aparecem os acertos e as falhas e reacende-se o desejo de retomar o processo, de corrigir os erros, de inovar, de transcender”³⁷.

A finalidade da avaliação é revigorar, redirecionar, dar novo ânimo à ação. Por isso, segundo William B. Vianna, faz-se necessário “desenvolver uma cultura de permanente avaliação como necessidade inerente ao processo de planejamento” da ação evangelizadora. Ao mesmo tempo, todo planejamento deve ser encarado “como um processo de aprendizagem. Assim, quando os objetivos estabelecidos não são atingidos, não é necessário justificar os erros, e sim, analisar suas causas e

37 DIOCESE DE EREXIM, *Plano pedagógico – a formação presbiteral*, p.12.

aprender com eles”³⁸.

Considerações finais

Na perspectiva do Concílio Vaticano II, segundo Agenor Brighenti, “urge para nosso tempo uma Igreja-sinal, e não força e poder; uma Igreja testemunhal, para que o Evangelho seja credível; uma Igreja que renuncie à tentação de disputa do mercado religioso e aceite ser minoria ou resto, se preciso for, para não perder sua vocação profética. [...] o contexto atual exige que a Igreja se coloque dentro do mundo dos excluídos, sendo solidária com eles [...]. Nosso contexto exige o testemunho de uma Igreja que, além do sujeito social, assuma também o lugar social dos pobres”³⁹.

A presença e missão evangelizadora da Igreja na sociedade implica:

- num processo contínuo de *planejamento*: este é uma mística, um modo de ser e de fazer acontecer as ações, que perpassa e está presente em todo o processo da ação evangelizadora; revela uma compreensão teórica e uma prática;

- na elaboração de *planos*: o plano decorre do planejamento e está voltado para a sua realização; ele aponta aquilo que é essencial e que deve perpassar transversalmente em todas as ações concretas; indica o todo e o rumo a ser seguido num determinado tempo e local;

- na efetivação de *projetos*: é aquilo que concretamente é realizado; por isso, é localizado objetivamente e determinado; cada projeto atem-se normalmente a um aspecto, funcionando como uma espécie de recorte.

Assim, planejamento, plano e projeto são conceitos distintos, mas intimamente relacionados um ao outro. Não dá para

38 William BARBOSA VIANNA, Planejamento pastoral: participativo ou estratégico? *REB* 68, fasc. 270, p.470-471.

39 Agenor BRIGHENTI, *A missão evangelizadora no contexto atual*, p.44.

conceber um sem o outro. No caso da ação evangelizadora, eles têm a ver com um modo de conceber a Igreja e sua missão na sociedade. Quando bem desenvolvidos, garantem uma presença e uma caminhada mais viva da Igreja. Finalizando esta reflexão, lembremos do apelo que faz o Papa Francisco: “Convido todos a serem ousados e criativos nesta tarefa de repensar os objetivos, as estruturas, o estilo e os métodos evangelizadores [...]. Importante é não caminhar sozinho”⁴⁰.

Referências bibliográficas

BAKKER, Nicolau João. Modelos pastorais em tempos de pastoral “líquida”? *REB*, vol. 75, n. 298, Petrópolis: Vozes, p.303-324, 2015.

BARBOSA VIANNA, William. Planejamento pastoral: participativo ou estratégico? *REB*, vol. 68, fasc. 270, Petrópolis: Vozes, p.458-472, 2008.

BENINCÁ, Elli e BALBINOT, Rodinei. *Metodologia pastoral: mística do discípulo missionário*. São Paulo: Paulinas, 2009.

BRIGHENTI, Agenor. *A missão evangelizadora no contexto atual: realidade e desafios a partir da América Latina*. São Paulo: Paulinas, 2006 («Coleção Sinais dos Tempos»).

_____. *A pastoral dá o que pensar: a inteligência da prática transformadora da fé*. São Paulo: Paulinas, 2006 («Livros Básicos de Teologia», 15 – Teologia Pastoral).

_____. Modelos de pastoral e eclesiológicos, em torno à renovação do Vaticano II. *REB*, vol. 75, n. 298, Petrópolis: Vozes, p.280-302, 2015.

CARLESSO, Jair. *A obra da criação como caminho teológico-pastoral: uma leitura de Gn 1,1-2,4a*. Passo Fundo: Itepa, 2009 (Monografia, Pós-Graduação em Metodologia Pastoral).

CNBB, *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil 2003-2006*. 3. ed., São Paulo: Paulinas, 2003 («Documentos da CNBB», 71).

_____, *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil 2011-2015*. 2. ed., Brasília: Ed. CNBB, 2011 («Documentos da CNBB», 94).

DAMIS, Olga Teixeira. Planejamento escolar: expressão técnico-política de sociedade. In ALENCASTRO VEIGA, Ilma Passos (Org.). *Didática: o ensino e suas relações*. 8. ed., Campinas: Papirus, 1996 («Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico»), p.171-183.

⁴⁰ Papa FRANCISCO, *Exortação Apostólica Evangelii Gaudium*, n.33.

DIOCESE DE EREXIM. *Plano pedagógico – a formação presbiteral*. 2004.

FRANCISCO PAPA. *Exortação Apostólica Evangelii Gaudium do Sumo Pontífice ao episcopado, ao clero, às pessoas consagradas e aos fiéis leigos sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual*. São Paulo: Paulus, Loyola, 2013.

LOPES, Antonia Osima. Planejamento do ensino numa perspectiva crítica de educação, in LOPES, Antonia Osima (Org.). *Repensando a didática*. 14. ed., Campinas: Papirus, 1999, p. 41-52.

PAULO VI, PAPA. *Exortação Apostólica Evangelii Nuntiandi*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

PEREIRA, José Carlos. *Como fazer um planejamento pastoral, paroquial e diocesano*. São Paulo: Paulus, 2015 («Coleção Organização Paroquial»).

RAYS, Oswaldo Alonso. *Trabalho pedagógico: hipóteses de ação didática*. Santa Maria: Pallotti, 2000.

REIS, Ari Antônio dos et al. *Metodologia da ação evangelizadora: uma experiência no fazer teológico-pastoral*. Passo Fundo: Berthier, 2008.

REIS, Ari Antônio dos. *Teologia pastoral I: introdução, conjuntura eclesial e planejamento*. Batatais: Ação Educacional Claretiana, 2008.

SOBRINO, Jon. Espiritualidade de Jesus e Espiritualidade da Libertação – Estruturas fundamentais, *REB*, vol. 39, n.156, Petrópolis: Vozes, p.604-615, 1979.

A IMPORTÂNCIA DAS DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO DE PLANOS DE PASTORAL

*Pe. José Adalberto Vanzella**

Resumo: A CNBB, desde as suas origens, procura realizar um trabalho de pastoral de conjunto que responda às necessidades da evangelização no Brasil e aos apelos da nossa realidade. A principal ferramenta elaborada pela CNBB para esse trabalho são as Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil, que deve ser a pedra de toque no processo de planejamento de todas as Igrejas Particulares no Brasil, assim como das pastorais. Por isso, as Diretrizes Gerais devem ser o elemento fundamental do Referencial Teórico em todos os trabalhos de planejamento pastoral.

Palavras chave: Pastoral. Diretrizes. Evangelização.

Introdução

A pastoral de conjunto sempre foi para a Igreja no Brasil uma necessidade e um desafio, e compete à CNBB o enfrentamento desse problema e o encaminhamento de propostas para ações em vista da pastoral de conjunto.

Desde a sua origem, a CNBB procurou responder a este desafio, inicialmente por iniciativa do Papa João XXIII que resultou na elaboração do Plano de Emergência, a primeira grande iniciativa de uma ação pastoral conjunta no Brasil. Mas foi o Concílio Vaticano II e a elaboração do Plano de Pastoral de Conjunto, profundamente enraizado no pensamento conciliar, que de fato este trabalho ganhou fôlego.

A necessidade de responder às necessidades locais das Igrejas Particulares e responder às exigências da evangelização inculturada levou à transição para as Diretrizes Gerais da Ação Pastoral, que também cresceu com o tempo e precisou ser

* Doutor em Teologia pela PUC/RIO, professor de filosofia e teologia da Faculdade Dehoniana, Presbítero da diocese de Taubaté/SP.

modificada para Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora.

Mas esse trabalho só será completo quando se tornar o referencial teórico dos planos de pastoral das dioceses e das pastorais, a fim de que de fato tornem-se ações pastorais que atingem os objetivos tanto de quem planeja como da ação evangelizadora da Igreja no Brasil, garantindo a pastoral de conjunto, o princípio da subsidiariedade e a encarnação do evangelho na realidade.

1 A fundação da CNBB, suas preocupações iniciais e o surgimento de um plano nacional de trabalho

Em 1936, o padre Helder Pessoa Câmara foi transferido para o Rio de Janeiro e lá, pouco tempo depois, foi nomeado Assistente Geral da Ação Católica Brasileira. Seu primeiro trabalho foi organizar o Secretariado Nacional da Ação Católica Brasileira, contando com a colaboração de Aglaia Peixoto, Carolina Gomes, Maria Luiza Amarante e Edgar Amarante, Jeanette Pucheu, Vera Jacoud e Frei Romeu Dale, entre outros, que começaram a promover Encontros Regionais de Bispos, mostrando a necessidade da criação de um Secretariado Nacional que ajudasse os bispos a equacionar seus problemas locais. Amadurecia a ideia da criação da CNBB. O padre Helder iniciou, por sua própria iniciativa, um diálogo com o Cardeal Montini com objetivo de criar o organismo com autorização da Santa Sé¹. No dia 20 de abril de 1952, o então monsenhor Helder foi ordenado bispo auxiliar do Rio de Janeiro². A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil foi fundada no Palácio São Joaquim, Largo da Glória, no Rio de Janeiro, em uma reunião que começou no dia 14 de outubro de

1 Cf. Helder CÂMARA. A CNBB nasceu assim, In: INSTITUTO NACIONAL DE PASTORAL - INP (Org.). *Presença pública da Igreja no Brasil*. São Paulo: Paulinas, p.9-10.

2 Cf. R. C. BARROS. Gênese e consolidação da CNBB no contexto de uma Igreja em plena renovação, In: INP (org.) *Presença pública da Igreja no Brasil*, p.31-32.

1952 e prolongou-se até o dia 17 do mesmo mês³.

Em seguida, os religiosos se organizaram criando a Conferência dos Religiosos do Brasil - CRB, após o I Congresso Nacional de Religiosos, realizado em fevereiro de 1954, no Rio de Janeiro⁴. Por fim, foi o episcopado continental quem criou o seu organismo próprio quando, após o 36º Congresso Eucarístico Internacional realizado em 1955 no Rio de Janeiro, aconteceu na Igreja da Candelária, na mesma cidade, uma Conferência Geral não conciliar, integrada por representantes de todos os episcopados latino-americanos e, durante este evento, ficou decidida a criação do Conselho Episcopal Latino-americano - CELAM. A sua primeira reunião plena foi na cidade do México em 1956 e, por decisão do Papa Pio XII, ficou estabelecida a sua sede em Bogotá, na Colômbia, por ser este o único país que une em si a América Central e a América do Sul⁵.

Os frutos pastorais da criação da CNBB logo começam a aparecer e os três primeiros foram a criação de três organismos: o Instituto Nacional de Catequese - INC, o Centro de Estatística Religiosa e Investigação Social - CERIS, e o Serviço de Cooperação Apostólica Internacional - SCAI, para intercâmbio de missionários entre o Brasil e os demais países, aos quais se agregou o Centro de Formação Intercultural - CENFI⁶.

Uma das preocupações iniciais da CNBB foi com o mundo rural. A CNBB chegou à conclusão de que o surgimento das favelas nas grandes metrópoles brasileiras era fruto do subdesenvolvimento no meio rural, marcado principalmente pela ausência de organização e de direitos. Por isso, foi realizada uma parceria entre a CNBB e o Serviço de Informação

3 Cf. *Ibidem*, p.30-31.

4 Cf. *Ibidem*, p.34.

5 Cf. *Ibidem*, p.36.

6 Cf. *Ibidem*, p.35.

Agrícola - SIA, do Ministério da Agricultura, para a realização de semanas rurais buscando despertar a sociedade para o problema e encontrar caminhos de superação para o mesmo⁷.

A partir daí várias iniciativas foram surgindo. Dom Eugênio de Araújo Sales ajustou ao Rio Grande do Norte a experiência de educação de adultos desenvolvida na Colômbia por meio de escolas radiofônicas. A experiência logo se expandiu através da Representação Nacional de Emissoras Católicas - RENEK, ligada à Secretaria de Ação Social da CNBB, sob a responsabilidade de Dom Eugênio Sales. Um encontro entre Dom José Távora, bispo de Aracaju, e o presidente eleito do Brasil, Jânio Quadros, resultou na criação, por Decreto, do Movimento de Educação de Base, acontecida no dia 21 de março de 1961, e o estabelecimento de um convênio entre a República e a CNBB para instalação de 75.000 escolas radiofônicas. A experiência foi posteriormente enriquecida com a proposta pedagógica de Paulo Freire⁸.

Também merece destaque o processo de sindicalização rural, um dos frutos do Movimento de Educação de Base. Com o crescimento das Ligas Camponesas, de inspiração marxista, o Serviço de Assistência Rural - SAR da Arquidiocese de Natal, a quem estava ligado o Movimento de Educação de Base - MEB, iniciou um trabalho de sindicalização rural, como oposição às Ligas Camponesas. Este trabalho também foi desenvolvido em Pernambuco, berço das Ligas Camponesas, principalmente com a criação do Serviço de Orientação Rural de Pernambuco - SORP, com o mesmo objetivo do MEB. A CNBB, representada por Dom Helder Câmara, Dom Fernando Barros e Dom Eugênio Sales, conseguiu do Presidente João Goulart, a agilização dos processos de reconhecimento dos sindicatos rurais, que ficou ao cargo do Ministro do Trabalho André Franco Montoro⁹.

7 Cf. *Ibidem*, p.36-37.

8 Cf. *Ibidem*, p.38-39.

Em 1961, o Papa João XXIII escreveu uma carta aos bispos da América Latina. Nesta carta, o Papa demonstra suas preocupações com o naturalismo de Charles Darwin, o marxismo, o espiritismo de Allan Kardec e a aliança entre o liberalismo e o protestantismo, e afirma a necessidade de uma Pastoral de Conjunto para que a Igreja possa enfrentar esses desafios. Como resposta concreta a esta carta, a CNBB aprovou o Plano de Emergência, que foi o primeiro plano de pastoral com a intenção de abranger todo o território brasileiro. O Plano de Emergência foi aprovado em abril de 1962 e buscou a renovação da Igreja no Brasil através de quatro eixos¹⁰:

- 1) renovação das paróquias;
- 2) renovação do ministério sacerdotal;
- 3) renovação dos educandários católicos;
- 4) introdução a uma Pastoral de Conjunto¹¹.

A importância do plano de Emergência é assim descrita pelo Pe. José Oscar Beozzo:

No Brasil, o Plano de “Emergência” foi preparado às pressas como o próprio nome o indica e aprovado durante a V Assembleia Ordinária da CNBB, de 2 a 5 de abril de 1962, já às vésperas do Concílio. Ao mesmo tempo em que contemplava o princípio do planejamento pastoral, preparava as estruturas da própria CNBB e da Igreja do Brasil para aplicá-lo. A principal decisão foi a de descentralizar a sua implementação, criando-se os sete primeiros regionais da CNBB e solicitando-se a cada diocese o estabelecimento de um secretariado do Plano de Emergência, para servir de elo entre as estruturas nacionais e de centro propulsor das

9 Cf. *Ibidem*, p.39-40.

10 Cf. M. J. GODOY. A CNBB e o processo de evangelização do Brasil. In: INP, *Presença pública da Igreja no Brasil*. São Paulo: Paulinas, p.388.

11 Evidentemente, sempre existiu, em toda a realização ou concepção da pastoral, uma preocupação pela conjunção de todos os seus aspectos e setores. Isto foi conseguido, sobretudo, nas épocas em que a preocupação eclesiológica foi mais clara, já que a Igreja é o fundamento de toda a ação pastoral e, por conseguinte, de toda pastoral de conjunto.

diretrizes do plano em âmbito local¹².

Assim, vemos que a CNBB, originada a partir da experiência de organização da Ação Católica, apresenta no seu início a preocupação com a realidade brasileira, procura dar respostas concretas aos desafios por ela impostos, seja através de suas próprias estruturas, criando organismos quando isso se faz necessário, seja através do diálogo e cooperação mútua com o poder instituído. Também vemos a origem da preocupação pela pastoral de conjunto, vinda com a carta do Papa João XXIII, e que esta preocupação, que marca a Igreja no Brasil até os dias de hoje, traz logo respostas práticas, como foi o caso do Plano de Emergência.

2 A Igreja do Brasil no Concílio Vaticano II

A notícia do anúncio do Concílio Vaticano II foi acolhida com alegria no Brasil e, logo, a idéia de unidade dos cristãos passou a ser dominante¹³.

Em 05 de outubro de 1960, João XXIII criou as dez comissões preparatórias e a comissão central e, entre os seus 827 membros, apenas eram brasileiros Dom Jaime de Barros Câmara, cardeal do Rio de Janeiro, Dos Helder Pessoa Câmara, Secretário-Geral da CNBB e segundo vice-presidente do CELAM, Dom Antônio Maria Alves Siqueira, auxiliar de São Paulo, Dom José Távora, arcebispo de Aracaju, Dom Vicente Alfredo Scherer, arcebispo de Porto Alegre, Mons. Joaquim Nabuco, do Rio de Janeiro, Pe. Estevão Bentia, de São Paulo e Frei Boaventura Kloppenburg. Essa escassa presença e o forte sigilo imposto a todos os trabalhos preparatório tornou o

12 José Oscar BEOZZO. A recepção do Vaticano II na Igreja do Brasil, In: INP (org), *Presença pública da Igreja no Brasil*. São Paulo: Paulinas, p.432.

13 Cf. Idem, *A Igreja do Brasil – de João XXIII a João Paulo II – de Medellín a Santo Domingo*, p.72.

Concílio abstrato até mesmo para os bispos¹⁴. A contribuição que o Brasil levava para o Concílio era o fato de ser uma Igreja fortemente comprometida na luta contra o subdesenvolvimento e nos programas de educação de base e sindicalização em meio às populações mais pobres. Também era uma Igreja com prática crescente na colegialidade episcopal e no trabalho em equipe, inserida numa articulação supranacional, o CELAM. Uma Igreja marcada por um profundo amor e fidelidade ao Papa, que logo se alinhou ao bloco da maioria¹⁵.

Um dos momentos decisivos do Concílio aconteceu no dia 13 de outubro de 1962, quando deveriam ser eleitos os membros das comissões conciliares. Os cardeais Liénart e Frings propuseram o adiamento das eleições para que os padres conciliares pudessem, em reuniões, elaborar listas de nomes. Com isso, o controle do Concílio saiu das mãos da Cúria Romana, que tinha listas prontas, e passou para a Assembléia¹⁶. A intervenção dos cardeais foi fruto de um trabalho de articulação anterior iniciado pelo primeiro vice-presidente do CELAM, Dom Manuel Larrain, juntamente com Dom Helder Câmara¹⁷. Em seguida os dois bispos articularam, contrariando a Cúria Romana, uma reunião do CELAM para o mesmo dia, sem a aprovação do presidente do CELAM, que não teve coragem de assumir a convocação, que foi então feita pelo arcebispo de Santiago, o cardeal Silva Enríquez, sendo que esta reunião encorajou outras Conferências Episcopais a fazer o mesmo e o resultado foi a eleição e a contribuição valorosa nas comissões de pessoas completamente desconhecidas em âmbito internacional, como Dom Zoa, de Camarões¹⁸.

Os bispos brasileiros ficaram todos hospedados na casa

14 Cf. *Ibidem*, p.73.

15 Cf. *Ibidem*, p.74

16 Cf. *Ibidem*, p.75.

17 Cf. *Ibidem*, p.76-78.

18 Cf. *Ibidem*, p.78-79.

“Domus Mariae” e o secretariado-geral da CNBB organizou reuniões e conferências, com teólogos e peritos, durante todo o Concílio, sob a coordenação do biblista brasileiro Pe. Antônio P. Guglielmi, que resultaram em poucas, mas grandes intervenções do episcopado brasileiro no Concílio. Essas conferências foram um verdadeiro fórum de debates e uma universidade teológica. Os seminaristas brasileiros, no início, participaram das conferências, mas foram proibidos pela Sagrada Congregação para os Seminários, mas os bispos passaram a gravar as conferências para que fossem reproduzidas no seminário¹⁹. Entre os frutos dessas conferências podemos citar a elaboração do Plano de Pastoral de Conjunto, estruturando as pastorais do Brasil a partir de linhas que eram definidas pelos principais documentos conciliares e que foi copiado no mundo todo, e a Campanha da Fraternidade.

3 Planos, diretrizes e projetos

O primeiro plano de trabalho que tivemos na Igreja do Brasil foi o Plano de Emergência, que já foi contemplado no início deste trabalho.

3.1 O Plano de Pastoral de Conjunto (PPC)

O PPC se apresentava como uma proposta acabada para colocar a Igreja do Brasil no compasso das conclusões do Concílio Vaticano II. Possuía uma técnica de planejamento adequada e inovadora além de uma abrangência teológica impressionante e revolucionou o modo de fazer pastoral no Brasil, dando uma nova estrutura à CNBB, ao tomar os principais documentos do Concílio para criar as seis linhas fundamentais de ação em torno das quais foi estruturada toda a ação pastoral:

¹⁹ Cf. *Ibidem*, p.79-91

- Linha 1 – baseada na *Lumen Gentium*, dava as coordenadas para uma eclesiologia que, mais tarde, ganharia o nome de comunhão e de participação;
 - Linha 2 – baseada na *Ad Gentes*, visava introduzir no Brasil a preocupação com o anúncio do Evangelho além de suas fronteiras e reunir todas as iniciativas surgidas em torno do pólo missionário;
 - Linha 3 – baseada na *Dei Verbum*, buscava tornar o cristão uma pessoa adulta, capaz de dar razão de sua fé e de sua esperança. Mais tarde, essa linha ficou conhecida como bíblica e catequética;
 - Linha 4 – baseada na *Sacrosanctum Concilium*, busca adequar toda a dimensão orante e celebrativa da Igreja no Brasil às conclusões conciliares e dá ovos rumos à liturgia;
 - Linha 5 – baseada na *Unitatis Redintegratio* e *Nostra Aetate*, trata do relacionamento da Igreja Católica Romana com as outras Igrejas cristãs, advindas dos cismas antigos ou depois da reforma protestante, e com as outras religiões não cristãs;
 - Linha 6 – baseada na *Gaudium et Spes*, leva a Igreja do Brasil à radicalidade em viver a evangélica opção pelos pobres.
- É impossível descrever toda a riqueza do PPC na vida pastoral da Igreja no Brasil²⁰.

3.2 Novas opções pastorais

O Plano de Pastoral de Conjunto, pensado para vigorar de 1966 a 1970, foi prorrogado por um tempo e substituído por outra forma de organizar a pastoral no Brasil. Na década de 1970, em meio às dificuldades enormes diante de uma sociedade extremamente complexa e desumana, a Igreja no Brasil se via com enorme dificuldade de alcançar consenso na CNBB,

²⁰ Cf. M. J. GODOY. A CNBB e o processo de evangelização do Brasil, In: INP (org.), *Presença pública da Igreja no Brasil*, p.389-391.

principalmente por causa de uma crescente rejeição da hegemonia do eixo Rio – São Paulo e das queixas de que um Plano Nacional interferia na vida das dioceses, reduzindo o poder do bispo local. O resultado foi o abandono do caminho dos Planos Nacionais de Pastoral, mas a explosão de experiências pastorais inspiradas em Medellín e Puebla, resultantes dos novos desafios impostos à Igreja. Os agentes de pastoral que engrossam os quadros em todas as frentes pastorais encontravam nas CEBs o seu espaço próprio de articulação de fé e política e encontram, em 1975, um grande reforço com o 1º Encontro Intereclesial, realizado em Vitória – ES, além do seu reconhecimento oficial na Exortação Apostólica pós-sinodal *Evangelii Nuntiandi*, do papa Paulo VI²¹.

Neste período, a Igreja no Brasil decide que é hora de mudança e o Plano de Pastoral de Conjunto não é renovado. Então se chega à conclusão que não se trata de termos um Plano Nacional de Pastoral para que possamos ter uma pastoral de conjunto no Brasil, principalmente se considerarmos a grande diversidade existente na realidade brasileira. O resultado desta reflexão foi o surgimento das Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil. Como diretrizes, a orientação nacional é dada, mas a realidade de cada diocese é respeitada. Esta nova forma de pensar a pastoral de conjunto no Brasil traz como novidades a elaboração de um objetivo geral, que deve ser trabalhado em todo o país e a consequente substituição do conceito de linhas pastorais por dimensões pastorais. Esta substituição acontece porque o objetivo geral faz o papel que era feito pelas linhas pastorais de dar uma direção para a pastoral. As dimensões nos mostram que a estrutura da pastoral a partir dos documentos do Vaticano II é mantida, mas traz uma novidade: as seis dimensões pastorais, enquanto tal, estão presentes em todas as atividades pastorais desenvolvidas no Brasil.

21 Cf. *Ibidem*, p.391-393.

Mas aos poucos foi surgindo uma rejeição muito forte por parte de quem não concordava com a presença profética da Igreja na sociedade, que vai se tornar mais visível na década de 1980, com apoio do papa João Paulo II que, em 10 de dezembro de 1980 dirige uma carta aos bispos do Brasil afirmando que a Igreja perderia a sua identidade mais profunda se as questões sociais a distraísse, assim como as contingências políticas a dominasse, e ela perdesse a visão da sua missão essencialmente religiosa de edificação do Reino que começa aqui. O papa indicava, desde o início do seu pontificado, que via com apreensão a forte atuação social da Igreja no Brasil. Mas mesmo assim, a década de 1980 conheceu uma Igreja bastante vibrante, com um crescente abismo entre uma ala que incentiva a participação a Igreja na construção de uma sociedade democrática e outra que crescentemente se fechava nos assuntos internos, mas, a partir de meados dessa década, a missão social vai diminuindo, principalmente por causa de algumas medidas tomadas pela Santa Sé em relação à Igreja no Brasil como a visita apostólica aos seminários, ocasionando um mal-estar nas orientações da formação presbiteral da arquidiocese de São Paulo e o fechamento do SERENE ITER, da Arquidiocese de Recife. A isso acrescenta-se a desqualificação dos teólogos mais avançados, a nomeação de bispos de tendência conservadora e de confiança de Roma, o reforço da Nunciatura e ataques às CEBs e à Teologia da libertação. Todo esse clima faz com que a Igreja no Brasil busque uma nova metodologia para a sua ação pastoral, mas continue sendo um referencial para os pobres e para toda a luta pelos direitos humanos²².

Em 1995, as Diretrizes ganham nova perspectiva. Percebe-se a urgência de fazer com que a Igreja se torne mais “agressiva” nos seus métodos evangelizadores. Acostumada a trabalhar com pequenos grupos, a Igreja se via retraída no contato com a massa. Assim, as Diretrizes passam a se chamar Diretrizes Gerais

22 Cf. *Ibidem*, p.393-394.

da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil. Da ação pastoral para a ação evangelizadora – essa passagem sinaliza o anseio por mudança no método pastoral e por maior abertura às massas católicas afastadas²³.

4 O planejamento pastoral e o lugar das diretrizes gerais

Um dos elementos mais importantes para a realização do trabalho pastoral é o processo de planejamento que envolva todas as forças vivas da Igreja em vista de uma ação pastoral pensada²⁴. A realização deste planejamento exige uma metodologia de trabalho, que precisa ser recriada de acordo com as exigências da realidade local.

Todo trabalho de planejamento exige um marco referencial, que é o conhecimento da realidade na qual a ação pastoral irá acontecer. Para esse conhecimento, existem muitos meios para que o levantamento da realidade seja feito. Mas o levantamento da realidade é o primeiro passo para a realização do marco referencial, pois é necessária a análise desses dados e o estabelecimento da relação entre eles, o que tecnicamente se chama análise de conjuntura. Os dados da realidade não são tão importantes como o estabelecimento da conjuntura, pois as lógicas determinantes dos processos que atuam sobre a realidade são mais importantes que os fatos, uma vez que os fatos são consequentes das forças que atuam sobre eles e os concretizam.

O segundo passo do planejamento pastoral é o estabelecimento do Referencial Teórico, que será colocado como contraponto ao Marco Referencial. Como podemos perceber, este é um processo dialético no qual o Referencial Teórico é colocado como antítese em relação ao Marco Referencial, que é a tese. Isso é necessário porque, na dialética, é

23 Cf. *Ibidem*, p.394.

24 Cf. CELAM. *Texto Conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado da América Latina e do Caribe*, n.371. Doravante DAp.

a antítese quem determina a síntese²⁵.

Do confronto entre o Marco Referencial e o Referencial Teórico é elaborado o diagnóstico pastoral, e aqui é o momento fundamental do planejamento pastoral, pois se acontece um erro ou desequilíbrio na elaboração do diagnóstico pastoral, todo o trabalho evangelizador e pastoral está comprometido. Por isso, sempre é importante a presença de um assessor externo neste momento do planejamento para que se faça um confronto que seja isento de interferências e interesses que possam ser prejudiciais ao trabalho.

O diagnóstico pastoral determina o objetivo geral e os objetivos específicos, os quais vão definir as ações que serão executadas no trabalho evangelizador. Se o diagnóstico é incorreto, os objetivos serão inadequados e as ações não irão responder às exigências do trabalho evangelizador.

Tudo isso evidencia a importância do Referencial Teórico e, aqui, nos cabe ver a questão do papel das Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil para a elaboração de um plano de pastoral que se insira na pastoral de conjunto da Igreja no Brasil.

A própria CNBB percebeu esse problema e, por isso, viu a necessidade de estabelecer um roteiro mínimo para a realização de um bom trabalho de planejamento pastoral. Embora haja uma vasta quantidade de publicações sobre planejamento

25 Não pretendo entrar no estudo da dialética porque este não é o objetivo deste trabalho, mas segundo os textos de Fichte, em especial nos “Discursos à Nação Alemã”, de Schelling e de Hegel, na dialética, é sempre a antítese quem determina a síntese. Se usarmos simplesmente o método dedutivo, o Marco Referencial torna-se o determinante e o planejamento fica sendo de uma ação social. Se usarmos o método dialético, o referencial teórico fica sendo determinante e, assim, o trabalho se torna evangelizador. Para quem quiser um material simples para o estudo do método dialético, sugiro: FERREIRA, A. S. *Raízes do nosso Tempo*. São Paulo: Salesiana, 1980.

pastoral no Brasil²⁶, as últimas Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil trouxe um apêndice que procura mostrar um caminho para o planejamento pastoral no seu item 5.1²⁷ e é justamente nesta proposta, que é feita a partir de passos, o texto propõe, no terceiro passo, as urgências da ação evangelizadora como o elemento que realiza a pastoral de conjunto no Brasil²⁸.

Análise conclusiva

Desde que a CNBB foi fundada, a preocupação com a realidade brasileira e a necessidade de responder aos seus apelos em vista da implantação do Reino de Deus sempre foi uma constante para ela e o planejamento pastoral em vista de um trabalho conjunto cada vez mais se mostrou uma importante ferramenta para a elaboração deste trabalho.

A participação do episcopado brasileiro no Concílio Vaticano II e, em especial, os encontros da “Domus Mariae” foram fundamentais para que o planejamento pastoral no Brasil ganhasse um grande impulso. Com a associação entre conhecimento de causa a respeito do Concílio e a mentalidade pastoral característica da Igreja no Brasil, o Plano de Pastoral de Conjunto colocou a ação pastoral na perspectiva conciliar e possibilitou o grande avanço que a Igreja no Brasil vai conhecer nos anos seguintes.

A transição para as Diretrizes Gerais da Ação Pastoral possibilitou o alargamento de horizontes e uma ação pastoral

26 Podemos citar o subsídio elaborado pela CNBB dentro do Projeto Rumo ao Novo Milênio: É hora de mudança, ou também: A. BRIGHENTI. *Reconstruindo a esperança: como planejar a ação da Igreja em tempos de mudança*. São Paulo: Paulus, 2000; M. PAYÁ. *O Planejamento Pastoral a Serviço da Evangelização*. São Paulo: Ave Maria, 2005; ou ainda G. ORFANO. *Técnicas de Planejamento Pastoral*. Petrópolis: Vozes, 2004.

27 Cf. CNBB. *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil*, n.123-138.

28 Cf. *Ibidem*, n.131.

mais na perspectiva da inculturação, da satisfação das necessidades das Igrejas Particulares e a resposta aos desafios mais concretos. A passagem para as Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora abriu ainda mais esse leque de opções.

A própria CNBB, embora em âmbito interno não considere tanto a importância das Diretrizes Gerais²⁹, reconhece a importância das DGAE no Planejamento Pastoral para que a pastoral de conjunto aconteça no Brasil e as ações evangelizadoras e pastorais adquiram mais corpo e se tornem mais fortes em vista da consecução do objetivo comum da ação evangelizadora da Igreja no Brasil.

É importante a qualificação para o planejamento pastoral e o Brasil carece de pessoas capacitadas em Teologia Pastoral, principalmente em planejamento, e é muito importante que a CNBB invista na formação de assessores para o planejamento que conheçam as DGAE e as suas fontes, de modo que a pastoral de conjunto na Igreja do Brasil se fortaleça, mostre-se para o mundo como sacramento de salvação e possa, em todos os níveis, cumprir a missão que lhe foi confiada por Jesus.

Referências Bibliográficas

BEOZZO, José Oscar. *A Igreja do Brasil - de João XXIII a João Paulo II - de Medellín a Santo Domingo*. 2ª Ed., Petrópolis: Vozes, 1996.

CELAM. *Texto Conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado da América Latina e do Caribe*. Brasília: Ed. CNBB, 2006.

CNBB. *Diretrizes gerais da ação evangelizadora da Igreja no Brasil 2003-2006*. São Paulo: Paulinas, 2003 («Documentos da CNBB», 71).

_____. *Diretrizes gerais da ação evangelizadora da Igreja no Brasil 2015-2019*. Brasília: Ed. CNBB, 2015 («Documentos da CNBB», 102).

INSTITUTO NACIONAL DE PASTORAL (org.). *Presença Pública da Igreja no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 2002.

29 Basta analisar as atas das diversas reuniões do Conselho Permanente, do Consep ou dos grupos de assessores e ver a ínfima quantidade que as DGAE são citadas nessas reuniões.

A PASTORAL EM CHAVE CRISTOLÓGICA- ANTROPOLÓGICA

Evangelizar a partir dos cinco sentidos

*Pe. Rogério L. Zanini**

Resumo: A missão da Igreja é evangelizar; fazer acontecer vida em abundância para todos/as (Jo 10,10). Hoje com as mudanças rápidas e profundas em todos os níveis da sociedade a fé consequentemente sofre abalos e precisa se solidificar dentro deste ‘mar’ revolto. O desafio que urge é, nas palavras de Francisco: “responder adequadamente à sede de Deus de muitas pessoas, para que não tenham de ir apagá-la com propostas alienantes ou com um Jesus Cristo sem carne e sem compromisso com o outro” (EG 89). No ápice da Revelação, Deus mesmo se fez humano e inaugurou na humanidade o seu mais eloquente discurso: Ele mesmo. Nesse discurso, revelou-se a origem e o fim do ser humano, criado à imagem de Deus que se fez visível em Jesus Cristo (cf. Jo 1,14). Para a fé cristã, portanto, é o verbo encarnado que antecede e dá as bases para compreender o ser humano verdadeiro. Por isso falamos de um caminho cristológico-antropológico com objetivo de apresentar uma chave pastoral que integre todos os sentidos humanos. O pensamento ocidental muito marcado pelo racionalismo criou lacunas na maneira de compreender o ser humano, enfatizando, sobretudo o aspecto da razão (penso, logo existo) em prejuízo à integralidade do corpo (sinto, logo existo). Este é o plano de fundo da reflexão que contempla os seguintes aspectos. Primeiro, verifica-se como a compreensão de uma racionalidade desvinculada da integralidade humana, conduziu a um estreitamento, e como consequência uma evangelização pífia sem incidência sobre os sentidos humanos. No segundo, retomamos o frescor proveniente das fontes dos evangelhos, contemplando a prática de Jesus como paradigma da plenitude humana, por considerar todos os seus cinco sentidos (visão, olfato, audição, paladar e tato). No terceiro e último, em perspectivas conclusivas, algumas contribuições para uma ação evangelizadora que contemple e valorize os diferentes sentidos da existência humana, uma vez que todos são habitados pela presença do Espírito Santo, como declara o Apóstolo São Paulo.

Palavras-chave: Pastoral. Chave Cristológico-antropológica. Evangelizar.

* Mestre em Teologia Dogmática. Doutorando em Teologia pela PUC/RS e bolsista da CAPES. Presbítero da Diocese de Chapecó, Docente na Faculdade de Teologia e Ciências Humanas - Itapa Faculdades. E-mail: zaninipastoral@hotmail.com

Introdução

O retorno ao sagrado e a busca espiritual que acompanha nossa época são fenômenos que constitui o núcleo mais profundo da cultura¹. Como que contrariando os que anunciaram o fim das religiões, houve uma efervescência por toda a parte. Este crescimento acarretou a ampliação do conceito de religião, segundo Bravo Pérez. Para ele, falar de religião hoje em dia é referir-se a qualquer interpretação que busca sentido. Esse é o caso, por exemplo, das religiões politeístas, dualistas, henoteístas, animistas, religiões orientais místicas. As que divinizam e sacralizam valores humanos de políticos (a democracia, a constituição, os heróis, o culto ao Estado). As religiões sensoriais. As crenças absolutas em certas ciências (a biogenética, a cibernética). Adesão a convicções esotéricas, estéticas, reencarnacionistas e desportivas, como o futebol².

Segundo Bravo Pérez, para alguns essa avalanche de religiões são compreendidas como a revalorização do simbólico, a nostalgia das experiências frias do sagrado que desconhecem as razões do coração e a revolta contra a sistematização por parte das instituições religiosas. Para outros, este retorno não implica necessariamente volta ao sagrado, mas precisa ser compreendido como consequência do processo de secularização, uma vez que, por um lado, a experiência religiosa entra no circuito do mercado, transformando-se em um bem de consumo rentável, e por outro lado, a religião adquire um sentido pragmático ligado à alegria, ao êxtase, à emoção³. Os motivos do retornou e seus interesses podem e devem ser

1 Benjamín BRAVO PÉREZ. O que é a pastoral urbana. In: Leomar A. BRUSTOLIN e Leandro L. FONTANA (org.). *Cultura urbana: porta para o evangelho: a conversão pastoral como chave para a evangelização nas cidades*. São Paulo: Paulus, 2018, p.162.

2 *Ibidem*, p.162.

3 *Ibidem*, p.162.

averiguados, mesmo porque estão cada vez mais evidentes as influências do elemento religioso nas questões amplas da sociedade, como por exemplo, nas eleições⁴.

É neste caldo religioso ambíguo que a Igreja é enviada em missão por Jesus para ser Boa Notícia de vida em abundância para todos (Jo 10,10). O desafio que se apresenta hoje, segundo Papa Francisco, é “responder adequadamente à sede de Deus de muitas pessoas, para que não tenham de ir apagá-la com propostas alienantes ou com um Jesus Cristo sem carne e sem compromisso com o outro” (EG 89). É missão da Igreja oferecer uma espiritualidade que os cure, liberte, encha de vida e de paz sem descuidar, ao mesmo tempo, da comunhão solidária e da fecundidade missionária, para que ninguém seja “enganado por propostas que não humanizam nem dão glória a Deus” (EG 89).

A questão de fundo que interessa ser averiguada, no presente artigo, é a relação intrínseca entre Jesus Cristo (cristologia) e o ser humano (antropologia). No ápice da Revelação, Deus mesmo se fez humano e inaugurou na humanidade o seu mais eloquente discurso: Ele mesmo. Nesse discurso, revelou-se a origem e o fim do ser humano, criado à imagem de Deus que se fez visível em Jesus Cristo (cf. Jo 1,14). A Tradição oriunda do Concílio Vaticano II (1965) abraçou esta máxima ao compreender que “na realidade o mistério do homem só se torna claro verdadeiramente no mistério do Verbo encarnado.

4 As influências religiosas parecem invisíveis no quadro geral da sociedade, mas um olhar mais aguçado faz perceber a religião agindo, as vezes sutilmente, no seio da sociedade influenciando nas grandes decisões políticas e sociais; e o que é pior contra os interesses e direitos do povo trabalhador. Explicitando em exemplos, o teólogo Joel Portela Amado, cita as influências da religião nas eleições municipais no Rio de Janeiro em 2016. A questão política se viu misturada, e mesmo embaraçada, exatamente pelo aspecto religioso. O mundo urbano para Amado não é excludente do elemento religioso, na medida em que busca absorvê-lo – cooptá-lo transformando tudo em produto de consumo. cf. *Igreja e grandes cidades*: Estado atual da questão. *Ibidem*, p.187.

[...] Novo Adão, na mesma revelação do mistério do Pai e de seu amor, Cristo manifesta plenamente o homem ao próprio homem e lhe descobre a sua altíssima vocação” (GS 22). Ou como expressou Paulo VI existe de fato laços profundos entre evangelização e promoção humana de libertação: laços de ordem antropológica (não ser humano abstrato, mas é sim um ser condicionado pelo conjunto dos problemas sociais e econômicos); laços de ordem teológica (não se pode separar o plano da criação do plano da redenção que atingem as situações da injustiça que há de ser combatida e da justiça a ser restaurada); laços de ordem evangélica situado na caridade (como proclamar o mandamento novo sem promover a justiça e a paz no autêntico progresso da pessoa? “Se isso porventura acontecesse, seria ignorar a doutrina do Evangelho sobre o amor para com o próximo que sofre ou se encontra em necessidade”⁵).

Na primeira, verifica-se como a compreensão de uma racionalidade desvinculada da integralidade humana, conduziu a um estreitamento, e como consequência uma evangelização pífia sem incidência sobre os sentidos humanos. Na segunda, retomamos o frescor proveniente das fontes dos evangelhos, contemplando a prática de Jesus como paradigma da plenitude humana, por considerar todos os seus cinco sentidos (visão, olfato, audição, paladar e tato). Por último, em perspectivas conclusivas discorreremos sobre algumas contribuições para uma ação evangelizadora que contemple e valorize os diferentes sentidos da existência humana, todos habitados pela presença do Espírito Santo, como declara o Apóstolo São Paulo.

1 O ser humano animal racional

Hoje vem sendo muito questionada a abordagem que faz da razão o centro determinante expresso na palavra *logos*, cuja

5 PAPA PAULO VI. *Exortação apostólica Evangelii Nuntiandi*, n.31.

forma é a linguagem verbal. O julgamento crítico da razão é o instrumento que leva os povos a constituírem uma visão que se traduz em verdade, que se materializa em normas e condutas e se visualiza em formas concretas de viver⁶. Esta matriz, no entanto, vem de longe, em Aristóteles se materializa o conhecimento racional como único recurso para conceituar e tornar inteligível a realidade. Para ele, “a razão é a faculdade que melhor articula o que a realidade tem de inteligível”. A inteligência racional prioriza de tal forma que faz desaparecer o corpo, o que provoca em consequências considerar o lado animal do ser humano mais como obstáculo do que potencialidade de contato inteligente com a realidade⁷.

Os filósofos anteriores a Aristóteles, dentre eles podemos destacar Sócrates, não dividiam nem contrapunham a natureza e o corpo ao psíquico, ao anímico, ao espiritual. Para eles *physis* compreendia tudo.

A *Physis* é a totalidade de tudo o que é. Ela pode ser apreendida em tudo o que acontece: na aurora, no crescimento das plantas, no nascimento de animais e homens (...). Assim, a *Physis* compreende a totalidade do que é; além dela nada há que possa merecer a investigação humana. Por isso, pensar o todo do real a partir da *Physis* não implica em naturalizar todos os entes ou restringir-se a este ou aquele ente natural. Pensar o todo do real a partir da *Physis* é pensar a partir daquilo que determina a realidade e a totalidade do ente⁸.

Com Platão e Aristóteles começa o processo no qual o ser humano e a ideia passam a ser privilegiados em relação à

6 Benjamín BRAVO PÉREZ. A cultura, porta de entrada à cidade. In: Leomar A BRUSTOLIN e Leandro L. FONTANA (org.). *Cultura urbana: porta para o evangelho*: a conversão pastoral como chave para a evangelização nas cidades, p.109.

7 *Ibidem*, p.109.

8 Carlos W. P. GONÇALVES. *Os (des)caminhos do meio ambiente*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1990, p.30-31.

natureza. O espírito, em relação ao corpo. O pensamento racional, em liame ao conhecimento baseado na intuição direta da natureza das coisas. A razão, em consonância com o sentimento. O universal, ao particular. O que, na prática, representa um verdadeiro processo de “descorporalização”.

Segundo Bravo, esta perspectiva em sua acentuação máxima é representada por Descartes através do axioma: *cogito ergo sum*, “penso, logo existo”. O discurso tornou-se o modo preponderante de transmissão do significado e do sentido. O avanço da humanidade passa a ser assinalado pela razão. Esta racionalidade vai abarcando toda a forma de conhecimento. Primeiro as ciências no campo da medicina, dos gênios da física, mas aos poucos vai entrando nas ciências humanas atingindo a sociologia, a psicologia e a antropologia. O povo que não adota este pensamento torna-se atrasado e precisa ser auxiliado para passar do mítico ao racional, do ancestral ao moderno, do selvagem ao civilizado⁹.

No horizonte hegemônico da civilização técnico-científica, o ser humano se entende como possuidor de enorme poder e liberdade. Contudo, para Manfredo de Oliveira o grande ideal do ser humano moderno desemboca num terrível dilema:

Por um lado, o poder tecnológico alargou, de forma nunca conhecida antes, a extensão e as possibilidades da ação humana e gerou, com isso, a necessidade premente de reger, por meio de normas, o uso efetivo desse enorme potencial; por outro lado, o tipo de racionalidade que conduz esse processo se reduz ao controle dos fenômenos e, em última instância, no momento atual, põe em dúvida a possibilidade mesma de uma verdade objetiva, teórica ou prática, na vida humana¹⁰.

9 Benjamín BRAVO PÉREZ. A cultura, porta de entrada à cidade. In: Leomar A BRUSTOLIN e Leandro L FONTANA (org.). *Cultura urbana: porta para o evangelho: a conversão pastoral como chave para a evangelização nas cidades*, p.110.

10 M. A. OLIVEIRA. *Ética, direito e Democracia*. São Paulo: Paulinas, 2010, p.15-16.

Esta forma de compreensão precisa ser avaliada e questionada pelos próprios frutos amargos produzidos. As guerras, as destruições, as violências irracionais sobre povos inteiros provam que este caminho se tornou uma realidade irracional sem sustentação. Por que a racionalidade não deu razão às matanças massivas, mas também, o prazer do assassinato e da destruição da natureza, dos animais, e ainda, do mais belo da cultura, da arte e da religião? Por que escrever tanto sobre o bom da racionalidade e não perceber que o Logos, as palavras e os livros não geram ações coerentes com as ideias escritas? É preciso perguntar: os conceitos tornam as pessoas mais bondosas, justas e solidárias?¹¹

Este esgotamento da razão tem levado a aprofundar outro caminho de integrar o corpo como modelador da realidade. Reconhecer que o corpo é racional, que a realidade é corpórea, que o corpo é nosso contato humano com a totalidade do mundo. O ser humano é animal. Não só animal *racional*, mas *animal* racional. Do corpo depende o verdadeiro significado da realidade¹². Para Johnson, “as explicações objetivistas do significado e a racionalidade tem ignorado e subvalorizado o corpo humano e, sobretudo, as estruturas da imaginação e a compreensão que surgem de nossa experiência corpórea”¹³.

2 O logos se fez carne: caminho da antropologia

São João em seu prólogo afirma que o Verbo se fez carne e acampou entre nós (cf. Jo 1,14). Deus através de Jesus se fez gente como a gente. O filho de Deus se tornou nosso irmão em todos os sentidos, exceto no pecado (cf. Hb 4,15). Com Jesus o

11 Benjamín BRAVO PÉREZ. A cultura, porta de entrada à cidade. Leomar A. BRUSTOLIN e Leandro L. FONTANA (org.). *Cultura urbana: porta para o evangelho*: a conversão pastoral como chave para a evangelização nas cidades, p.112.

12 *Ibidem*, p.113.

13 Mark JOHNSON. *El cuerpo en el mente*. Madrid: Debate 1991, p.16.

ser humano pode ser definido como animal racional. Segundo Bravo, houve um esquecimento da dimensão animal do ser humano. Não se pode mais separar a dimensão racional do animal. “Estando unida a nossa racionalidade à sensibilidade e a nossa sensibilidade à racionalidade, é mais legítimo definir o homem como *animal symbolicum*”, pois expressa melhor a unidade da pessoa do que como *animal rationale*, que dicotomiza desde o princípio¹⁴. Aprofundando este caminho chega-se a compreender que a afirmação ‘eu tenho um corpo’ convém opor essa outra afirmação ‘eu sou meu corpo’. Estava aberta, desta forma, a porta para reler o cristianismo a partir da chamada virada antropológica¹⁵. Trata-se de mudança de paradigma não proveniente da razão, mas do corpo. “A razão que interpreta a realidade, sem ter tido a prática do corpo: do tocar e do sentir, é muito difícil que tenha uma atuação bondosa”. A linguagem racional conceitual e lógica, mesmo que tente, tem dificuldade de produzir sentido de bondade, e não raras vezes cai em um deleite especulativo ou um falar do nada¹⁶.

Um dos grandes representantes da virada antropológica

14 Benjamín BRAVO PÉREZ. A cultura, porta de entrada à cidade. In: Leomar A. BRUSTOLIN e Leandro L. FONTANA (org.). *Cultura urbana: porta para o evangelho: a conversão pastoral como chave para a evangelização nas cidades*, p.113.

15 *Ibidem*, p.114. Segundo Luiz C. Sureki, “a virada ou guinada antropológica moderna supõe que se dê à subjetividade um lugar central. O giro antropológico seria somente lógico, teórico, metodológico, epistemológico, se não fosse igualmente um giro antropocêntrico. O que é posto no centro não é somente a inteligência do ser humano, mas o ser humano todo, inteligente e livre (sujeito, pessoa, autônomo, responsável). Dizer que o pensamento transcendental não se resume em mostrar as condições de possibilidade do conhecimento, mas que deve ainda mostrar as condições de possibilidade daquele que conhece”. *A virada antropológica da Teologia*. Disponível em: <http://faje.edu.br/simposio2016/arquivos/seminarios/Luiz%20Carlos%20Sureki.pdf>. Acesso em 27 de junho de 2018.

16 *Ibidem*, p.118.

chama-se Karl Rahner. Insistia que se o cristianismo não é uma ideia de espírito eterno e sempre presente, mas Jesus de Nazaré, então a referência à metafísica do conhecimento de Santo Tomás será cristã se ela remeter ao ser humano no aqui e agora de seu mundo finito. Para Sureki¹⁷, com isso Rahner estava querendo nos dizer que para adentrarmos na compreensão do que seja o cristianismo como revelação/palavra de Deus é preciso começar pelo Ouvinte da Palavra, pelo destinatário da revelação. Não porque a revelação seja simplesmente para o ser humano, mas principalmente porque a pessoa é também o lugar onde Deus pode ser ouvido, e que o cristianismo diz que é no homem (Jesus de Nazaré, o Cristo) que Deus realmente foi ouvido¹⁸. Para o cristão, a Palavra de Deus é encarnada, tem uma história, se fez carne, se fez humano e habitou entre nós. Mais do que erguer o seu Templo, armar sua tenda no meio da humanidade significa a presença viva e ambulante de Deus, encarnada na pessoa e projeto de Jesus de Nazaré. Nele e por ele a Palavra Criadora age, operando a salvação aqui na terra.

Estamos em condições de postular um avanço significativo na evangelização. Uma vez que o cristianismo se fundamenta em um corpo, no corpo morto e ressuscitado de Jesus Cristo. O corpo é assim o germe da racionalidade, como a racionalidade é sempre corporal; pelo corpo o ser humano é espaço e está no tempo. O corpo une o mundo material e nosso espírito. Assim, nosso corpo espiritualiza a matéria e materializa o espírito. Uma perspectiva que aparece em Jesus quando restituiu a cura da pessoa em dia de sábado (cf. Mc 2,27). Agindo desta forma, Jesus não elimina a dimensão do sagrado, mas pelo contrário, atua de tal forma a visualizar que justamente, não se pode mais separar a história do divino. Jesus, com isso, divinizou a história

17 Luiz C. SUREKI, *A virada antropológica da Teologia*. Disponível em: <http://faje.edu.br/simposio2016/arquivos/seminarios/Luiz%20Carlos%20Sureki.pdf>. Acesso em 27 de junho de 2018. p.12.

18 *Ibidem*, p.12.

não separando-a do sagrado, mas integrando-a para sempre.

3 Ecos de uma Cristologia dos cinco sentidos

Jesus reuniu os discípulos, depois de um tempo que estavam juntos, e lhe perguntou: ‘quem sou para as pessoas?’ Muitas dúvidas apareceram: João Batista, Elias, Jeremias ou algum dos profetas. Em seguida inquiriu aos discípulos: ‘e vocês quem dizem que eu sou?’ ‘Tu és o Cristo, o Filho do Deus vivo’, foi a resposta proclamada por Pedro (cf. Mt 13,16-19). Jesus chama Pedro de ‘feliz’, revela que foi graça do Pai celeste e que nesta base edificará sua Igreja. A fonte permanente do amor da Igreja é Jesus Cristo. Ele é o alicerce e a razão da existência da Igreja. O que fundamenta a vida cristã é o encontro vital com uma pessoa que passa a determinar o existir humano: “o verdadeiro missionário, que não deixa jamais de ser discípulo, sabe que Jesus caminha com ele, fala com ele, respira com ele, trabalha com ele. Sente Jesus vivo com ele, no meio da tarefa missionária” (EG 266).

No entanto, se na época existiam diferentes experiências sobre a identidade de Jesus, hoje estão ainda maiores, ou mais profundas. Nossa sociedade está ainda interessada em acolher a presença de Jesus Cristo? Na avaliação de Joel Portella Amado, Jesus caminha dentro de um impasse. Por um lado, “o mundo urbano aceita Jesus, porém um Jesus muito mais a consumir, usufruir”. Um Jesus que como cliente esteja à disposição para atender através das curas e prodígios, as necessidades imediatas e individuais. Esse Jesus faz sucesso no mundo urbano¹⁹. Por outro lado, o cristianismo conforme indica o *Documento de Aparecida* nos convida a compreender a identidade mais radical

¹⁹ Joel Portella AMADO. Igreja e grandes cidades: Estado atual da questão. In: Leomar A. BRUSTOLIN e Leandro L. FONTANA (org.). *Cultura urbana: porta para o evangelho: a conversão pastoral como chave para a evangelização nas cidades*, p.187.

da Boa Nova do Reino de Deus. “O Cristo que, sendo rico, se fez pobre para a todos enriquecer” (2Cor 8,9); (DA 292). “Os cristãos, como discípulos e missionários, são chamados a contemplar, nos rostos sofredores de nossos irmãos, o rosto de Cristo que nos chama a servi-lo neles: “os rostos sofredores dos pobres são rostos sofredores de Cristo” (DA 393).

A realidade em voga, portanto, sinalizada a necessidade de discernimento e opção diante do seguimento a Jesus. E para os cristãos o Reino de Deus e sua justiça é o critério máximo e irrefutável. Posição sinalizada por Francisco quando afirma: “dado que não se pode conceber Cristo sem o Reino que Ele veio trazer, também, a sua missão é inseparável da construção do Reino: “procurai primeiro o Reino de Deus e a sua justiça” (Mt 6,33). A identificação com Cristo e os seus desígnios requer o compromisso de construir, com Ele, este Reino de amor, justiça e paz para todos. Francisco realça as consequências desta opção: “não te santificarás sem te entregares de corpo e alma, dando o melhor de ti neste compromisso” (GE 25).

Isso nos assinala um contexto de impasse e tensão dentro da própria dinâmica que perpassa o anúncio do Evangelho. Segundo Leandro Fontana, parece-nos que ao menos duas questões despontam como fundamentais, que, aliás, não são novas nos ambientes eclesiais e teológicos. Uma, como atrair as pessoas ou “tocá-las existencialmente” (Rahner) em meio aos ruídos do mundo urbano com diferentes ofertas e anúncios de *marketings*, e infindas promessas de felicidade. Outra, como dizer as essas pessoas, ou, em palavras mais técnicas, qual o conteúdo a ser anunciado. Para Fontana, valendo-se tão somente do discurso racional verbal torna-se incapaz de motivar a vontade e é muito improvável que conduza à bondade, virtude que nossa sociedade tanto carece. Faz-se necessário perscrutar outras linguagens que contemplam outros sentidos. Para isso exigem-se anunciadores que tenham os ouvidos bem aguçados, com

olhos atentos, com o olfato apurado, com paladar fino, com tato sensível, enfim, com todos os sentidos²⁰.

Para o cristianismo de todos os tempos, Jesus Cristo é o paradigma da ação evangelizadora. Jesus é o Bom Pastor que sacia a fome e a sede de “todo homem e o homem todo” “porque, pela sua encarnação, Ele, o Filho de Deus, uniu-se de certo modo a cada homem” (GS 22). Por isso ser cristão é caminhar e contemplar a história “com os olhos fixos naquele que é o autor e realizador da fé, Jesus” (Hb 12,2). A melhor motivação para se anunciar o frescor cativante do Evangelho. Nas palavras de Francisco: “a melhor motivação para se decidir a comunicar o Evangelho é contemplá-lo com amor, é deter-se nas suas páginas e lê-lo com o coração. Se o abordamos desta maneira, a sua beleza deslumbra-nos, volta a cativar-nos vezes sem conta” (EG 264).

Para isso faz-se necessário contemplar através da Palavra de Deus, particularmente os Evangelhos a prática de Jesus – seus sinais, ensinamentos, gestos, palavras, olhares, para que adentrando na *compaixão* do Mestre incorporamos seu estilo de vida no discipulado. Agora esta será nossa ‘aventura’. Vamos contemplar os evangelhos buscando perceber sinais na prática de Jesus que transparecem os cinco sentidos da existência humana (a visão, o olfato, o paladar, a audição e o tato). Dito em forma de pergunta: como visualizar na proposta do Reino de Deus anunciado por Jesus sua preocupação em contemplar todos os sentidos da pessoa humana? A questão é atraente para um cristão, mas, contudo, sofremos do perigo da subjetivação e pouca profundidade bíblica. Mesmo assim consideramos importante ao menos em duas questões centrais. Uma, porque acreditamos que através deste caminho será possível nos aproximar mais e melhor na compreensão da humanidade de

20 Leandro L. B. FONTANA. Apresentação. In: Leomar A. BRUSTOLIN e Leandro L. FONTANA (org.). *Cultura urbana: porta para o evangelho: a conversão pastoral como chave para a evangelização nas cidades*, p.10-11.

Jesus Cristo. A pergunta de Jesus aos discípulos: quem *dizem que eu sou* continua válida para os cristãos, pois “ninguém ama o que não conhece”, ou como disse Jesus “a boca fala da abundância do coração” (Mt 12,34). Outra, se refere ao potencial evangelizador de um anúncio que contemple todos os sentidos da existência humana. Temos insistido que o mundo não acolhe mais uma Boa Notícia que não condiz com a integralidade do ser humano. O Evangelho de Jesus precisa atingir as razões do coração para produzir frutos abundantes, caso contrário, tornar-se-á sal insosso, ou seja, perde sua razão de existir, e, portanto, desaparece, sob os pés.

3.1 Jesus que ‘escuta’ a vontade do Pai

Quando contemplamos a vida de Jesus salta aos olhos seus momentos de intimidade com o Pai²¹ e o desejo de fazer sua vontade (cf. Jo 5,19). Jesus, desde pequeno, quando se perdeu da caravana, na volta de Jerusalém, e depois de três dias é encontrado no Templo, deixa claro para seus pais que precisa fazer a vontade do Pai. Seus pais, no entanto, não compreenderam as palavras de Jesus, mas Maria guardava todas estas coisas no seu coração e Jesus crescia em sabedoria, em estatura e em graça, diante de Deus e das pessoas (cf. Lc 2,41-

21 Existe, contudo, um pormenor ainda mais importante. Jesus não chama a Deus simplesmente de “Pai” – o que lemos 170 vezes nos Evangelhos – mas emprega a palavra aramaica “Abba”, que corresponde ao diminutivo – afetivo e se traduz pelo nosso “papai” ou “paizinho”. Com isso Jesus revela, por conseguinte, algo completamente novo sobre Deus, manifestando uma forma inteiramente nova de relacionamento entre Deus e os seres humanos, uma intimidade singular! Jesus retrata ao longo de sua vida a imagem de Deus paizinho, dizendo que ele cuida dos pássaros, das flores dos campos, mas zela muito mais ainda pelos seres humanos que são filhos seus (Mt 6,25s); ou afirmando que, aos olhos de Deus, cada um deles vale mais do que todos os pardais juntos (Mt 10,31); ou, que lhes quer tanto bem a ponto de haver-lhes contado até os cabelos da cabeça (Mt 10,30). São figuras de linguagem a indicar o imenso carinho de papai que Deus tem para com os seus. Cf. José SODER. *Meditando o pai-nosso*, p.29-30.

52). Muitos outros textos nos narram momentos de oração de Jesus, mas com exceção do Pai Nosso pouco se diz sobre seu conteúdo (cf. Mt 6,9-13; Lc 11,1-4). Aqui para compreender Jesus podemos aplicar a máxima da liturgia: *os frutos da oração são os frutos da vida e vice-versa*. Outra característica é número de vezes em que os evangelhos sublinham Jesus em oração e, também, que destes momentos nasciam as grandes decisões a serem tomada²². Igualmente, a vida itinerante de Jesus faz perceber uma pessoa extremamente mergulhada e encarnada à realidade. Suas parábolas talvez seja um dos indicativos mais reveladores de como Ele estava inserido na vida das pessoas. Revela seu ouvido sensível aos apelos das realidades e expressam um conhecimento profundo do contexto cultural, social, político e religioso²³.

22 O biblista Carlos Mesters, no livro *Com Jesus na contramão*, sintetiza as orações mais expressivas na vida de Jesus: (Lc 2,46-50; Lc 3,21; Lc 4,1-2; Lc 4,3-12; Lc 6,12; Lc 9,18; Lc 10,21; Mc 7,34; Jo 11,41-42; Lc 4,16; Jo 5,1; Lc 9,16; 24,30; Mc 1,35; Lc 5,16; 9,18); de rezar (Lc 11,1; 22,32; Mc 10,16; Lc 9,28; Lc 22,7-14; Jo 17,1-26; Mt 26,30; Mc 14,34; Mt 26,38; Lc 23,34; Mc 15,34; Sl 22,2; Lc 23,46; Sl 31,6; Mt 15,37), p.112-114.

23 O que segue é um exercício de perceber através de algumas imagens, parábolas e fatos que expressam a intimidade de Jesus com a realidade de forma profunda e comprometida. O administrador desonesto (Lc 16,1-9); O amigo importuno (Lc 11,5-8); As bodas (Mt 22,1-14); O bom samaritano (Lc 10,29-37); A casa vazia (Mt 12,43-45); Coisas novas e velhas (Mt 13,51-52); O construtor de uma torre (Lc 14,28-30); O credor incompassivo (Mt 18,23-35); O dever dos servos (Lc 17,7-10); As dez virgens (Mt 25,1-13); Os dois alicerces (Mt 7,24-27); Os dois devedores (Lc 7,40-43); Os dois filhos (Mt 21,28-32); A moeda perdida (Lc 15,8-10); O fariseu e o publicano (Lc 18,9-14); O fermento (Mt 13,33); A figueira (Mt 24,32-33); A figueira estéril (Lc 13,6-9); O filho pródigo (Lc 15,11-32); A grande ceia (Lc 14,15-24); Jejum e casamento (Lc 5,33-35); O joio (Mt 13,24-30; 36-43); O juiz iníquo (Lc 18,1-8); Os lavradores maus (Mt 21,33-46); Os meninos na praça (Mt 11,16-19); A ovelha perdida (Lc 15,3-7); A pedra rejeitada (Mt 21,42-44); A pérola de grande valor (Mt 13,45-46); Os primeiros lugares (Lc 14,7-11); A rede (Mt 13,47-50); O rei que vai para a guerra (Lc 14,31-32); O rico e Lázaro (Lc 16,19-31); O rico sem juízo (Lc 12,16-21); O semeador (Mt 13,3-9.18-23); A semente de mostarda (Mt 13,31-32); O servo fiel (Mt 24,45-51); Os servos vigilantes (Mc 13,33-37); Os talentos (Mt 25,14-30); Os trabalhadores da vinha (Mt 20,1-16).

A experiência de intimidade de Jesus com Deus, longe de afastá-los das preocupações com o mundo, o insere ainda mais no miolo da história. No dizer de Papa Francisco: “a fé não é fato privado, uma concepção individualista, uma opinião subjetiva, mas nasce de uma escuta e destina-se a ser pronunciada e tornar-se anúncio”²⁴. E acrescenta: “quem crê nunca está sozinho; e, pela mesma razão, a fé tende a difundir-se, a convidar outros para a sua alegria. Quem recebe a fé descobre que os espaços do próprio ‘eu’ se alargam, gerando nele novas relações que enriquecem a vida”²⁵.

Assim como Deus que escuta o clamor dos filhos que gemem a opressão do Egito e toma partido para libertá-los do cativeiro (cf. Ex 3), assim também Jesus é aquele que escuta os apelos dos necessitados e age em favor das vítimas. Jesus como aquele que tem ouvido atento aos pobres e esquecidos da beira do caminho (cf. Mc 10,46-52), das mulheres vítimas do sistema patriarcal (cf. Jo 8,1-11), da fé do outro, do estrangeiro, do não-hebreu (cf. Lc 7,9; 17,19; Mt 8,13; 15,28). Passar ao lado destes significa negar a Deus. Ou como disse Bento XVI: “fechar os olhos diante do próximo torna cegos também diante de Deus” (EG 272).

Esta dimensão tão fundamental entre os sentidos não se faz presente de maneira mágica, mas trata-se de uma virtude a ser cultivada e treinada. De acordo com Papa Francisco, “precisamos de nos exercitar na arte de escutar, que é mais do que ouvir”. É a capacidade do coração que torna possível a proximidade, sem a qual não existe um verdadeiro encontro espiritual. “Só a partir desta escuta respeitosa e compassiva é que se pode encontrar os caminhos para um crescimento genuíno, despertar o desejo do ideal cristão, o anseio de corresponder plenamente ao amor de Deus e o anelo de desenvolver o melhor do que Deus semeou na nossa própria vida” (EG 171).

24 PAPA FRANCISCO. *Lumen Fidei*, n.22.

25 *Ibidem*, n.29.

Não deixemos que nos roubem a sensibilidade para escutar os apelos dos que mais sofrem.

3.2 Jesus de ‘olfato’ misericordioso

Olfato é o sentido responsável pela distinção dos cheiros, dos odores. Através dele é possível identificar, diferenciar e perceber os diversos cheiros. Dos cinco sentidos, o olfato é o primeiro a desenvolver-se no recém-nascido. O bebezinho com apenas algumas horas de vida apontar a boquinha em certa pontaria para o seio materno. Enquanto os outros sentidos só se desenvolverão após alguns dias, o cheiro da mãe cativa o bebê desde sempre e, seguindo aquele odor, ele aprenderá a reconhecer e localizar aquela que é a fonte palpável de sua vida, que lhe dá alimento, carinho, contato e conforto.

Podemos nos perguntar: o olfato/cheiro pode trazer alguma luz para uma pastoral missionária? É possível encontrar em Jesus algum sentido? Vamos avançar, neste ponto, considerando a figura do Bom Pastor – tema muito importante na vida e na espiritualidade cristã. Mesmo sendo uma imagem procedente de um contexto agrícola, o que para alguns se tornou limitada para compreender os ensinamentos de Jesus no mundo urbano, permanece referência na ação pastoral. Recentemente, Papa Francisco deu novo elã a figura do Pastor ao propor uma igreja em ‘saída’, e destacando justamente a necessidade dos evangelizadores contraírem o “cheiro das ovelhas”, para que as ovelhas escutem a sua voz (EG 24).

Uma das originalidades de Francisco está justamente em afirmar que o Pastor precisa sentir o ‘cheiro das ovelhas’. Para alcançar esta meta – o Pastor precisa sair ao encontro das ovelhas (interessar-se por elas), relacionar-se de forma que as ovelhas percebam no Pastor vontade de amá-las como são sem julgamentos (age com misericórdia). Desta forma, as ovelhas sentem pelo testemunho do Pastor que estão diante de uma

pessoa enamorada por Jesus (coração cheio de gratuidade). As ovelhas começam a experimentar e expressar: “Ele é um dos nossos”; “Podemos confiar”; “fulano tem sido um Deus para nós”. São expressões que normalmente os pobres utilizam para dizer o quanto o Pastor é especial. Muitas vezes, os pobres sem terem consciência, estão profetizando que o Pastor armou sua tenda entre os pobres e se fez pobre para ganhar a todos, semelhante ao próprio Cristo (1Cor 9,22). Estamos na profunda identificação do Pastor com as ovelhas. Encontro místico que faz ambos exaltar-se de humanidade, quando as ‘carnes se tocam’ e juntos partilham cheiros e sonhos.

Destaca-se nesta perspectiva o caminho do aprofundamento humano e por isso é também divino: a entrega total, de imersão última na vida do outro, *kénosis* bíblica. No dizer de Paulo Freire: “o compromisso próprio da existência humana só existe no engajamento com a realidade, de cujas águas os homens verdadeiramente comprometidos ficam ‘molhados’, ensopados. Somente assim o compromisso é verdadeiro”²⁶. Como não lembrar os santos que tiveram seus corpos marcados com a carne do ‘outro’, referência especial a São Francisco que se converteu através do abraço no leproso.

Desta forma, o todo da vida das ovelhas interessa e penetra como fagulhas de Deus no coração do Pastor. O Pastor já não sabe mais viver sem suas ovelhas, não porque sejam necessárias, mas porque através delas experimenta Cristo em sua vida. Isso não tem nada de romantismo, pois no caminho enfrenta muita cruz e rejeição. No entanto, o Bom Pastor torna-se o ‘cão dos pobres’: presença discreta, amiga, sinal de segurança, e quando as portas se fecham como acontece com Lázaro, junto está o cão (Pastor) misericordioso. E quando as dores parecem insuportáveis aí está o *cão* para fazer o que pode: aliviar as feridas ou com sua ‘língua’ afiada pelo evangelho *latir profeticamente pelos direitos dos pobres*. Ou para utilizar uma

²⁶ Paulo FREIRE. *Educação e mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p.19.

linguagem ainda mais dura, mas talvez menos impactante do que a própria realidade dos pobres, através do olfato evangélico, os pastores são os abutres que descem sobre as ‘carniças sociais’ de uma sociedade injusta, derramam o perfume da justiça e dos direitos sociais. Não deixamos que nos roubem o cheiro dos pobres.

3.3 Jesus e o poder da ‘visão’

“Só se vê bem com o coração; o essencial é invisível aos olhos” (Saint-Exupéry). “O que os olhos não veem, o coração não sente”. Provérbio popular que parece fazer eco em Jesus quando diz: “a lâmpada do corpo são os olhos; de sorte que, se os teus olhos forem bons, todo o teu corpo terá luz” (Mt 6,22). Olhos e coração parecem formar uma unidade inseparável no ser humano. Na perspectiva da fé bíblica, pode-se tomar a visão no sentido figurado, ou visão espiritual para expressar o seguimento a Jesus. As menções nos evangelhos, em relação aos olhos, ocupam uma dimensão importante, não pela quantidade, mas fundamentalmente pelo seu significado. Em primeiro lugar, precisa-se deixar claro que em todos os milagres (sinóticos), curas ou sinais (São João) realizados por Jesus, nunca são para provar a fé, mas sinal da fé. Ao contrário, quando pedem simplesmente para Jesus fazer milagre, ele se recusa e ainda questiona as pessoas (cf. Mt 13,58). Em outras ocasiões, Jesus manifesta a fé de forma pública dizendo: “a tua fé te curou” (Lc 18,42-43). É frequente nos evangelhos, sempre nos lábios de Jesus, porém sempre dirigido às pessoas marginalizadas: a mulher com hemorragia (cf. Mc 5,21-43), um mendigo cego (cf. Lc 18,35-43), uma prostituta, um leproso samaritano (cf. Lc 17,11-19).

Precisamos reconhecer que o olhar exerce um poder muito forte nas relações humanas. De todos os sentidos, talvez o da visão seja o mais ambíguo e arriscado. O que mais engana, o

que mais finge efeitos especiais que não são reais. Não é difícil perceber situações em que o olhar serviu ou serve para intimidar, controlar ou mesmo punir moralmente. O olhar não deixa de ser um órgão revelador não somente de alguns sintomas clínicos, mas também miopias em relação às culturas, etnias, valores, leis, preconceitos, visões de sociedade e de mundo. Os evangelhos narram-nos cenas de curas de visão, por exemplo, que são altamente simbólicas e pedagógicas. A cura do cego de nascença que Jesus restitui a visão depois de um demorado processo de libertação (cf. Jo 9). A cegueira estava tão impregnada que foi necessário usar “saliva e barro” e muita água para remover as ‘catarratas’ ideológicas imprimidas pelas leis judaicas.

Agindo desta forma, Jesus deixou claro que a pessoa não era cega pelos seus pecados, nem dos seus pais, muito menos por vontade divina, como queriam os fariseus, mas fora causada, produzida pela ‘catequese’ das autoridades políticas e religiosas. Esta, aliás, é uma marca dos sistemas dominantes, encontrar formas, mecanismos que reproduzem seus valores, desejos, sonhos, ideologias e não questionam a ordem estabelecida. O estágio máximo é quando um sistema consegue fazer com que suas vítimas se sintam culpadas pelo seu fracasso ou responsáveis pela crise do sistema. As pessoas começam a dizer “minha culpa” por isso não consigo emprego: ‘não sou qualificada’, ‘não tenho estudo’, ‘não tive sorte na vida’. Destarte, seus olhos não percebem que a pobreza tem causas estruturais, o que significa, a rigor, que não há pobres (pois ninguém escolhe sê-lo, e os que são gostariam de viver em melhores condições), há pessoas empobrecidas, de quem as relações sociais de injustiça e opressão sequestraram direitos fundamentais.

Em meio a uma vida fragmentada e ameaçada, com a morte como horizonte obrigatório e temido, o ser humano deseja ‘ver a Deus’. “Os puros de coração verão a Deus” (Mt 5,8). A fé, que

é um caminhar ainda sem ver, incute no ser humano a certeza a respeito do que ele não vê e o faz prosseguir no caminho, mesmo sem enxergar. Por isso o ver é colocado sob suspeitas na Escritura, uma vez que ele sozinho, desvinculado de uma escuta obediente e atenta, pode conduzir ao caminho da idolatria e das imagens enganosas. Então Jesus disse a Tomé: “Porque me viu, você creu? Felizes os que não viram e creram” (Jo 20,29). Não deixemos que nos roubem a visão crítica da fé.

3.4 Jesus e o ‘tato/toque’ humanizado

O corpo inteiro toca. O tato é o grande sentido que concentra todos os demais sentidos. Se não tivermos a experiência de tocar, não conhecemos nada. Tudo tem consistência através do tato. Vendo o corpo do outro, descubro que o outro é sujeito e, também, me descubro como sujeito. O corpo do outro supõe, ao mesmo tempo, reciprocidade. Assim, ao tocar outro corpo, meu corpo é tocado e sente pena, tristeza, alegria, vergonha, nojo²⁷.

Muitos textos dos evangelhos apresentam Jesus se relacionando com as pessoas através do toque. Existem muitas curas e em quase todas elas, Jesus se utiliza diretamente do toque para libertar as pessoas. As curas, através do toque, revelam uma dimensão que pode passar despercebidas para quem lê fora do contexto. Na época de Jesus, as doenças eram mais frequentes devido às condições sociais precárias. O agravante estava em atribuir à doença como consequência do pecado e, portanto, como castigo de Deus. Um olhar atento faz perceber que Jesus às vezes toca nas pessoas outras vezes não, como que prevendo as consequências de seus atos. Jesus quando

27 Benjamín BRAVO PÉREZ. A cultura, porta de entrada à cidade. In: Leomar A. BRUSTOLIN e Leandro L. FONTANA (org.). *Cultura urbana: porta para o evangelho: a conversão pastoral como chave para a evangelização nas cidades*, p.119-120.

toca nas pessoas transparece, em primeiro lugar, que ele não fica contaminado, quebrando assim a corrente viciosa. Segundo, está quebrando a ideologia de que a doença era fruto do pecado e castigo de Deus. As pessoas ficam admiradas e se perguntam: quem é este que perdoa pecados? Terceiro, trata-se da preocupação de Jesus em incorporar as pessoas curadas no convívio social. Integração é fundamental, porque as pessoas doentes viviam isoladas para evitar a contaminação. Através da ação de Jesus, as pessoas voltam a conviver e partilhar suas vidas com os outros, inclusive precisam enfrentar os questionamentos de serem curadas.

Nem todos os corpos tinham a mesma urgência para Jesus. Os prioritários estavam relacionados com as pessoas em maiores necessidades. Esta opção de Jesus pelos pobres sempre ocasiona críticas e tensões na história tanto ontem como hoje. Como pode os pobres ter preferência no Reino de Deus? O amor de Jesus não é para todos, porque alguém teria prioridade? Segundo Francisco, no entanto, “não devem subsistir dúvidas nem explicações que debilitem esta mensagem claríssima”. “Hoje e sempre, os pobres são os destinatários privilegiados do Evangelho, e a evangelização dirigida gratuitamente a eles é sinal do Reino que Jesus veio trazer”. (EG 48). O coração de mãe nos coloca na mesma direção de Jesus ao socorrer sempre o filho mais fraco, não por que este seja mais santo, melhor ou com menos pecado, mas exclusivamente porque compaixão vem em primeiro lugar.

Igualmente, pode-se perceber, conforme Joel Amado, que os critérios de Jesus são diferentes dos nossos. “Há corpos que possuem uma qualidade especial porque são Jesus Cristo. Ele decidiu selecioná-los como seus próprios corpos em todo tempo e lugar”. Especialmente, o corpo da fome, o carente de água para beber e de se lavar, o corpo sem roupa que sente necessidade de se vestir, o corpo do migrante, o que não tem

acesso à saúde mínima e o que está preso. “O que fizerem a um destes, é a mim que o fazem” (Mt 25,31)²⁸. Estes aspetos são suficientes para perceber que é missão cristã ‘sair’ ao encontro das pessoas como pede nosso Papa Francisco, mas é também exigência primária de Jesus e da Tradição cristã tocar, cuidar, levantar, em primeiro lugar, os que estão feridos no caminho da história. Não deixemos que nos roubem a misericórdia com os pobres.

3.5 Jesus e as refeições/‘paladar’

As referências ocupam uma importância reveladora da identidade de Jesus. Diferentemente de João Batista que optou pela vida ascética do deserto, Jesus tomou o caminho das refeições como dimensão fundamental. Esta opção de Jesus não passou despercebida principalmente pelos opositores que o acusarão de beberão e comilão, amigo de publicanos e pecadores (Mt 11,18). Por que as refeições comunitárias causam complicações na vida de Jesus? Enquanto os alimentos são necessários para a sobrevivência humana, as refeições trazem a marca das culturas e tradições religiosas. A complexidade se faz perceber quando compreendemos que tanto no tempo de Jesus como hoje as refeições ganham cores, sabores e temperos classistas. Se antes da mesa somos irmãos em Cristo Jesus, a mesa infelizmente torna-se um marco divisório dos que comem muito e bem além das necessidades fisiológica e os que se alimentam mal e passam necessidades. Esta realidade básica reflete o modelo de uma sociedade desigual. Conforme o evangelho, os ricos epulões de um lado e os pobres Lázarus de outro, mesmo sendo vizinhos, uma vez que Lázaro esta à porta, mas, no entanto, distantes do coração e da mesa farta (Lc 16,19-31).

Jesus, portanto, ao expressar através de um banquete aberto

28 *Ibidem*, p.123.

o melhor do Reino de Deus, está ao mesmo tempo colocando em questionamento uma tradição que não aceita mesa comum. A parábola dos convidados do banquete preparado para todos visualiza que muitos já optaram em não participar. Suas justificativas são: “seus campos”, “experimentar os bois”, e “degustar do casamento”, produziu um fechamento - uma negação ao convite de Jesus. Em paralelo acontece o contrário, os que são convidados por último são os primeiros a dizer sim ao banquete da mesa comum (cf. Lc 14,15-24). Por que os primeiros se excluem do Reino de Deus? Entrar no Reino de Deus é assumir as exigências da partilha, ou seja, para aceitar o banquete precisam colocar em partilha seus ‘bois, campos e formar uma única família’.

As oposições em relação à mesa comum tiveram outros desdobramentos ainda mais complexos. O evangelho de Marcos, por exemplo, nos narra dois banquetes em sequências, mas ambos estão em contradição. Um, o banquete da vida, marcado pela partilha, organização do povo, bênção dos pães, cuidado com as sobras (cf. Mc 6,30-44). Outro, o banquete dos grandes que trama a morte de João Batista (cf. Mc 6,14-29). Jesus apesar das contrariedades não desiste de propor o banquete como sinal das novas relações. No final da vida como que selando sua existência de doação – celebrou em forma de refeição – sua entrega definitiva com os discípulos. Refeição conflitiva, pois chegou a hora em que cada uma das pessoas não podia mais ficar neutra ou indiferente diante do banquete. Judas, Pedro, Tomé e todos os outros precisavam revelar-se a favor ou contra Jesus.

Os ensinamentos, as aparições de Jesus, após a ressurreição, têm como base as refeições. Sinalizando mais uma vez a importância dos cristãos manter viva a memória na história do banquete. Entre os encontros com Jesus, a cena dos discípulos de Emaús tornou-se paradigmática (Lc 24,13-35). Jesus aparece

e caminha com os discípulos, que estão tristes e decepcionados com o último acontecimento. Estão deslocados porque não imaginavam aquele fim para quem buscou unificar todos em volta de uma mesa. Jesus caminha com eles e faz algumas perguntas, retoma a Palavra de Deus para localizá-los na história, chegando ao destino o convidam para ficar com eles, porque já está tarde. Enquanto comiam reconhecem a presença de Jesus. A partir daquela experiência suas vidas são modificadas e retomam o caminho de Jesus. Em vários outros encontros o ressuscitado aparece desejoso de refeição. O cristianismo levou tão a sério as refeições que tornou o pedido de Jesus “fazei isto em memória de mim” (Lc 22,19) como a ápice e o cume da fé cristã (SC 10). A Eucaristia tornou-se sacramento, mistério de salvação cristã.

Estes aspectos esclarecem o porquê do conflito de Jesus com as autoridades do seu tempo em relação às refeições. Jesus buscou fazer do alimento - dimensão básica da vida humana - o símbolo máximo do Reino de Deus. Por que segundo Bingemer, “quando comemos e bebemos nos fazemos vivos, partilhando a mesa, vivendo a cumplicidade, a amizade, a fraternidade”. Comer em comunidade nos diferencia dos outros animais: celebrar a vida em todas as suas dimensões. Mais do que saciar uma necessidade biológica se transforma em ritual de louvação da vida, aspiração principal do ser humano. “A presença de Deus junto aos homens e mulheres por Ele amados se manifesta e revela de sua forma mais plena e densa no banquete do qual participam pecadores que recebem o perdão, mulheres que são valorizadas e reintegradas em sua dignidade e todos os que têm fome e sede de justiça”²⁹. Não deixemos que nos roubem a mesa comum.

29 Maria C. L. BINGEMER. *Gosto, Sabor e Paladar*. Disponível em: <http://agape.usuarios.rdc.puc-rio.br/amai/gostosabor.pdf>. Acesso em 03 de agosto de 18.

Conclusão

Para os cristãos a encarnação de Cristo e as interpelações da realidade são dois lados da mesma moeda, e, portanto, não podem ser separadas. Os cristãos são de Cristo quando são sal da terra e luz do mundo. Que ação pastoral atinja a vida das pessoas parece ser uma obviedade, no entanto nem sempre o óbvio acontece tanto na prática eclesial, como em relação aos direitos dos cidadãos, por exemplo.

Por isso construímos um percurso de reflexão para perceber como urge uma pastoral integradora que abarque todos os *sentidos* das pessoas. O centramento de uma pastoral unilateral com ideias claras e distintas (racionalismo) provocou um estreitamento na compreensão do ser humano – lacuna que urge ser vencido por uma evangelização que integre a totalidade dos sentidos. Os evangelhos nos levam a perceber como Jesus atuou considerando os diferentes sentidos das pessoas. Em tempos de altas tecnologias corremos o risco de buscar um “Cristo puramente espiritual, sem carne nem cruz”, e também, relações interpessoais mediadas apenas por sofisticados aparelhos midiáticos. O Evangelho nos convida sempre a abraçar o risco do encontro com o rosto do outro, com a sua presença física que interpela, com seus sofrimentos e suas reivindicações, com a sua alegria contagiosa permanecendo lado a lado (EG 88).

Se o corpo fala e evangeliza, Papa Francisco tem autoridade testemunhal para nos apresentar uma linguagem simbólica. Sua forma de vestir, morar, comer, conviver com seus empregados, sair à rua, viajar, seu corpo, sorriso, e acima de tudo os corpos que escolhe para tocar e para apoiar; seus encontros com pessoas e grupos de outras culturas e religiões. Com sua sensibilidade visualiza valores que estão no cristianismo, mas foram esquecidos ou soterrados pelas pregações dos catecismos. Quando utiliza a linguagem verbal, nada mais faz do que dar

razão do que faz e crê. Fala de verdades que atingem as pessoas porque sentem a misericórdia de um verdadeiro *Samaritano*. E esta linguagem todos conhecem e se curvam, porque não são palavras que o vento espalha, mas pertencem à ação, à praticidade daquilo que é o mais genuíno no cristianismo, seu amor *kenótico*. “Ter os mesmos sentimentos que havia em Cristo Jesus” (cf. Fl 2,5).

No coração de Jesus morava uma paixão pelo projeto do Reino de Deus. Segundo José Maria Castillo três grandes preocupações de Jesus revelam os evangelhos: 1. A saúde (relatos de cura); 2. A comida compartilhada (relatos de refeições e banquetes); 3. As relações humanas (sermões e parábolas). São as mesmas preocupações do Papa Francisco: “este Papa sente a proximidade e as necessidades dos doentes, dos pobres, dos que vivem separados ou afastados. Esta profunda humanidade de Francisco é a reprodução da profunda humanidade de Jesus”. No entanto, trata-se de três desafios mundiais que a humanidade padece e infelizmente nem a política, o dinheiro ou a tecnologia resolvem esses problemas³⁰.

Com João XXIII foi possível *abrir as janelas* (uma expressão do Papa na abertura do Concílio Vaticano II (1965) para ventilar as sacristias e arejar a casa. O que já era um bom começo, pois sinalizava um primeiro passo para um encontro verdadeiro da Igreja com o mundo. Com Francisco é abrir-se aos ventos do Espírito do Ressuscitado que sopra onde, como e onde quer (cf. Jo 3,8). Agora não se trata de deixar ventilar apenas o interior da Igreja, mas de abrir as portas para uma Igreja em saída. É preciso sair, mas não para qualquer lugar e de qualquer forma, porque existem muitas saídas (*voos aéreos*) que representam fuga e não encarnação da realidade. Sair como os

30 José Maria CASTILLO. *O humanismo de Francisco revela a essência do ser cristão*. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/media/pdf/IHUOnlineEdicao522.pdf>. Acesso em 30 de junho de 2018. p.39.

discípulos de Emaús (Lc 24) significou voltar à Galileia, mesmo de noite e enfrentar as cruzes do caminho, na certeza que o Senhor continua presente. Sair, às vezes, pode ser tomar o mesmo caminho dos ‘levitas e sacerdotes’ (Lc 10), mas, no entanto, diferentemente deles, jamais desviar-se dos caídos e feridos e fazer, a partir deles, o único culto verdadeiro que agrada a Deus. Jesus indica uma nova religião: da vida real, do amor aos pobres, da fidelidade a Deus. São Tiago dirá: “religião pura e sem mancha diante do Deus e Pai é esta: assistir os órfãos e as viúvas em suas dificuldades, e guardar-se livre da corrupção do mundo” (Tg 1,27). “O (a) cristão (a) sai para encontrar e tocar esses corpos, porque acredita que são o próprio Cristo. Não são objetos de estudo, mas são fontes vivas para definir o próprio ser cristão”³¹.

O ser humano como máxima expressão do Criador – imagem e semelhança de Deus – configura-se a partir dos cinco sentidos e todos precisam ser cuidados e cultivados na evangelização. Atualmente, parece estar ganhando cidadania na evangelização uma prática pastoral que contemple a individualidade da pessoa, sem perder a dimensão comunitária, princípio salvífico da fé cristã³². E por incrível que possa parecer não estamos falando de algo novo na história do cristianismo. Segundo Maria R. Tutas, pesquisadora dos padres Orientais, afirma que Catarina de Sena fazia uma analogia das cinco virgens prudentes no evangelho com os cinco sentidos. “A palavra cinco significa nossa obrigação de dominar os cinco sentidos corporais, jamais ofendendo a Deus com eles, na

31 Benjamín BRAVO PÉREZ. A cultura, porta de entrada à cidade. In: Leomar A. BRUSTOLIN e Leandro L. FONTANA (org). *Cultura urbana: porta para o evangelho*: a conversão pastoral como chave para a evangelização nas cidades, p.126.

32 Segundo Francisco, “a comunidade é chamada a criar aquele espaço teologal onde se pode experimentar a presença mística do Senhor ressuscitado. Partilhar a Palavra e celebrar juntos a Eucaristia torna-nos mais irmãos e vai-nos transformando pouco a pouco em comunidade santa e Missionária” (GE, n.142)

procura de afeições ou prazeres desordenados com todos ou algum deles. Seremos cinco, dominando os cinco sentidos do corpo” (Carta 25)³³. Ora, uma vez dominada as paixões desordenadas – os vícios – os sentidos passam a contribuir para a harmonização do ser humano em sua integralidade.

Tutas se reportando à experiência litúrgica celebrativa da Igreja busca desenvolver os cinco sentidos como canais primordiais de comunicação com o divino. “O olhar, o ver: a liturgia deve oferecer ao fiel um panorama de signos, símbolos, flores, pedra (altar), para que o olho repouse e se alimente de luz, cor, imagens santas e sugestivas. O escutar exige atenção não só ao conteúdo da comunicação, mas também aos detalhes como a voz, a acústica, a respiração, o ritmo etc. A voz humana é instrumento a serviço da proclamação da Palavra. Com o paladar se saboreia o alimento. O paladar, como meta de toda a celebração é a Eucaristia. O olfato rega-se com o incenso, flores, plantas, azeites. O incenso é uma oferenda, isto é uma oblação de perfume. O tato e os gestos são também importantes no âmbito da celebração litúrgica. Trata-se do sentido do amor. Jesus toca os discípulos para dar-lhes confiança. Quando quer curar, Jesus toca a parte doente do enfermo e não de modo artificial. Por isso, na celebração litúrgica a imposição das mãos e o abraço da paz dever ser verdadeiros e expressivos”³⁴.

Estes aspectos evidenciam como a experiência litúrgica consegue incorporar os diferentes sentidos da corporeidade humana e contribuir para que cada pessoa se encontre com o mistério divino. Permanece, no entanto a pergunta: nossas experiências litúrgicas realmente expressam e contemplam dignamente todos os sentidos dos fiéis? Seguindo como metáfora o ensinamento do cacique aos evangelizadores, podemos afirmar que a ‘conversão pastoral’ exige uma

33 Maria Rodica TUTAS. *A arte da vida espiritual*. Brasília: Teixeira Gráfica e Editora, 2015, p.82.

34 *Ibidem*, p.82-83.

evangelização com sentido para que no entardecer da vida não sejamos julgados por esta mesma profecia: “Você coça. E coça bastante, e coça muito bem. E sentenciou: Mas onde você coça não coça”³⁵.

O corpo dos cristãos é templo sagrados (1Cor 6,19). Cuidar dos corpos em todos os seus sentidos significa reconhecer esta dádiva divina e ter consciência que “no fim da vida seremos julgados pelo amor que praticamos” (São João da Cruz).

Referências bibliográficas

- AMADO, Joel Portella. *Igreja e grandes cidades: Estado atual da questão*. In: BRUSTOLIN Leomar A. e FONTANA Leandro L. (org.). *Cultura urbana: porta para o evangelho: a conversão pastoral como chave para a evangelização nas cidades*. São Paulo: Paulus, 2018.
- BÍBLIA DE JERUSALÉM. 5 ed. São Paulo: Paulus, 2008.
- BINGEMER, Maria C. L.. *Gosto, Sabor e Paladar*. Disponível em: <http://agape.usuarios.rdc.puc-rio.br/amai/gostosabor.pdf>.
- BRAVO PÉREZ, Benjamín. A cultura, porta de entrada à cidade. In: BRUSTOLIN Leomar A. e FONTANA Leandro L. (org.). *Cultura urbana: porta para o evangelho: a conversão pastoral como chave para a evangelização nas cidades*. São Paulo: Paulus, 2018.
- CASTILLO, José Maria. *O humanismo de Francisco revela a essência do ser cristão*. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/media/pdf/IHUOnlineEdicao522.pdf>
- FONTANA, Leandro L. B. Apresentação. In: Leomar A. BRUSTOLIN e Leandro L. FONTANA (org.). *Cultura urbana: porta para o evangelho: a conversão pastoral como chave para a evangelização nas cidades*. São Paulo: Paulus, 2018.
- FRANCISCO PAPA. *Carta Encíclica Lumen Fidei*. Brasília: Ed. CNBB, 2013 («Documentos Pontifícios», 16).
- FRANCISCO PAPA. *Exortação Apostólica Gaudete et Exsultate*. Brasília: Ed. CNBB, 2018 («Documentos Pontifícios», 33).

35 Eduardo GALEANO. *O livro dos abraços. A função da arte/2*. Disponível em: <http://delubio.com.br/biblioteca/wp-content/uploads/2014/03/O-Livro-dos-Abracos-Eduardo-Galeano.pdf>. Acesso em 29 de junho de 2018.

- FREIRE Paulo. *Educação e mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- GALEANO, Eduardo. *O livro dos abraços*. A função da arte/2. Disponível em: http://delubio.com.br/biblioteca/wp-content/uploads/2014/03/O-Livro-dos-Abrac_os-Eduardo-Galeano.pdf.
- JOHNSON, Mark J. *El cuerpo en el mente*. Madrid: Debate, 1991.
- MESTERS, Carlos. *Com Jesus na contramão*. São Paulo: Paulinas, 1995
- PAULO VI, PAPA. *Exortação apostólica Evangelii Nuntiandi*. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/marcos/edh_enciclica_evangelii_nuntiandi.pdf
- TUTAS, Maria Rodica. *A arte da vida espiritual*. Brasília: Teixeira Gráfica e Editora, 2015.

PLANEJAMENTO DA AÇÃO EVANGELIZADORA EM PERSPECTIVA METODOLÓGICA

Mobilizando os agentes e organizando as ações pedagógico-pastorais

*Elizeu de Lisbôa Moreira**

*Pe. Giovanni Momo***

*Ms. Neri José Mezdri****

Resumo: Planejar é ordenar forças e recursos que se tem a disposição. É partir de um ponto e chegar a outro. O caminho a ser percorrido, especialmente, “como” percorrê-lo, explicita a orientação metodológica do planejamento. A organização das forças implica avaliar as próprias e conjugá-las com as outras disponíveis. O espírito do planejamento abarca uma cumplicidade formativa, em sentido integral. A instrução caminha noutra direção e implica outra relação. A decisão pessoal livre e a vigilância coletiva são condições fundamentais para esta formação alargada. O planejamento pastoral participativo tem a mesma raiz, enquanto desencadeador de processos formativos mobilizadores de agentes e organizador de metas e estratégias que visam a eficiência da ação.

Palavras-chave: planejamento. eficiência. metodologia participativa. espiritualidade e formação.

Introdução

Planejar é organizar as forças e recursos que se tem à disposição. Planejar a ação evangelizadora diz respeito a organizar das forças “pastorais” em vista da promoção de atitudes coerentes com o projeto de Jesus e na perspectiva do Reino de Deus. Em qualquer campo de atuação, o

* Acadêmico do 8º semestre do Bacharelado em Teologia da Faculdade de Teologia e Ciências Humanas – Itepa Faculdades.

** Teólogo pela Faculdade de Teologia e Ciências Humanas – Itepa Faculdades. Presbítero da Diocese de Erechim.

*** Mestre em Educação, Doutorando em Educação, Coordenador Pedagógico da Faculdade de Teologia e Ciências Humanas – Itepa Faculdades.

planejamento está vinculado à eficiência e à precisão das ações para obter melhores resultados. O método e a própria concepção de resultados podem variar de acordo com a natureza e a finalidade de cada ação. A analogia que segue tem por objetivo explicitar esta questão, indicando um caminho que julgamos mais adequado em se falando de planejamento pastoral.

Qual é o melhor resultado de uma pescaria? Algumas ações indicam resultados mais ou menos previsíveis. Seria esse o caso da pescaria? A quantidade (numérica e em quilogramas) e a qualidade de peixes estariam entre as supostas metas imediatas, a realidade almejada da pescaria. Para isso a pescaria precisa ser planejada: pescadores “qualificados” (há um conhecimento envolvido), instrumentos adequados, além de informações sobre o ambiente onde a pescaria irá se desenvolver. O planejamento associado à atividade pode envolver muitas questões, entre elas os convidados para compartilhar os resultados, que podem ser os próprios pescadores e também pode ser um grupo ampliado. Neste caso, o conhecimento da realidade deveria ser mais seguro, sem falar que a responsabilidade dos atores envolvidos aumenta enormemente. Mas assim como em qualquer planejamento, nada está garantido por antecipação, não há predeterminismo.

Mas uma pescaria pode ter outro objetivo, outra meta? E se a pescaria for um “passa tempo”? Isso muda a perspectiva dos instrumentos e pode agregar pescadores “menos qualificados”. E ninguém está livre de surpresas. Às vezes de quem “menos se espera vem o melhor resultado”. Nesta ótima de pescaria, tudo passa a ter outro significado. Muda o sentido do barulho, do silêncio, do movimento externo e interno à água... Muda quase tudo, menos a atividade em si. Em ocasiões desta natureza parece que a quantidade, de longe é o elemento mais importante. Só não pode ser monótona demais. Só não é

agradável não pegar nenhum, ou não ter nenhuma emoção. O restante está tudo valendo. Neste caso, o momento e os detalhes todos são importantes (se bem que os detalhes não escapam a nenhuma pescaria), inclusive para elucidar a perspectiva metodológica em questão, para a qual o processo já é resultado. Na evangelização, as relações, as trocas, as visitas, as conversas, os encontros são evangelização. Não significa dispensar os elementos “próprios”: rezar, estudar, planejar, avaliar... Significa direcionar, estrategicamente, tais ações e, ao mesmo tempo, vivê-las plenamente, pois evangelizar diz respeito à promoção de relações fraternas e de justiça, em última análise, à explicitação da Boa Notícia.

O texto que estamos apresentando objetiva oferecer ao leitor alguns fundamentos, pressupostos e orientações relevantes para um planejamento pastoral em sintonia com a espiritualidade do seguimento de Jesus Cristo, de onde se extrai uma perspectiva metodológica participativa. Não se trata de um conjunto de procedimentos técnicos, mas de algumas pistas, a serem dados na organização de um processo de planejamento. É uma abordagem de caráter geral e reflexivo, que pode ser complementada por orientações mais práticas acerca da organização do planejamento¹. O caráter científico e a metodologia assumida como espiritualidade, modo de vida, para superar o reducionismo prático e/ou a tendência tradicional/instrumental ainda presentes no planejamento da ação evangelizadora estão entre as convicções validadas no artigo.

O caminho trilhado tem como ponto de partida a explicitação do significado e de algumas implicações sobre planejamento e planejamento pastoral. Quem toma a decisão de planejar já tem em mente onde quer chegar, mas é preciso

1 Existem ótimas referências para quem busca esta orientação, entre elas as citadas nas referências deste texto. Além disso, entendemos que cada grupo tem autonomia e pode adequar esses “manuais” à sua realidade.

respeitar o processo dos sujeitos envolvidos e cultivar espírito de abertura. Além do mais, o caminho e o movimento coletivo vão ajudar a perceber de outra maneira e a reorientar o próprio olhar. A segunda parte do texto destaca esta perspectiva metodológica, assumindo-a como espiritualidade, considerando ainda elementos como o caráter científico a partir desta opção, além da dimensão formativa em retroalimentação com o planejamento. Na terceira parte, reflete-se sobre a colegialidade e as estruturas articuladoras coerentes com a opção metodológica assumida. Completa o texto algumas considerações relevantes para a garantia de um planejamento pastoral como processo.

1 Questões preliminares sobre planejamento e evangelização

Nesse primeiro momento explicitamos compreensões básicas, partindo do significado geral acerca do planejamento e, em seguida, entramos em noções iniciais sobre a especificidade do planejamento pastoral ou da ação evangelizadora².

1.1 Planejamento: noções iniciais e motivações

Planejar é uma ação humana relacionada ao ato de prever,

2 Como aborda o Pe. Ari dos Reis no artigo - *Histórico do planejamento pastoral na Igreja do Brasil* (nesta revista, p.13-36), existe uma distinção já consagrada pela Igreja em relação aos conceitos de pastoral e evangelização. O primeiro refere-se à interlocução com aqueles em que o sentimento de pertença eclesial é mais aguçado e dispõem de uma estrutura eclesial mais consolidada. A segunda categoria diz respeito à realidade de pessoas em que o sentimento de pertença é frágil e a referência aos princípios do evangelho não estão num horizonte próximo. Esta distinção é importante porque se trata de diferentes realidades. Em termos de planejamento a participação dos envolvidos, nesta lógica, diz respeito mais à categoria pastoral, embora o processo possa resgatar ou aproximar outros. O planejamento pode traçar metas na perspectiva pastoral e também de evangelização. Nossa abordagem, porém, não se fixa na distinção, tratando evangelização e pastoral como sinônimos.

de antever algo, a partir da intervenção e da ação sobre esta realidade. O planejamento diz respeito à positividade em preconceber, no sentido de ter a capacidade de antecipar o não existente. Diz respeito ao ato de projetar, arquitetar, termos que indicam precisão e eficiência. Mas se refere também a características mais ensaístas como é o caso de traçar, riscar, esboçar e idealizar. O planejamento implica em movimento, em ação, e associa-se ao ato de estudar a realidade, o objeto, a obra. Toda ação humana implica em algum tipo ou nível de planejamento, mesmo que tendemos a agir cotidianamente de forma mecânica e imitativa. Provavelmente, com o passar do tempo, a não ser por circunstâncias atípicas, não precisamos mais planejar nossa rota diária do trabalho para casa ou vice-versa, ao menos quando nenhum dos locais seja itinerante. Mas na primeira vez, fizemos algum tipo de mapa mental da rota a ser percorrida.

O planejamento implica, ao mesmo tempo, na ousadia da prospecção e na “passividade” da segurança, dimensões humanas, em certa medida, em colisão. As fases da vida, a formação pessoal e o próprio ambiente frequentado interferem na postura de comodidade e de segurança do “estabelecido”, ou na ousadia da mudança, do progresso, do experimentar novas realidades. Embora não pareça, de alguma forma, nas duas estão implicadas o planejamento, mesmo que a aparente passividade soa suficiente no caso do apego à segurança. Todavia, é inegável o esforço, as estratégias utilizadas e a ação que muitas pessoas fazem para permanecerem “na segurança”. Para nossa intenção, é importante evidenciar que o planejamento implica projetar ações com o propósito de atingir determinada meta, de chegar/permanecer em determinado “lugar”.

Danilo Gandin utiliza as categorias realidade existente e realidade almejada ao se referir ao planejamento de grupos,

movimentos e instituições³. A realidade existente já é resultado de um planejamento anterior, ou de um conjunto de processos de naturezas distintas, assim como da ação de inúmeros atores individuais e coletivos com capacidade e poder diversos, em permanente diálogo/confronto, em muitos casos quase que em movimentos aleatórios. Em outras palavras, a realidade que temos é complexa e contou com a participação de um grande número de envolvidos, os quais atuaram em um jogo de forças muitas vezes sem consciência da direção de suas ações. De qualquer maneira, seguindo a trilha indicada, as categorias mencionadas por Gandin transformam-se em duas tarefas distintas e complementares: a primeira é a de fazer o diagnóstico do contexto, a segunda a de projetar a nova realidade. Aparentemente simples, tais tarefas são revestidas de complexidade, à medida que estão cercadas e perpassadas por concepções antropológicas, metodológicas e epistemológicas, mesmo que nem sempre explícitas. Outra consideração importante é que o planejamento, desde a decisão de fazê-lo, está entremeado por decisões de fundo político. Há distintas formas de conceber e, portanto, orientar o planejamento. Noções mais adequadas a certas realidades, algumas que primam pelo resultado, outras acentuam as relações, os processos, as pessoas envolvidas.

Gandin trabalha um esquema elucidativo quando desdobra as categorias realidade existente e realidade desejada. Para ele, há três possibilidades de olhar para as referidas categorias. A primeira, que identifica de perspectiva conservadora, em que “não há distinção entre a realidade desejada e a existente”. Na nossa concepção, se aproxima com a realidade dos estabelecidos e que buscam segurança na atual hierarquia de valores e funções. A segunda, classificada como de tendência revolucionária, em que “não há ponto de contato entre a realidade desejada e a existente”. A terceira, que poderia ser

3 Danilo GANDIN. *A prática do planejamento participativo*, p.16-17.

identificada como mais equilibrada ou ponderada. Nesta, “a realidade desejada e a realidade existente têm pontos de contato e pontos discordantes”⁴. Isso dá uma noção de distintas concepções e de diferentes interpretações feitas da realidade, bem como de projeções correspondentes. Expressa também que o planejamento, assim como toda ação humana, é um movimento dinâmico e complexo, portador de potencialidades e sujeito a ambiguidades.

O planejamento como tal tem relação estreita com a categoria processo, uma vez que se trata de um movimento permanente e articulado, por um lado, sempre novo, por outro, que se mistura com o “velho” porque parte do existente, do contexto ou da interpretação feita dele. O planejamento pode ser desenvolvido no nível pessoal, mas mesmo este precisa considerar a ação das outras pessoas. De um modo geral, o planejamento está associado a um grupo de pessoas, a uma instituição ou mesmo a uma empresa. Neste sentido, é possível apontar três grandes referências para o planejamento: a natureza da ação/atividade, o grupo de pessoas envolvido – sem entrar no mérito do grau de participação – e o contexto onde se desenvolve a ação, apresenta características legitimadoras das metas pretendidas e outras no caminho inverso.

O contexto como tal é algo inatingível, mas a realidade enquanto interpretação possível do contexto, é um dos referenciais fundamentais sobre o qual se projeta o novo. A leitura adequada, o mais completa possível, identificando elementos como limites e potencialidades, agentes mobilizadores e elementos de mobilização, é fator decisivo para se chegar à realidade pretendida. Associam-se à leitura do contexto ou a construção realidade de referência, embora no desdobramento do processo isso possa ter atenção específica, a mensuração de recursos humanos e financeiros com os quais se conta para atingir as metas. A viabilidade do planejamento está

4 *Ibidem*, p.17.

vinculada a uma série de variáveis, mas em termos gerais tem relação com a maturação e a articulação de processos e forças envolvidas em seu sentido geral.

A realidade do planejamento não é unanimidade em todos os campos de ação. Há ainda muito amadorismo, voluntarismo, “ativismo” e descontinuidade – falta de perseverança e rigor com os procedimentos e encaminhamentos. A principal motivação do planejamento está na convicção da eficiência que ela produz que, obviamente, implica na predisposição para o desenvolvimento de todas as etapas que o processo compreende. Neste sentido, a falta de prática – de experiência e de cultura mesmo de planejamento –, de paciência e de métodos adequados estão entre os fatores que enfraquecem, minam e o inviabilizam, gerando a falsa ideia de que o processo não gera resultados. Por outro lado, uma ação espontânea, não organizada, não planejada tende a ser absorvida pelo personalismo de suas lideranças, pela fragmentação e pela ineficiência. Em se tratando da área das ciências humanas considerar a subjetividade e a participação efetivas dos envolvidos estão entre as principais potencialidades do planejamento.

1.2 Planejamento da ação evangelizadora

Este item invoca a explicitação de um dos três elementos já indicados como fundamentais há pouco. Estamos falando da natureza da ação sobre a qual se volta a reflexão, neste caso, a evangelização ou a pastoral. Aqui estamos utilizando pastoral e evangelização no seu sentido comumente adotado, como sinônimo, referindo-se à ação “pedagógica” de caráter eclesial desenvolvida por seus agentes clérigos e/ou leigos, que visa à adesão de fé e, em última análise, ao compromisso com um estilo de vida fundamentado no seguimento de Jesus Cristo e na promoção dos princípios cristãos-católicos. Como pensar o

planejamento, considerando a especificidade da ação evangelizadora? Que questões referentes à dinâmica do planejamento em si servem ao planejamento pastoral e o que precisa ser construído como caminho próprio?

Já mencionamos uma distinção de significado acerca dos termos pastoral e evangelização. Antes de se deixar provocar pelas interrogações postas, convém prestar mais um esclarecimento, agora pensando em seu uso no âmbito do alcance das reflexões da Itepa Faculdades. A categoria pastoral recebe maior acento nesse contexto. Não se trata da escolha de um termo em negação a outro, mas de um caminho, em certa medida circunstancial, e que também está relacionado ao acento na fonte bíblica da pastoral. As referências ao capítulo 34 do livro de Ezequiel e do capítulo 10 do evangelista João, seguramente estão entre os fundamentos bíblicos mais invocados, especialmente como forma de cultivo aos princípios e critérios adequados ao Bom Pastor ou ao bom líder. A preocupação não está, bem entendido, no rebanho, mas na atitude do pastor. Neste sentido, os textos de referência são muito claros: o cuidado do rebanho, e não de si mesmo, e a garantia de justiça, com a defesa dos mais fracos, estão representadas no retrato de Ezequiel; a garantia de vida a ponto de dar a vida por elas é o símbolo da atitude do pastor expressa no livro de João.

Em grande medida, é o suporte teológico que o referencial vinculado à pastoral, a partir das atitudes do bom pastor, aquele que, contrariando a passividade atribuída ao rebanho, está preocupado e disposto a fazer o caminho das ovelhas. É digno de nota que o pastoreio das ovelhas que fez parte da experiência e servia de alusão ao discurso de Jesus se dava em terreno montanhoso, cheio de pedras e em que o passar a noite em grutas estando à porta para evitar a perda de membros do rebanho para predadores era corriqueiro. Neste ambiente, o

caminho íngreme facilitaria para o pastor, mas não era o melhor para as ovelhas, o que serve de analogia à convicção do pastor que, sabendo onde chegar, onde está a pastagem, respeita o caminho, as condições, a realidade das ovelhas. É justamente a perspectiva metodológica que legitima a relação dialógica e que se fundamenta no exercício do protagonismo dos envolvidos que inspira a Itepa Faculdades a utilizar a categoria pastoral. Este simbolismo é marca da instituição, sendo o termo utilizado inicialmente no nome Itepa, de *Instituto de Teologia e Pastoral*, atualmente nomenclatura atribuída à Mantenedora. O próprio curso já fora denominado, atualmente só Teologia, por conta da nomenclatura oficial atribuída pelo MEC. O termo pastoral na *Teologia e Pastoral* história do Itepa diz respeito a um compromisso de longa data com a inserção contextual junto às comunidades locais e à práxis pastoral, que encontra na prática (pastoral) seu ponto de partida, a ser aperfeiçoado no confronto com a teoria.

Para retornar às interrogações sobre o planejamento e à natureza específica vamos retomar dois grandes referenciais: a realidade existente e a realidade desejada. As particularidades iniciam quando se dá o exercício de localizar tais categorias, ou quando inicia o processo de planejamento propriamente dito. O contexto, ao menos considerando o corte histórico, é o mesmo para qualquer ação que seja desenvolvida, porém o enfoque para a construção da realidade de referência para o planejamento da ação evangelizadora será direcionado para temas como a eclesialidade e a dimensão religiosa, bem como questões contextuais que interferem e agem de forma mais explícita sobre a espiritualidade, por exemplo. Da mesma maneira, e neste caso a especificidade ainda é maior, no que diz respeito ao ponto de chegada, a realidade desejada.

É preciso deixar claro que cada processo de planejamento, mesmo que implique a mesma natureza de ação, precisa fazer o

seu próprio exercício de análise da realidade e delimitar sua perspectiva em termos de meta a ser alcançada. O que apresentamos aqui, enquanto exercício geral e de explicitação do movimento a ser construído, é uma abordagem quase simbólica. Vamos explorar as duas categorias que estamos perseguindo. O que podemos apontar no que tange à categoria realidade existente? E acerca da realidade almejada, que referenciais se pode apontar?

Considerando ser uma tarefa gigantesca descrever a realidade existente, vamos apontar alguns traços característicos de caráter mais abrangente e que dialogam/confrontam com aquilo que poderia ser classificado como a espiritualidade cristã. a) a racionalidade concorrencial ou de desempenho⁵. Tal racionalidade, que também poderia ser identificada a partir do processo de globalização de orientação neoliberal, é resultado de um longo processo em que a dimensão econômica passa a ditar as regras de funcionamento não apenas do mercado, mas se transforma em modo de vida, estendendo seus tentáculos para as relações no interior da sociedade. A eficiência e a produtividade, por isso a necessidade dos indivíduos gastarem suas energias na produção do “capital humano”, passam a ser as únicas regras válidas. b) o fim da sociedade e a emergência do indivíduo. Trata-se de um movimento longo e complexo, e que tem como marco histórico a passagem da sociedade de produtores para a de consumidores⁶, com acento na superação das opressões e do risco de homogeneização da sociedade experimentada pela sensação de liberdade e das escolhas pessoais⁷. Outro elemento complicador, no sentido da complexidade da análise, aponta para a emergência de um sujeito plural, podendo, por exemplo, ter múltiplos pertencimentos, sem estar preso a único grupo social. Assim

5 Pierre DARDOT & Christian LAVAL. *A nova razão do mundo*, p.413.

6 Zygmunt BAUMAN. *Vida para consumo*, p.199.

7 Zygmunt BAUMAN. *Modernidade líquida*, p.60-61.

como existem campos de ativação de determinadas disposições para o agir, também existem campos de inibição da validade de tais ideias-força⁸. c) a nova religiosidade. Quase como um desdobramento da mentalidade que também toma conta do mundo religioso, destaca-se a perspectiva utilitarista e, em outra direção, o risco dos efeitos das diversas raízes fundamentalistas. A religião não é vista como fonte de critérios e princípios para o agir humano, mas oferta de sensações de bem-estar e segurança para continuar e fortalecer a concorrência diária. O que não se pode descuidar é o potencial que carrega esta abertura ao elemento religioso.

Quanto à realidade almejada, na perspectiva também geral como uma reflexão sobre o planejamento e não o exercício de planejar propriamente, a invocação certamente mais significativa do ponto de vista teológico é a do reino de Deus. Esta categoria evoca uma realidade de caráter universal, aberta a todos, e, ao mesmo tempo, inatingível em sua plenitude na história humana, mas inaugurada pela ação de Jesus. Seu caráter de universalidade não exclui exigências. Ao mesmo tempo que é dom e graça de Deus, no sentido de não haver garantias prévias e sim indicativos de coerência, aponta para uma ação humana em resposta, como se pode ver em alguns textos evangélicos (Mt 19,16-30; Mc 10,17-31; Lc 18,18-30). Entre as exigências estão o desapego incondicional para seguir ao Mestre e assegurar a Boa Notícia (Mc 10,29-30) e a partilha (Lc 18,22). Os pobres e simples aparecem como os preferidos do reino de Deus (Mt 19,13-15; Mc 10,13-16; Lc 18,15-17). Ao lado desta categoria e como caminho a ela o fazer a vontade do pai e a própria prática de Jesus são critérios fundamentais. Na perspectiva da ação evangelizadora, portanto, planejar “significa organizar nossas forças humanas e materiais à luz da prática de Jesus, em vista da Evangelização, que tem como finalidade principal o Reino de Deus”⁹.

8 Bernad LAIHRE. *O homem plural*, p.70.

9 Rodinei BALBINOT & Elli BENINCÁ. *Metodologia pastoral*, p.48.

Ainda a respeito da natureza da atividade, é de supor que a realidade da evangelização envolve dimensões que transcendem a vida material e física. Isso significa considerar a pequenez humana e a presença de forças e motivações que não são resultado da ação humana propriamente dita. A graça e a ação do Espírito Santo estão em todo lugar, e o que precisamos desenvolver é a capacidade de interpretar os “sinais dos tempos”. Considerando tratar-se de algo sobre a qual não temos controle, só podemos planejar a partir das forças e condições sobre as quais temos alguma competência de projetar, e isso diz respeito à ação humana.

[...] a ação pastoral, ainda que levada a cabo na fé, sustentada pela graça e sob o dinamismo do Espírito Santo, não deixa de ser uma ação humana, sujeita às contingências de qualquer ação. Toda ação humana, enquanto é sempre uma ação pensada, tem, também, uma racionalidade própria. Há uma razão específica para a prática teórico-prática e outra para a prática prático-prática. Enquanto ciência, a teologia pastoral fornece também à ação evangelizadora um suporte racional específico”¹⁰.

Por que é importante interpretar o contexto (obviamente aqui não nos referimos aos breves traços indicados, mas ao esforço de compreender de forma sempre mais completa)? Porque ignorar o movimento da história, significa planejar no vazio, com maior risco de ineficiência. Ao mesmo tempo, à medida que se faz o diagnóstico do contexto e se aponta referenciais acerca da realidade pretendida, estas não são tarefas conclusivas no processo de planejamento. Antes pelo contrário, são o pontapé inicial sobre as quais se deve estruturar nosso agir. As metas e prioridades, que ao final do planejamento vai materializar-se no plano, devem justamente produzir condições de pavimentar o caminho da realidade em direção à utopia.

10 Agenor BRIGHENTI. *A pastoral dá o que pensar*, p.201.

2 Orientação metodológica do planejamento pastoral

“Não se pode perder de vista em nenhum momento que o planejamento é uma discussão sobre metodologia e sobre instrumentos: estuda e indica processo para se chegar a resultados”¹¹. Considerando esta premissa, julgamos fundamental explicitar qual orientação metodológica responde com maior coerência à natureza do planejamento pastoral, apontando elementos que o fundamentam e justificam. A nosso ver a pedagogia da práxis é a perspectiva metodológica que melhor fundamenta o planejamento da ação evangelizadora porque garante o caráter científico necessário e respeita a natureza da ação pedagógico-pastoral.

2.1 O planejamento pastoral na perspectiva da práxis

Fundamentalmente, a opção metodológica assumida se dá por sua capacidade de transformar o planejamento em formação permanente e pela convicção de seus adeptos na formação como transformação pessoal. O resultado da formação e do planejamento em si não é outro senão a mudança produzida no próprio ser humano. Não se trata de uma mudança que um impõe ao outro por coação ou pela hierarquia de poder. Dito de forma mais precisa: não é uma mudança que se pretende ou que seja possível produzir no outro. Trata-se da disposição para tomar-se nas mãos, por isso, em certo sentido, uma transformação passiva ou que necessita da “permissão” pessoal. Ao mesmo tempo, isso não ocorre sem processos coletivos e formativos, os quais forjam/pressionam a mudança, através de recursos e estratégias mobilizadores do envolvimento pessoal. A principal contribuição de uma proposta metodológica, ao menos no campo das humanidades e por excelência as que implicam em relações pedagógico-pastorais, diz respeito à

11 Danilo GANDIN. *A prática do planejamento participativo*, p.29.

abertura de espírito para assumir atitude de instabilidade e insegurança em relação ao já sabido e ao aparentemente consolidado. Nesta direção, nada está predefinido ou pode ser considerado como algo dado. A realidade é elaboração, interpretação, a história é construída, o presente resultado do passado, condicionado por ele, mas o futuro não está fechado ou predeterminado antecipadamente.

Numa linguagem mais “técnica”, a transformação da concepção de mundo requer “o ingresso no núcleo do senso comum para descobrir-lhe os sentidos que o compõem. Para ingressar no núcleo do senso comum é necessário recorrer ao método dialético. Identificados os sentidos, será possível, numa segunda instância, ressignificá-los, para transformar a concepção de mundo”¹². Benincá afirma haver duas possibilidades de ingresso no núcleo do senso comum, sendo uma delas pela via da prática e a segunda pela reflexão sobre a prática. A principal distinção entre as duas formas é que a primeira se dá de forma inconsciente ou sem que a pessoa se dê conta¹³. Ela muda o que pensa sobre as coisas e as pessoas, passando a agir de outra maneira, incorporando o novo modo de vida, sem se dar conta da mudança e de que a ação anterior se fundamentava sobre outros princípios e critérios em relação ao modo atual. Muito provavelmente incorpora modos de vida sem refletir ou perceber possíveis incoerências. A segunda maneira de ingresso no núcleo do senso comum, designada como *práxis pedagógico-pastoral*, é produzida pela reflexão sobre a prática, tendo como resultado a transformação consciente da concepção de mundo, ou seja, a pessoa assume a condição de sujeito, ressignificando seu modo de pensar¹⁴.

A aposta na pedagogia da práxis como espaço de formação para os envolvidos objetiva qualificar a prática na obtenção de

12 Elli BENINCÁ. *Práxis pastoral*, p.7.

13 *Ibidem*, p.7-8.

14 *Ibidem*, p.8.

melhores resultados, entendendo o resultado no contexto da natureza da ação pastoral, e se sustenta numa virada epistemológica. Ao passo que as concepções de tradição essencialista, como a tradicional e a positivista, tomam o objeto de investigação como algo externo ao observador-pesquisador, a perspectiva dialética que fundamenta a pedagogia da práxis, toma a relação que se dá na prática pedagógico-pastoral como objeto.

O objeto de investigação, numa pedagogia da práxis, não é o outro enquanto outro, mas a “relação entre sujeitos”. A relação intersubjetiva possibilita ao educador, no ato de educar, educar-se; no ato de transformar, transformar-se; no ato de investigar, investigar-se; mas também, no ato de oprimir, oprimir-se. [...] A possibilidade do educador se transformar, nesse processo relacional, surge da condição de ser investigador de sua própria prática. Como pesquisador de sua prática tanto o educador quanto o educando, ao flexionar sua consciência, tem condições de observar e perceber os sentidos e as intenções presentes no senso comum e, em decorrência, a possibilidade de transformá-los¹⁵.

Por que dar importância à dimensão epistemológica, enfatizando a mudança no objeto de investigação e que relevância isso tem como suporte ao planejamento? Por trás da opção epistemológica está uma concepção metodológica que evita que o planejamento seja pensado por um grupo e executado por outro. O agente evangelizador é também evangelizado, assim como a conversão não é tarefa completada por nenhum dos seguidores. Considerando a natureza da ação evangelizadora, à medida que se investiga a prática realizada se desenvolve um processo de revisão e qualificação. Investigar a própria prática implica em processo formativo e avaliativo permanente em vista da capacitação dos agentes. Como se trata de uma metodologia de trabalho, na Itepa Faculdades,

15 *Ibidem*, p.12.

desenvolveram-se procedimentos específicos para a análise da prática pastoral, a saber: observação, registro, sessão de estudos e (re)encaminhamentos¹⁶. Não vamos nos deter ao detalhamento de seu funcionamento, porque o fundamental neste momento é a sustentação de uma perspectiva que associa o planejamento à análise crítica da prática, enquanto reflexão e transformação consciente da concepção de mundo. Citar os passos metodológicos tem mais o objetivo de assegurar seu estatuto científico e sua viabilidade enquanto experiência histórica.

2.2 A metodologia participativa como espiritualidade e seu caráter científico

A palavra metodologia carrega em si o sentido de caminho, de um jeito de fazer, como se fosse, na relação com o planejamento, a mediação entre o ponto de partida e o de chegada. De alguma forma, o caminho a ser trilhado invoca um modo de vida, uma espiritualidade; “a metodologia é a mística que está por trás de nossas ações; [...] não é instrumento, mas a própria mística do agente”¹⁷. E como é o modo participativo de viver? A participação no nível pessoal tem ao menos duas implicações complementares, uma ativa e outra “passiva”. A primeira diz respeito ao envolvimento pessoal e ao assumir a responsabilidade diante de atividades às quais é desafiado a participar, a dar sua contribuição. A segunda refere-se ao deixar-se afetar, provocar pelo outro. No nível

16 Quem desejar aprofundar a especificidade desta reflexão pode encontrá-la em várias fontes, entre elas, algumas de autoria de Elli Benincá, como as edições da revista *Caminhando com o Itepa*: Ano XIX, n. 64 Abr./2002, p.68-71; Ano XVIII, n. 63, Nov./2001, pp.18-33, e em outros materiais: REIS, Ari dos & MEZADRI, Neri. MHE: em busca de fundamentos. In. BALBINOT, Rodinei & MEZADRI, Neri (Org.) *Metodologia da ação evangelizadora: uma experiência no fazer teológico-pastoral*. Passo Fundo: Berthier, 2008 (pp.123-142). BENINCÁ, Elli & BALBINOT, Rodinei. *Metodologia Pastoral: Mística do discípulo missionário*. 3 ed. São Paulo: Paulinas, 2012 (p.75-87).

17 Rodinei BALBINOT & Elli BENINCÁ. *Metodologia pastoral*, p.40.

coletivo/social/institucional, por sua vez, a participação está vinculada ao exercício do poder. Encontramos realidades avessas e limitadores, e outros mais abertas à participação. Enquanto o ambiente dialógico do poder tende a favorecer a participação, as relações excessivamente hierarquizadas tendem a inibi-la. O caráter científico tem neste contexto fundamentalmente a função de garantir sistematicidade e eficiência, progresso, evolução, desenvolvimento, em direção aos resultados almejados.

A participação implica disposição pessoal e atitude de abertura a ser cultivada como uma espiritualidade, como mística, uma espécie de mistério escondido e inacessível, ao mesmo tempo que se constitui em força mobilizadora. A espiritualidade ou a metodologia participativa é uma disposição quase incondicional de fazer parte, de envolver-se sem reservas e sem contrapartida a partir do sentimento forte de alteridade; é estar disposto a mostrar-se ao outro sem exigir o mesmo, mas com o compromisso de escutar o que o outro quiser compartilhar; é saber-se completo, mas constituir-se humano na relação com o outro e não no fechamento. Participar é fazer permanentemente a opção pelo encontro com o outro e pelo reconhecimento do outro, enquanto caminho para o transcendente. Associando com o planejamento na especificidade da natureza da ação evangelizadora, significa criar um ambiente propício à participação de todos.

Planejar é um processo de tomada de decisões. Na Igreja, é fundamental “quem” toma as decisões. Pelo mesmo batismo, que insere todos os cristãos no *tria munera Ecclesiae*, há uma radical igualdade em dignidade de todos os ministérios. Todos são Igreja, portanto todos são sujeitos. Tal como Deus, que nunca se impõe, mas sempre se propõe, na Igreja, quem não tem direito de participar do processo de tomada de decisão, não tem nenhum dever de participar da execução. Há, portanto, subjacente ao pensar a ação na Igreja, o exercício do poder, que, pastoralmente,

se não for um poder-serviço, é um poder antievangélico. Não basta pensar a ação, planejar. Os opressores, o grande capital, o sistema financeiro ou a indústria bélica também o fazem. Mais importante é “como” planejar. No campo eclesial, se não for de forma participativa, colegiada, comunitária, no espírito de *koinonía* que funda a Igreja, o planejamento presta um *des-serviço* ao Reino de Deus¹⁸.

Como se pode extrair de imediato a conclusão da afirmação do Brighenti, ao lado do protagonismo ou da liberdade em participar está a responsabilidade em fazer acontecer o decidido, em colocar a “mão na massa”. Neste sentido, a perversidade ou a ineficiência do planejamento não diz respeito à negação da autoridade ou da hierarquia, mas ao descompromisso gerado pelo autoritarismo. A aceitação do que for imposto pode se dar por conta da assimetria de poder ou pela atitude de resignação ou submissão, todavia, nestas circunstâncias, a mudança na concepção de vida de dará, no máximo, pela via da prática e não a partir da reflexão sobre ela. Se não tenho força para discordar ou se concordar não implica em nenhuma transformação efetiva no meu modo de viver, se não implica em conversão, tudo bem, eu aceito.

Noutra direção, o cuidado é para que a participação não seja compreendida ou reduzida a algum tipo de enquadramento ideológico com excessivo “comprometimento histórico”, por isso, a insistência na mística ou na espiritualidade do seguimento. Acima de tudo, é do Evangelho que brota a perspectiva da participação, como é o processo formativo que acontece com os discípulos; sem tomar a decisão por eles, mas provocando a pensar e a discernir a partir da interpretação circunstâncias de que dispunham, como no episódio dos discípulos de Emaús¹⁹. Planejar a ação evangelizadora exige,

18 Agenor BRIGHENTI. *A pastoral dá o que pensar*, p.203.

19 Ver o capítulo 2, *Evangelização em chave de leitura cristológica*, p.21-38, de Elli BENINCÁ & Rodinei BALBINOT. São Paulo: Paulinas, 2012.

como o fez Jesus, colocar acima de tudo o projeto, a proposta, tendo como critérios a vontade do Pai e a perspectiva do reino de Deus, discernindo a partir dos sinais e das contingências históricas. Neste sentido, a formação para a responsabilidade se fundamenta na pedagogia da práxis, que implica na autoavaliação e na avaliação externa (enquanto processo realizado comunitariamente). Quem não reflete sobre sua prática e não cultiva uma atitude de abertura de espírito, destaque para os momentos de oração de Jesus como dinâmicas de profunda entrega e discernimento, não produz conversão – em si e nos outros – à medida que se distancia da real condição e do potencial de intensa transformação.

Em outras palavras, a metodologia pastoral participativa assumida como espiritualidade provoca para a disposição pessoal e para a promoção de relações horizontais, orientadas por princípios e critérios originários da práxis cristã. Destacamos algumas das características: a coerência de vida, a fé inabalável no projeto de Jesus ressuscitado, a convicção na metodologia de trabalho que suporta sofrimento e enfrenta dificuldades e a opção pelas pessoas e pela comunidade²⁰. E qual é a origem dos critérios e princípios que nos servem de mediação, referencial e que poderia ser classificado como “marco doutrinal”? Tudo isso é oriundo do dado revelado e que constitui o plano de Deus, tendo como principal fonte a Palavra de Deus. Porém, tanto o marco doutrinal quanto o da realidade, o “diagnóstico de época”, não são dados prontos e disponíveis espontaneamente. Ambos precisam ser elaborados a partir da colaboração de assessores e também da participação dos membros da comunidade, como um dos elementos formativos próprios do processo de planejamento. Não se trata questionar a unidade ou os fundamentos da fé, mas de atualizar as implicações do plano de Deus a partir do contexto de cada grupo/comunidade, seguindo os passos do Mestre e Pastor.

20 Elli BENINCÁ. *O Itepa e a Metodologia Histórico-Evangelizadora*, p.68.

Desta forma, a promover a participação de todos não é resultado do desejo pessoal de um ou de outro, mas coerência evangélica²¹. É preciso considerar que a técnica, em termos de planejamento pastoral, é mero meio, que só ajuda quando for canal de comunicação de Deus no Espírito. O melhor caminho para isso é a escuta da voz de Deus na oração e na contemplação, uma vez que o “piloto” da pastoral é o Espírito Santo, cabendo à comunidade a tarefa de “copiloto”²². A utilização de um método inadequado ao planejamento pastoral corre o risco de ignorar sua natureza enquanto espaço formativo e movimento em que o fim também é meio. O elemento fundamental, nesta perspectiva, é colocar-se a caminho.

O fim não é um plano, mas a comunidade sujeito de uma ação pastoral pensada. Na perspectiva da fé, e isso é reconfortante em nossa fraqueza e limites de todo tipo, o importante não é ter chegado ao fim, mas ter-se colocado a caminho. O fim está no caminho, no processo, que nunca termina. O cristão não necessita de uma conversão, mas de várias, continuamente. A Igreja não tem necessidade de uma reforma, mas de uma contínua reforma – *ecclesiam semper reformanda*, em contínua reforma, diziam os santos Padres. O amanhã ou será consequência do hoje ou não passará de uma mera repetição do passado²³.

Ainda acerca da natureza da atividade enquanto espiritualidade a ser cultivada é preciso dizer que, assim como a perspectiva comunitária converte o indivíduo de sua tendência autorreferente, este é um pecado que também pode ser cometido enquanto Igreja. “A vocação humana advoga para a

21 E neste item, podemos ir adiante, se tiver outras forças que promovem a participação efetiva de todos, a seu modo, evangelicamente devemos ser humildes para reconhecer tal feito e não corporativistas para minar suas práticas porque não o fazem pela mesma motivação que nós

22 Agenor BRIGEHNTI. *A pastoral dá o que pensar*, p.204.

23 *Ibidem*, p.203.

convivência de cidadãos livres, numa sociedade livre, justa e solidária. A Igreja, enquanto comunidade, igualmente só cumpre sua missão quando se faz missionária, sai de si e exerce um serviço na sociedade, o espaço de edificação do Reino de Deus”²⁴. Todo cristão é convidado a exercer seu discernimento, reconhecendo os sinais do verbo mesmo nas realidades em que o anúncio não tenha sido feito e a deixar-se confrontar com o Evangelho, convertendo-se e abrindo espaço para a conversão das incoerências e ambiguidades da sociedade. A convicção do princípio da participação sustenta que “a instauração da justiça social passa pela participação de todos no poder”²⁵.

Assumir a metodologia como espiritualidade não significa negar a importância da técnica e da ciência, mas encontrar seu lugar e assim descobrir sua valiosa contribuição. O caráter científico, como já foi indicado, com um método adequado irrompe com o amadorismo, tirando a pastoral do ativismo e do mero campo da prática. “Na prática pastoral, não basta a boa vontade e querer acertar ou, então, dar-se ao luxo de aprender com seus próprios erros. Acertamos mais e melhor quando respeitamos e valorizamos os outros, acolhendo suas experiências”²⁶. Uma valiosa contribuição da ciência está em seu rigor e no processo de sistematização da prática. Sem planejar, projetar e sistematizar as ações caímos no senso comum e somos absorvidos pelo cotidiano, atacando as urgências mais visíveis e permanecendo na pastoral de manutenção. A ação pastoral requer saber, competência e consciência prospectiva.

A competência vem de uma formação adequada – bíblica, teológica e pastoral –, em relação inter e transdisciplinar. É impossível ser um bom agente de pastoral sem conhecer o objeto e o método da ação eclesial e o contexto na qual ela se dá – o

24 *Ibidem*, p.165.

25 Danilo GANDIN. *A prática do planejamento participativo*, p.28.

26 Agenor BRIGHENTI. *A pastoral dá o que pensar*, p.202.

mundo, no emaranhado de suas instituições e organizações. A formação é uma exigência permanente, sob pena de expor o agente de pastoral à incompetência e à inoperância. Sem conhecimento de causa, há o risco de multiplicar atos isolados e de cair no ativismo. É uma ação pensada que nos torna capazes de ver o essencial, que é sempre muito pouco²⁷.

O planejamento carrega um desejo profundo de organização das forças, meios ou recursos disponíveis, de traçar objetivos, metas e prioridades a serem perseguidas. Já mencionamos categorias importantes como indicativos que fazem parte da sistematização do planejamento, como é o caso, da realidade existente ou marco da realidade e da realidade desejada, que em última análise é traduzida pela categoria reino de Deus. Brighenti, ao se referir à racionalidade própria do planejamento da ação evangelizadora, fala de três exigências, as quais ajudam a sistematizar ou organizar tal ação. São elas: ter os pés no chão, manter os olhos no horizonte e “colocar as mãos na massa”²⁸.

Para pensar a ação futura é preciso situar-se na realidade, o que se dá pela via da inserção e também pelo estudo, inclusive com o auxílio de ciências como a sociologia e a psicologia, entre outras. Por obviedade o foco no tema eclesial e da religiosidade, mas não sem dialogar com outras áreas do conhecimento. “Partir da realidade é partir de onde se está, e não de onde gostaríamos de estar” é o alerta de Brighenti²⁹. Se é preciso partir da realidade, não podemos nos prender a ele. “A realidade, por mais contraditória e dura que seja, não nos condena ao derrotismo e ao conformismo”³⁰. Para o autor, “não há autêntico processo de planejamento sem esperança, sem confiança na possibilidade do futuro desejável. Sem fé na

27 *Ibidem*, p.203.

28 *Ibidem*, p.210-211.

29 *Ibidem*, p.210.

30 *Ibidem*, p.211.

possibilidade histórica da utopia do Reino de Deus”³¹. Dois elementos parecem fundamentais aqui, a amplitude do sonho, os sonhos nas estrelas e os sonhos menores que vão demonstrando os pequenos sinais de que estamos dando passos. Quanto mais gente sonhar o mesmo sonho maiores serão as chances de sua concretização. A terceira exigência invoca o simbolismo das mãos, pois de nada adianta sonhos maravilhosos sem sua “aplicação”. “A passagem do teórico ao prático começa na mente (nível dos conceitos, da mentalidade), passa pelo coração (nível das convicções) e concretiza-se com as mãos (nível das habilidades). A viabilidade estará em jogo: as projeções, as necessidades e potencialidades, além das condições socioculturais e os recursos disponíveis para sua realização histórica.

Assim como toda proposta metodológica, a perspectiva participativa também apresenta dificuldades e dilemas. Essa franqueza faz-se necessária para que não se crie expectativas falsas ou se responsabilize de forma equivocada a proposta metodológica. Começamos com duas ressalvas iniciais: é bom enfatizar que uma proposta metodológica carrega associações com alinhamentos políticos e teológicos, os quais geram apreço ou desconfiança em relação aos “resultados”. Assim é em outras “apostas” que se faz na vida. Não acontece de ficarmos na torcida para dar certo ou errado? Assumir com reservas qualquer proposta, implica em resistências que vão além daquelas próprias da concepção teórico-metodológica. É fácil compreender a cruz e as dificuldades da fé, diante de contextos adversos e da implacável vitória de sinais de morte? A segunda ressalva, que implica em risco superior pela ineficácia produzida, diz respeito à falta de clareza ou ao compromisso com um discurso metodológico travestido de um novo conteúdo. A nosso ver esse aspecto é muito comum e mais complexo de ser identificado, porque consiste em assumir uma

31 *Ibidem*, p.211.

nova linguagem, um novo conteúdo de fala, sem mudança radical, sem transformação metodológico-espiritual, e que no fundo dá na mesma prática. Resulta numa animação temporária, mas sem consistência e sem efeitos formativos de longo alcance. São como planejamentos com alcance reduzido ao imediato, uma tendência geral forte em diversos ambientes e campos de ação.

Para compreendermos a primeira ressalva é preciso partir da seguinte constatação: há, na sociedade em geral, a sedimentação de uma teoria metodológica tradicional, com um enraizamento social realmente profundo. O mais grave é que tudo isso é resultado de uma formação de longa data e de uma tradição educacional, familiar e eclesial, com fragmentos espalhados por concepções de toda natureza. A fragmentação é mais um complicador, porque as pessoas, como já sustentamos fundamentados em Benincá, mudam suas compreensões acerca de muita coisa desde o referencial da prática, ou seja, sem refletir sobre tais mudanças. Desta maneira, incorporam outros critérios para educar os filhos, outro modo de se relacionar com os outros, mas têm poucas oportunidades de refletir sobre os fundamentos, portanto, sem fazer opções conscientes. O que ocorre no geral é uma espécie de “modernização”, com liberdade em alguns aspectos da vida, muitas vezes associadas a um profundo conservadorismo, porque pensar e mudar dói, sem se dar conta de contradições e incoerências. No geral isso é um problema de formação, no sentido amplo e alargado. Há uma tendência radicada no contexto atual da instrução específica, especialmente direcionado à lógica laboral, não de uma formação no sentido integral.

Em termos eclesiais qual a tendência, especialmente em alguns serviços? Pouquíssima formação e excessivo voluntarismo, mas que sejam criadas condições para uma participação responsável a ponto de ajudar a pensar sobre a

comunidade eclesial em seu sentido amplo. O que acaba acontecendo? Alguns assumem a questão financeira e outros ajudam nas celebrações. Sobre questões pastorais efetivamente se reduz ao discurso: “Ah! Isso é o padre que sabe!” Como há carência de processos sistemáticos, há uma conclusão normalmente aceita como válida: as pessoas não estão preparadas, elas querem a forma tradicional e não adianta falar em participação. Em outras palavras, a dificuldade, ao invés de levar à persistência e a identificar e superar possíveis falhas, conduz facilmente ao abandono da proposta. Quase nunca a paciência, associada ao planejamento de longo prazo, resiste à tentação de determinar de maneira unilateral os rumos a serem seguidos.

No que se refere à incorporação de um discurso sem mudar efetivamente a postura, a explicação está em parte contida na primeira ressalva, uma vez que mudar a concepção de mundo a partir do ingresso no núcleo do senso comum através da reflexão sobre a prática é uma tarefa que exige formação sistemática e disposição de espírito. Isso pode ser feito pelas lideranças por ingenuidade, porque é mais fácil ou por opção, o que implicaria em certa perversidade. Mas a dificuldade é real. Vamos utilizar como analogia o evento Conferência de Aparecida. Entre os destaques do evento e que incorporaram o Documento de Aparecida estão a perspectiva metodológica, o modo de evangelizar, que resgata e acentua a dinâmica do discípulo missionário. A pergunta é: em que medida a utilização do discurso discípulo missionário incorporou a dinâmica de quem se coloca efetivamente no seguimento e assume a missão de anunciar como quem fez uma profunda experiência de encontro pessoal? Temos consciência tratar-se de um processo que necessita de um longo tempo para ser assimilado e que novamente o elemento formativo tem grande importância, porém a tendência a assumir como discurso, como verniz, é forte, não levando à conversão pastoral e pessoal. Entendemos

que desencadear o movimento é radicalmente mais difícil de levá-lo a cabo e aí está um dos desafios profundos da metodologia participativa.

Em geral a metodologia participativa é acusada de lentidão e ineficiência, à medida que o sonho das lideranças demora a dar sinais de efetivação. A questão é avaliar se o problema está na metodologia ou no comprometimento das pessoas ou mesmo na condução do processo. Se as pessoas não estão dispostas a mudar ou se os objetivos e metas não forem adequados à perspectiva metodológica adotada, o problema pode estar em outro lugar. Muitas vezes se tem o desejo de mudar a mentalidade das outras pessoas por algum tipo de ação de um pequeno grupo. Nenhuma proposta metodológica é capaz de mudar a realidade por si só. É preciso paciência, perseverança e clareza para dar viabilidade à proposta, caso contrário nenhuma orientação metodológica tem validade. O fato de a metodologia tradicional estar sedimentada no senso comum e seus fragmentos se manifestarem nas mais variadas situações, algumas mais explícitas e outras implícitas e sutis, conduz-nos, especialmente em situações de dificuldades e conflitos, à saudade “das cebolas do Egito”. O método tradicional, com funções e poder hierarquicamente bem definido, traz a segurança e a fuga do conflito, mas o que produz efetivamente em termos de evangelização?

2.3 A dimensão formativa do planejamento e a formação como prioridade

Embora o planejamento já seja tradição de mais de meio século na Igreja, faz-se necessário superar resistências de quem julga dispensável e/ou não percebe a contribuição do planejamento para organizar as forças humanas a serviço da evangelização. Este movimento pode ser superado através da formação, desenvolvidas de forma e em perspectiva integrais. A

ação humana, enquanto organização lógica e estruturação racional do pensamento, contribui de maneira decisiva na evangelização. O planejamento, enquanto processo sistemático de interpretação contextual, produção da realidade e elaboração grupal dos referencias da revelação, constitui-se em momento privilegiado de formação. Ao mesmo tempo, a natureza pedagógico-pastoral da ação eclesial faz da formação uma meta permanente a ser reafirmada pelo planejamento.

A formação necessita perpassar todo o processo da vida cristã. Quem tem um processo consistente de Iniciação à Vida Cristã e de aprofundamento bíblico-teológico tem mais condições de fortalecer a opção e de compreender o plano de Deus, tomando consciência de sua participação na continuidade da obra criadora, especialmente através da comunidade. Isso tem base a compreensão antropológica de que ninguém veio ao mundo por si só, ou se constrói de maneira isolada; ninguém se basta a si mesmo. Somos inclinados a viver na coletividade, necessitando e existindo condicionados pela relação com o outro e a partir do reconhecimento recíproco.

A Igreja como instância mediadora para conduzir a humanidade à salvação, segundo a compreensão do Concílio Vaticano II, tem sua forma de atuar na comunhão e participação. No âmbito da paróquia, por exemplo, percebe-se a importância dos conselhos em suas instâncias distintas e enfoques pastoral e econômico. Com a finalidade de atuarem na organização e na manutenção da paróquia, os conselhos, são compostos de modo que haja um envolvimento ativo e consciente dos membros da comunidade. É propício recordar as palavras do Papa Francisco ao enfatizar que “o objetivo destes processos participativos não há de ser principalmente a organização eclesial, mas o sonho missionário de chegar a todos” (EG 31).

Uma das grandes propostas práticas para a renovação

paroquial e, conseqüentemente, em favorecimento à participação é a setorização em grupos menores. Na prática, esse modo de ser Igreja proporciona que seus integrantes estejam mais próximos, saindo do anonimato. Também é espaço para animar uns aos outros nas dificuldades e se alegrar nas conquistas pessoais e comunitárias. Desse modo, “a paróquia descentraliza seu atendimento e favorece o aumento de líderes e ministros leigos e vai ao encontro dos afastados” (CNBB Doc 100, 244). Assim pode ser fortalecida a compreensão de Igreja comunhão e participação, marcadas pelos espaços de encontro e pelo envolvimento na ação evangelizadora. Quanto a uma possível setorização da paróquia, longe de sobrecarregar o pároco com mais atividades, caberá aos leigos e religiosos que atuam na paróquia assumirem mais responsabilidades de acordo com o que lhes seja próprio. Imprescindivelmente isto exigirá processos de formação e qualificação para que possa contribuir para a transformação das realidades e para criar estruturas justas segundo os critérios do Evangelho (DAp 210).

A opção pela formação permanente faz sintonia com a concepção dialógica, considerando distintos modos de pensar e agir em relação à ação evangelizadora³². Antes de enquadrar a todos numa única verdade, onde pensar diferente é ser herege³³, o processo participativo leva em consideração as particularidades das pessoas envolvidas, não reduzindo a participação à dimensão representativa e inibindo a ação por conveniência. As decisões são construídas a partir do consentimento de todos³⁴, onde “ninguém decide por ninguém. Cada um decide para si, tendo presente o bem dos demais”³⁵. O protagonismo favorece a eficácia do planejamento, pois “é fundamental que as pessoas tenham

32 BALBINOT & BENINCÁ. *Metodologia pastoral*, p.50.

33 Agenor BRIGEHNTI. *A pastoral dá o que pensar*, p.157.

34 *Ibidem*, p.204.

35 *Ibidem*, p.205.

espaço para expressar sua palavra: dizer o que fazem, o que pensam, o que sentem, o que desejam”³⁶. No imediatismo atual, cada vez mais depressa quer-se resultados, ignorando o processo e desconsiderando a orientação do Mestre de pôr-se a caminho. A formação permanente é a reafirmação da atitude de aprendiz, de discípulo, que como tal pode desempenhar melhor o compromisso missionário.

O movimento que o planejamento produz enquanto processo participativo provoca para a formação permanente que, no espírito da práxis, tenciona a transformação de si mesmo e da própria prática. À medida que mais pessoas se envolvem no processo, essa transformação na concepção de mundo vai acontecendo. Teologicamente é o processo de conversão que vai se dando, é o amadurecimento da fé, com desdobramentos e consequências pessoais e comunitárias. Esse talvez seja o grande resultado de qualquer processo de planejamento.

3 Estruturas viabilizadoras do planejamento participativo³⁷

A vocação da Igreja é anunciar o plano de Deus e sua missão consiste em evangelizar e exercer a função mediadora para a efetivação do reino de Deus, antecipando seus sinais na realidade histórica e terrena. O carisma acentuado em Jesus de Nazaré traduz-se ao longo da história em estrutura e organização eclesial em vista da realização da referida missão. A estrutura não é ou não contempla em si a missão e, enquanto realidade histórica, está sempre em processo de conversão, enquanto movimento de resgate de dimensões caras e, algumas

36 BALBINOT & BENINCÁ. *Metodologia pastoral*, p.50.

37 Este item do texto foi elaborado com base em alguns tópicos da monografia de conclusão do Curso de Teologia de Giovanni Momo, apresentada na Itepa Faculdades no ano de 2013. O texto é intitulado: *Conselhos de Pastoral: por uma Igreja da colegialidade*.

vezes, descuidadas do carisma inicial. A estrutura eclesial reporta a uma hierarquia organizacional e a uma divisão análoga e proporcional à dimensão territorial, representada por distintas instâncias, desde a dimensão universal até a comunidade eclesial, menor núcleo estrutural da Igreja.

3.1 No espírito da colegialidade

Além da dimensão hierárquico-estrutural, responsável pela articulação e pelo funcionamento digamos mais pragmático-doutrinal, existem órgãos colegiados em tese mais voltados à atuação mais pastoral. A dimensão colegiada não é parte intrínseca à estrutura eclesial, estando condicionada ao modo de exercer o poder das autoridades instituídas. O que pode ser uma restrição, porque não está garantido de forma *a priori*, é um ganho à medida que se consolida como prática, revelando um modo de vida e uma opção metodológica em franca coerência com a prática de Jesus. De alguma maneira, esse processo de consolidação de instâncias como conferências, sendo elas em nível nacional ou regional, e conselhos, diocesanos, paroquiais e comunitários, resultam de uma interpretação e de uma opção por relações horizontais e de compartilhamento de responsabilidades. A evangelização não resulta de uma ação eclesial/sacramental direta, mas exige, cada vez mais, atuação de caráter pedagógico-pastoral. A necessidade de planejamento da ação evangelizadora é o primeiro e talvez mais expressivo sintoma desta mudança.

Os órgãos colegiados, especialmente nas instâncias internas às igrejas particulares instigam e inspiram-se no compartilhamento da ação evangelizadora entre o conjunto dos batizados, resgatando a dimensão do sacerdócio comum. Em termos gerais é possível afirmar que a criação e fortalecimento de instâncias mediadoras da evangelização partem de duas realidades complementares: o risco da constituição de estruturas

burocráticas, estáticas e sem vida, por um lado, e a ampliação do protagonismo pastoral para o grupo até então considerado mero destinatário, por outro. Com isso, a própria noção de evangelização, como processo aberto a todos e que exige conversão não apenas dos “evangelizados”, passa por mudanças. Todavia, esta é uma realidade distante de se dar por concluída. Há, em muitos lugares, uma mentalidade de apego às distinções hierárquicas e, ao seu lado, a falta de compromisso com a missão por grande parte dos batizados. A colegialidade representa o desejo profundo de levar a cabo o espírito da Igreja comunhão e participação e estimula a corresponsabilidade.

3.2 Conselhos de Pastoral e a mediação das forças pastorais

A crítica a toda e qualquer forma autoritária, como já fora registrado, parte do princípio de que tal atitude fere o espírito do Evangelho sobre o qual a Igreja está fundada. O ato de planejar ‘para’ os outros ou ‘para’ a comunidade é uma forma autoritária que considera a comunidade objeto e não sujeito da pastoral. Estabelece-se, assim, uma relação de poder ‘dominante-dominado’, com um planejamento vertical, dedutivo. Neste modelo, somente alguns elaboram o plano, que será executado pelos demais.

Outra forma autoritária de conduzir a ação é o ato de planejar ‘com’ os outros. “Planejar com os outros é o exercício de um poder-a-serviço – em que há participação, mas controlada, por cooptação, manipulada”³⁸. A representação e a participação são ‘falsas’, pois a comunidade participa em determinado nível, mas não decide, não tem voto. “Procura-se manter a dependência para manter-se no poder. Cede-se para não ceder. Abre-se a uma determinada participação para guardar o poder de sempre”³⁹. Também, nesse modelo, a

38 Agenor BRIGHENTI. *A pastoral dá o que pensar*, p.203.

39 *Ibidem*, p.204.

comunidade é objeto da pastoral enquanto destinatária de serviços que são impostos para a participação de todos. Por isso, privilegiar o processo é privilegiar a participação e caminhar em coerência com a prática de Jesus.

A relação sujeito-sujeito, mediada pelo exercício do poder-serviço, confere à comunidade autonomia. Há participação de todos os interessados nas decisões, na execução e nos resultados, constituindo-se uma representatividade real e não falsa. O planejamento participativo, que fundamenta a dinâmica dos conselhos de pastoral, possibilita a descentralização do poder na medida em que os centros de decisão passam a ser diversos e não mais único.

Primeiro ele promove a autonomia das pessoas [...]. Depois, ele possibilita o exercício do poder entre os níveis eclesiais, com controle de baixo para cima, ou seja, delegando ao nível superior àquilo que não se têm condições de realizar no nível inferior. É o princípio da subsidiariedade, fundamental para o exercício de um poder-serviço. O nível superior subsidia o nível inferior, vem em seu socorro, potenciando-o na busca de sua autonomia. A separação entre os níveis nega a eclesialidade, mas a autonomia é condição para a colegialidade⁴⁰.

Ao lado das assembleias paroquiais e das comunidades eclesiais, os conselhos de pastoral estão entre as estruturas que expressam maior sintonia com uma ação evangelizadora aberta, participativa e em estado de comunhão. São estruturas intermediárias, por isso mais flexíveis, se comparadas a estruturas fixas como as paróquias e as comunidades. São instrumentos responsáveis em pensar, articular os objetivos e as ações de forma participativa, mesmo que, em última instância, o responsável seja o pároco.

O Conselho de Pastoral é proposto no Decreto *Christus Dominus*, sobre o Múnus Pastoral dos Bispos na Igreja, em

40 Agenor BRIGHENTI. *A pastoral dá o que pensar*, p.205.

1965:

É muito desejável que em cada diocese se institua um peculiar Conselho de Pastoral, presidido pelo próprio Bispo diocesano e nele tomem parte clérigos, religiosos e leigos, especialmente escolhidos. É tarefa deste Conselho pesquisar os assuntos que se relacionam com as obras pastorais, examiná-los diligentemente e tirar deles as conclusões práticas⁴¹.

A mentalidade tradicional, sedimentada nos diversos espaços sociais, também se manifesta como desafio a ser superado no caminho do fortalecimento da prática dos conselhos de pastoral. “Os padres foram instruídos para agirem sozinhos, como únicos responsáveis, por isso não querem perder o controle da paróquia. Os leigos foram instruídos para o comportamento passivo e receptivo, de dependência e de submissão”⁴². A mentalidade de colaboração, de participação deve atingir a todos: leigos, padres, bispos.

O CPP nascerá como consequência de uma vida comunitária eclesial básica, de uma consciência eclesial, de uma pastoral renovada e adaptada. Nascerá igualmente da experiência de um grupo de cristãos que se convertem e que querem fazer um caminho de santidade em conjunto, comunitariamente⁴³.

Enquanto apresentação geral faz-se necessário explicitar as três instâncias de funcionamento, a representatividade e a função dos conselhos de pastoral. As instâncias são: Conselho Comunitário de Pastoral (CCP), Conselho Paroquial de Pastoral (CPP) e Conselho Diocesano de Pastoral (CDP). Quanto à formação, há peculiaridades ligadas aos contextos, mas o mais comum é contar com os padres (párocos), representantes das pastorais, serviços/setores e movimentos

41 CD, 29.

42 Elias Della GIUSTINA. *A paróquia renovada*, p.118.

43 *Ibidem*, p.119.

eclesiais e, em conformidade com a instância correspondente, contar com a representatividade das estruturas pastorais inferiores. Assim, se o conselho for diocesano conta com a representação das paróquias, se for paroquial com a representação das comunidades. Quanto às tarefas, os documentos da Igreja apontam para a necessidade de olhar a “vida da comunidade”. Compete ao conselho examinar tudo o que se refere às atividades pastorais e propor ações, como um órgão articulador, unificador e que orienta a vida da comunidade.

Na dinâmica do planejamento o conselho tem o papel de ser espaço reflexivo permanente e guardião do plano de pastoral na instância de sua atuação. Embora o processo de planejamento possa ter uma equipe de coordenação própria, a dinâmica do conselho o aproxima das decisões e da dinâmica tomada conjuntamente, assim como uma instância permanente de avaliação. Para dar conta da tarefa assumida no conselho é importante a organização com reuniões periódicas, que devem ser definidas em conformidade com as responsabilidades atribuídas. É importante observar também alguns critérios para a escolha dos integrantes do conselho, também em conformidade com as atribuições. Que sejam pessoas de fé e temente a Deus (Ex 18), cheios do Espírito Santo e de sabedoria (At 6,3); que não se corrompam nem se vendam (At 5 e Ex 18); que tenham ciência de que a opção pelos pobres é exigência evangélica⁴⁴.

As lideranças de todas as pastorais se reúnem, refletem bem, tendo como referência os critérios estabelecidos, e escolhem as pessoas que vão coordenar cada pastoral nos próximos [...] anos. Das pastorais existentes ou dos serviços pastorais e de missão que pretendem organizar. Esses/as coordenadores/as das pastorais vão participar do conselho de pastoral, automaticamente⁴⁵.

44 Ivo ORO. *Conselhos de pastoral na prática*, p.124.

45 *Ibidem*, p.125.

A dimensão formativa merece destaque novamente, porque supõe-se que os conselheiros sejam preparados para o exercício de sua missão e que o próprio conselho, independente da instância esteja em permanente processo formativo. À medida que os conselheiros desenvolvem a consciência e assumam o compromisso do cultivo pessoal e das instâncias que representam, abre-se a possibilidade da qualificação da ação eclesial desde a análise crítica da própria prática.

4 Pressupostos e fundamentos para o planejamento pastoral

Considerando o objetivo de oferecer fundamentação e pressupostos metodológicos acerca do planejamento pastoral, assinalamos ainda algumas questões que julgamos pertinentes no caminho a ser trilhado em torno do planejamento. Existem muitas indicações técnicas bem construídas e que servem para orientar em termos práticos a organização de um processo de planejamento, entre elas algumas estão dispostas na bibliografia. Não vamos entrar em detalhes acerca dos passos a serem dados e nem definir uma instância eclesial como parâmetro, mas apresentar pressupostos básicas, num esforço de síntese quase esquemático.

a) **Opção e consciência das exigências do planejamento e do plano.** Se planejar significa organizar as forças humanas para interferir na realidade e fazer valer os sonhos a partir das necessidades pessoais e comunitárias dos envolvidos, é preciso optar pelo planejamento. A ação evangelizadora é um processo que tem início, e este também é de difícil localização, mas não tem fim; está sempre em movimento, constituindo-se em dinâmica formativa permanente. O planejamento também é processual e contínuo, porém, é preciso engatar a dinâmica do planejamento na temporalidade do plano, organizando um conjunto de ações específicas que resultarão num plano. Em

certa medida, uma etapa do planejamento é concluída com a elaboração de um plano delimitado por uma instância eclesial e para um tempo determinado. Quanto mais precisos forem os encaminhamentos do planejamento registrados no plano, com definição de prioridades, responsabilidades e temporalidades, maiores chances de serem efetivadas e mais fácil será o processo de avaliação e replanejamento.

b) **Condução do processo.** Não é porque o planejamento é participativo que não tem organização e distribuição de tarefas. Aliás é o contrário, pois é a participação que exige ainda mais organização e divisão de responsabilidades para proporcionar o envolvimento de todos, o registro da caminhada, elementos fundamentais para a definição das prioridades, das metas e das ações práticas. Uma equipe “iniciada”, articulada e responsável por coordenar o conjunto de encontros e assembleias é um pressuposto relevante para o sucesso do planejamento. A equipe precisa estar afinada, mas não fechada como grupo, convicta dos passos a serem dados e da orientação metodológica, aberta e sensível às questões fundamentais, tendo o cuidado de não falar em próprio nome. Essa equipe precisa ter, ao mesmo tempo, uma noção abrangente e condições de prever leituras possíveis acerca da realidade e do referencial utópico, e mente aberta para se apegar aos critérios e princípios, não a argumentos secundários. O trato com a participação de todos é algo fundamental nesta condução.

c) **Convicção metodológica.** Convicção é muito diferente de intransigência, sendo esta última marcada pela falta de capacidade de perceber o alcance e possíveis inconsistências das ideias defendidas. A convicção é resultado da consciência de diferentes possibilidades e ter clareza teórica do que fundamenta e especialmente da sintonia de tal ideia diante de tal realidade. No caso da metodologia participativa, a convicção está calcada no reconhecimento e na fé no ser humano, e na aposta de que

proporcionando bons processos formativos a pessoa terá a possibilidade de transformar sua vida na direção de relações fraternas e do espírito comunitário. Em última análise, tal convicção aposta na crença de que a participação é caminho promissor à responsabilidade.

d) **Elaboração do marco da realidade.** Em determinados ambientes isso pode soar um pouco estranho, porque se parte do pressuposto de que a realidade é algo dado e está aí para agir sobre ela. O contexto, porém, é algo inatingível em sua amplitude. E isso aponta para o grande desafio de fazer uma interpretação o mais completa possível, porque uma leitura inadequada faz a gente não atacar os verdadeiros focos de enfraquecimento da espiritualidade cristã, permanecendo no nível da pastoral de manutenção ou pior, agindo para fortalecer iniciativas que vão contra os princípios cristãos, reduzindo a vida a buscas individuais e enfraquecendo o espírito comunitário. Neste tema é preciso ser humilde para buscar auxílio e assessoria em outras áreas do conhecimento e seguro em relação ao que se quer. É uma boa leitura da realidade que vai explicitar necessidades e potencialidades a serem transformadas em metas e ações a serem desenvolvidas. Além de leituras, assessorias, diálogo com instâncias da sociedade civil, é preciso chamar as pessoas da comunidade para debater tudo isso, para daí elaborar o marco da realidade. Não se pode esperar consenso em todas as questões e é preciso lidar com tranquilidade com divergências, porque neste momento são os critérios e princípios vinculados à natureza da ação que devem prevalecer.

e) **“Delimitação” do marco utópico.** O ponto de referência aqui são novamente categorias como reino de Deus, vontade do pai, tendo a revelação e a Palavra de Deus como fontes fundamentais. Aparentemente este é um referencial seguro e com unidade suficiente para dispensar qualquer

estudo. Será? Não é preciso dizer que existem distintas compreensões extraídas das mesmas fontes. O movimento primário a ser realidade é de retomada dos nossos referencias e compreensões, o que encontra na prática de Jesus pontos de unidade e convicções seguras quanto a temas fundamentais. Momentos de estudos sobre tais temas são de extrema importância, além do esforço de atualização para o contexto contemporâneo a partir da instância eclesial de referência. O estudo, a retomada, o aprofundamento precisam estar, especialmente nesta perspectiva, associados à oração. A construção da unidade no sonho, em sintonia com outras instâncias eclesiais, são resultado de um processo orante que gera discernimento. Além da comunidade ser um espaço de destaque para a celebração da vida e cultivo dos princípios cristãos, nas reuniões de planejamento o cultivo da espiritualidade se intensifica.

f) **Definição de necessidades prioritárias, metas e atividades práticas.** Em conformidade com os pressupostos anteriores e a partir do diálogo/confronto entre o marco da realidade e o marco utópico, a partir do alcance específico da instância em planejamento, precisam ser definidas as prioridades a serem assumidas, e delimitadas as ações que vão dar visibilidade e viabilidade à realidade pretendida. É um momento determinante e um dos mais complexos e difíceis, pois o que for definido aqui – obviamente associado ao como será assumido – poderá representar a eficiência ou o fracasso do planejamento. Esta definição implica o ponto de ligação entre o planejamento e o plano, tendo em vista que esta é a parte em que o planejamento deixa de ser futuro aberto para começar a transformar-se em presente, sendo testado nas agruras do contexto. A ousadia e a inovação se aliam e confrontam com a viabilidade das forças e dos recursos de toda natureza, testando a leitura feita e a capacidade de interferir na realidade. É preciso ter a frieza necessária para abandonar as estruturas que não

servem mais, sem gastar energia em realidades ineficientes e, ao mesmo tempo, ter o discernimento da especificidade da natureza da ação evangelizadora. A ineficiência ou a eficiência na ótica da razão instrumental e mercadológica não tem o mesmo significado no campo da evangelização.

Considerações finais

O texto aqui apresentado discutiu e reforçou a ideia de que a ação da Igreja, a missão que ela desempenha na sociedade, tende a ser mais eficiente quando planejada, quando as ações são organizadas e projetadas estrategicamente para atingirem uma determinada meta. Disso decorre que o planejamento tende a produzir maior eficiência e, por consequência, melhores resultados. Cada ação, por sua vez, tem particularidades e uma razão própria, do que decorre que nem toda forma de planejamento e nem toda metodologia que orienta as ações são adequadas a qualquer campo. Defendemos que a opção pela práxis e pela metodologia participativa são mais adequadas à natureza da ação evangelizadora, porque, ao mesmo tempo que oportunizam a transformação da realidade, partem de uma mudança que tende a ter efeitos mais profundos e duradouros, que é a mudança da própria concepção de mundo.

A formação integral ou alargada só existe enquanto autoformação, enquanto mobilização interna e permanente. Sem a decisão de cultivar o próprio espírito, a mudança não passa de superficialidade e pressão externa. Ao mesmo tempo, a formação tem uma dimensão coletivo e não acontece enquanto isolamento e autorreferência, mas resultado do reconhecimento do outro, da palavra do outro e a mobilização interna não ocorre sem a pressão e o tensionamento externo. Nossa aposta metodológica parte do pressuposto que é oportunizando espaços e procedimentos que permitem debruçar-se sobre si

mesmo e refletir sobre a própria prática a conversão pessoal e pastoral tem maiores chances de acontecer.

Nesta perspectiva, o planejamento, enquanto organização das forças e recursos da Igreja para cumprir sua missão no mundo, parte da ideia de que o primeiro anúncio está no modo de vida de seus membros, afinal de contas a proposta não é para os outros, mas para todos, a começar pelos seus integrantes. Claro que enquanto proposta exigente, precisamos nos colocar sempre a caminho e não é porque temos informações que não podemos desempenhar a missão de anunciar aos outros, até porque a conversão também se dá na vivência e no encontro comunitário. A partir do cultivo desta espiritualidade do cultivo pessoal, o planejamento tem o desafio de sistematizar as ações, partindo da realidade existente, num esforço de interpretação de seus traços fundamentais, e caminhar na direção do reino de Deus. Cada instância eclesial organiza a sua vida e é importante que o faça em sintonia com as demais instâncias e de maneira colegiada.

O caminho percorrido pelo texto partiu de uma abordagem básica sobre o significado do planejamento e a especificidade do planejamento pastoral. Em seguida, discutiu sobre a orientação metodológica que melhor atende, na compreensão dos autores, a natureza da ação eclesial, caráter metodológico que perpassa todo o texto. A dimensão formativa do planejamento, o enfoque da formação e o caráter permanente da formação fecharam esse item do artigo. A terceira parte do texto adentra na dimensão da colegialidade da ação eclesial que, fundamentada na espiritualidade da comunhão e participação, tem nos conselhos de pastoral um referencial de articulação e símbolo de unidade da ação eclesial. Ainda são apresentados, de forma esquemática, alguns pressupostos prático-metodológicos para a realização de um planejamento pastoral coerente com a natureza da missão evangelizadora.

O contexto atual carrega algumas tendências em termos metodológicos: naturalização de correntes dogmáticas e do apego ao método tradicional/positivista, porque sinaliza para soluções objetivas e a segurança das funções hierarquicamente bem definidas; o planejamento de tendência estratégica orientado aos resultados imediatos e à eficiência, embora tenha contribuições, para a pastoral ter caráter excessivamente utilitarista; a ausência do planejamento como processo mais sistemática, sujeitando-se à consciência espontânea e ao ativismo de quem reduz a ação pastoral no campo da prática. Diante do quadro, o planejamento pastoral na perspectiva da práxis, que leva a assumir a metodologia como espiritualidade, constitui-se em esforço permanente de desnaturalização do dogmatismo inerente à consciência espontânea, que é superado pelo rigor da observação, pela maneira sistemática de análise e pelo foco na transformação da prática a partir de sua avaliação permanente à luz do Evangelho. Permanecem desafios grandes, e a superação deles começa com a opção epistemológica e persistência no planejamento orientado por uma metodologia adequada.

Referências bibliográficas

- BALBINOT, Rodinei; BENINCÁ, Elli. *Metodologia Pastoral: Mística do discípulo missionário*. 3. ed. São Paulo: Paulinas, 2012.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- _____. *Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- BENINCÁ, Elli. Práxis pastoral. *Caminhando com o Itepa*, Passo Fundo, Itepa, ano 18, n.63. p.7-36, nov/2001.
- _____. O Itepa e a Metodologia Histórico-Evangelizadora. *Caminhando com o Itepa*, Passo Fundo, Itepa, ano 19, n.64, p.54-79.
- BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Paulinas, 2000.
- BRIGHENTI, Agenor. *A pastoral dá o que pensar: a inteligência da prática*

transformadora da fé. São Paulo: Paulinas, 2006 (Coleção «livros básicos de teologia»).

CELAM. *Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-americano e do Caribe*. Brasília: Ed. CNBB, 2007.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

GANDIN, Danilo. *A prática do planejamento participativo*. 12 ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

GIUSTINA, Elias D. *A paróquia renovada: participação do conselho de pastoral paroquial*. São Paulo: Paulinas, 1986.

LAIHRE, Bernard. *O homem plural: as molas da ação*. Lisboa: Instituto Piaget, 2003.

MOMO, Giovani. *Conselhos de Pastoral: por uma Igreja da colegialidade*. 2013, («Monografia Curso de Teologia – Itepa Faculdades»).

ORFANO, Gianfranco. *Técnicas de planejamento pastoral*. 2 ed. Petrópolis: vozes, 2004.

ORO, Ivo Pedro. *Conselhos de pastoral na prática*. Xanxerê: News Print, 2010.

RELACIONAMENTO, ARTICULAÇÃO E SERVIÇO

O desafio das pequenas comunidades eclesiais em tempos de globalização

*Dom Joel Portella Amado**

Resumo: As pequenas comunidades eclesiais fazem parte do conjunto de indicações pastorais da Igreja na América Latina e Caribe há décadas. No Brasil, estas pequenas comunidades são consideradas urgências da ação evangelizadora. Sua implantação corresponde ao atual momento da história humana, em que emergem novas formas de territorialidade. Por exigirem o que o Documento de Aparecida denomina como *conversão pastoral*, as pequenas comunidades eclesiais não podem ser implantadas de forma automática ou discricionária. É necessário compreender como acontecem as relações entre as pessoas e os espaços para, só então, num processo geralmente mais lento do que se espera, trabalhar missionariamente no sentido de catalisar o surgimento de pequenas comunidades territoriais ou ambientais.

Palavras-chave: Pequenas comunidades. territorialidades. reconfiguração eclesial.

Introdução

Em 2014, durante sua assembléia anual, os bispos do Brasil aprovaram um documento destinado a incrementar nas diversas realidades eclesiais do país a organização pastoral em pequenas comunidades. Trata-se do Documento *Comunidades de comunidades, uma nova paróquia*, mais conhecido pelo número que recebeu dentro da coleção de documentos da conferência episcopal brasileira, isto é, o Documento 100. Este documento se encontra em linha de continuidade com o que vem sendo indicado desde Medellín, passando pelas Conferências posteriores, chegando às atuais Diretrizes Gerais da Ação

* Doutor em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e é bispo auxiliar da Arquidiocese São Sebastião do Rio de Janeiro/RJ.

Evangelizadora para a Igreja no Brasil, em vigor até 2019. Trata-se, portanto, do empenho por uma configuração da experiência eclesial apta a responder aos desafios do tempo presente e à fidelidade eclesial e antropológica que decorre da fé em Jesus Cristo.

Esta reflexão aborda a importância das pequenas comunidades em nossos dias. Recorda a evolução valorativa pela qual elas passaram nas últimas décadas, chama a atenção para o motivo do destaque que recebem em nossos dias, inserindo-as no conjunto de direcionamentos indispensáveis no atual momento evangelizador e termina acenando para alguns caminhos para a conversão pastoral rumo às pequenas comunidades.

1 Uma história já de algumas décadas

A indicação oficial quanto à estruturação em pequenas comunidades nos remete às Conferências do episcopado latino-americano e caribenho, desde Medellín até Aparecida. Ao longo de aproximadamente cinco décadas, as pequenas comunidades passaram da condição de *tendência* para a de *urgência*. A Conferência de Medellín, tradução para a América Latina do Concílio Vaticano II, tendo em vista principalmente as comunidades eclesiais de base, indicava que as pequenas comunidades são uma tendência para a realização pessoal, devendo, por isso, ser incrementadas no laicato, nos seminários e na vida consagrada, o que, na verdade, significa uma configuração para toda a Igreja¹.

Onze anos depois, Puebla (1979) indica o grande desenvolvimento das pequenas comunidades como um dos

1 O tema se faz presente em vários locais do texto, de modo especial quando trata da Pastoral de Massas, dos Seminários Maiores e no item sobre os Leigos consagrados na Vida Religiosa e nos Institutos Seculares.

sinais do dinamismo da Igreja no Continente², destaca o papel destas comunidades na incrementação da comunhão e da participação, tema tão caro àquela Conferência (PB 565), e afirma estar comprovado que as pequenas comunidades “criam maior inter-relacionamento pessoal, aceitação da Palavra de Deus, revisão de vida e reflexo sobre a realidade, à luz do Evangelho; nelas acentua-se o compromisso com a família, com o trabalho, o bairro e a comunidade local” (PB 629). Deste modo, o investimento neste perfil de experiência eclesial estava oficialmente aceito, pois já não se tratava de considerar uma tendência, mas de reconhecer que se estava em um caminho praticamente sem retorno. Tal reconhecimento ecoou na quarta conferência, (Santo Domingo, 1992), que não só reconheceu serem as pequenas comunidades “um bom meio” para a vivência da fé em articulação com a dimensão missionária (SD 48), como também indicou que, entre as linhas de ação, se pusesse em prática a setorização pastoral mediante a multiplicação das pequenas comunidades eclesiais (SD 60 e 259).

Por fim, a quinta Conferência do CELAM, seguindo a mesma trilha das anteriores sobre este assunto, apresentou avaliação positiva acerca das pequenas comunidades (DAp 99c), destacando-as como sinal de renovação das paróquias (DAp 99e) e indicando breve fundamentação (DAp 307-310) para seu implemento. De modo especial, deve-se considerar a manutenção da proposta de que as paróquias, usualmente amplas em seus territórios (DAp 197), sejam setorizadas “em unidades *territoriais* menores, com equipes próprias de animação e de coordenação que permitam maior proximidade com as pessoas e grupos que *vivem na região*.” (DAp 172 e 372).

As Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil para o período de 2011 a 2015, seguindo um esquema de

2 Aloísio LORSCHIEDER. *Alocação Introdutória aos trabalhos da Conferência de Puebla*, 29 de janeiro de 1979, n.3.

prioridades denominadas como *urgências*, indicou, dentre as cinco escolhidas, exatamente a configuração eclesial como comunidade de comunidades (n.56-64; 98-105). As cinco urgências foram mantidas pelas atuais Diretrizes, que abrangem o período de 2015 a 2019 (n.55-61; 102-108). É, pois, nesse contexto que se produziu o Documento 100 como auxílio para que as paróquias reconfigurem sua organização e, a partir delas, pode-se mesmo dizer, toda a realidade eclesial.

Temos, portanto, uma cronologia de pelo menos cinco décadas em que gradativamente se trata das redes de pequenas comunidades, desde a indicação de Medellín como uma tendência até a classificação brasileira atual como uma urgência, ou seja, como algo que não se pode relegar ao segundo plano nas agendas evangelizadoras. Trata-se de uma reconfiguração que diz respeito não somente às comunidades eclesiais de base (CEBs), mas, reiterando o termo, à configuração que a experiência eclesial como um todo necessita assumir, ainda que de modo diversificado de acordo com a realidade local. Nesse sentido, devemos recordar a intuição de Medellín ao indicar este tipo de estruturação para as paróquias e outras formas de associação, referindo-se genericamente ao laicato, mas também para a formação seminarística e a vida consagrada, isto é, à Igreja como um todo.

2 O motivo de tamanho destaque

O olhar cronológico nos leva a questões de natureza sociocultural, fazendo-nos indagar a respeito dos motivos deste crescente destaque. É preciso indagar a respeito do que tem levado a Igreja no continente latino-americano e, de modo mais próximo a nós, no Brasil, a ressaltar a necessidade de que a experiência eclesial seja configurada a partir de pequenas comunidades articuladas em rede. A resposta se encontra no que tem ocorrido com o mundo nas décadas acima

mencionadas. Neste período, o mundo passou e ainda passa por transformações muito radicais não apenas em aspectos circunstanciais, mas especificamente no que Aparecida chama de aspecto cultural, caracterizando o atual momento da história do continente e mesmo do mundo como uma *mudança de época* (DAp 44). De fato, os avanços tecnológicos e científicos das referidas décadas aliados à crise das utopias e a outros fatores amplamente descritos pela literatura especializada³ levaram o mundo como um todo a se deparar com uma realidade em que os critérios de compreensão, úteis até pouco tempo, começaram a se mostrar frágeis, incapazes de auxiliar na interação com o real, sem que, todavia, surjam, com suficiente firmeza, outros critérios e outras mediações para cumprir esta irrenunciável missão.

Diante, portanto, dessa fragilização, ou, se preferirmos utilizar termo bastante conhecido, diante dessa *liquefação*⁴ de referências e mediações, dois grandes critérios tendem a se impor como nortes para o mundo globalizado de nosso tempo, inclusive no âmbito dos valores, das compreensões acerca da realidade. De um lado, temos a individualização e de outro, a mercantilização de praticamente todas as instâncias da vida⁵. Essas duas características atingem as compreensões da realidade e interações que pessoas e grupos venham a ter, incluindo a dimensão religiosa. Trata-se de um mundo que globalizadamente caminha para solidificar a individualização e a mercantilização como alicerces de um novo período histórico.

Por certo, não se trata de negar a importância da individualidade humana nem da autonomia das regras

3 Márcio Fabri dos ANJOS. Encruzilhadas da ética teológica hoje, In: Márcio Fabri ANJOS (org.), *Teologia e novos paradigmas*. São Paulo: Loyola, 1996, p.159ss; José Antônio TRASFERETTI e Maria Inês de Castro MILLEN; Ronaldo ZACHARIAS. *Introdução à Ética Teológica*, São Paulo: Paulus, 2015.

4 Zigmund BAUMAN. *Modernidade Líquida*, Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p.107ss.

5 *Ibidem*, p.64-106.

econômicas. A pessoa, cada pessoa e todas as pessoas, independentemente de qualquer outra condição, apresentam irrenunciável valor. Do mesmo modo, é necessário reconhecer que as realidades temporais, ou seja, as questões do dia-a-dia, dentre as quais as econômicas, possuem certa dose de autonomia que cumpre respeitar. Importa, no entanto, perceber que é exatamente do encontro entre essas duas características, individualização e mercantilização, que estão emergindo algumas sequelas tão próprias do nosso tempo e que, em nome da fé em Jesus Cristo e no compromisso com o Reino de Deus, não podemos deixar que permaneçam e se cristalizem como valores principais em novo período da história da humanidade. Isso acontece porque a individualidade que vemos emergir em nossos dias se manifesta de modo fechado em si, onde o indivíduo tende a olhar predominantemente para si, considerando bem mais os seus projetos, concebidos a partir da lógica do mercado, ou seja, com base no que pode auferir.

Preocupam as sequelas de um tempo que tende a se organizar desse modo. Dentre tudo que emerge como sinal de alerta, podemos indicar quatro alarmes a clamar por uma outra realidade. Em primeiro lugar, constatamos a olho nu o aumento nos índices de pobreza, tanto no número dos que ingressam nas fileiras dos excluídos quanto no surgimento de novas formas de exclusão. Em segundo lugar, encontramos o crescimento da violência ostensiva, tanto nas ações que marcam o dia-a-dia quanto nos critérios de compreensão e interação com a realidade. Esta violentarização atribui destaque às lógicas da separação e da destruição como princípios organizativos da sociedade. Fortemente vinculado ao primeiro crescimento, isto é, o da pobreza, o crescimento dos índices de violência tende a marcar o pensar e o sentir de pessoas e povos a partir da autodefesa, da agressividade e da exclusão, chegando até mesmo à morte.

Um terceiro aumento diz respeito à angústia, como sinal da crise de sentido. Crescem os casos de depressão e esgotamento, chegando-se a altos índices de suicídio, principalmente entre as camadas mais jovens de nosso país⁶. Recentes estudos sobre a síndrome de burn-out inclusive em ministros religiosos⁷ demonstram a amplitude da questão e a incapacidade da mercantilização egocentrada da vida apresentar resposta que permita ultrapassar tal horizonte. Por fim, como quarto aumento, percebe-se o que o Papa Francisco denominou como “globalização da indiferença”⁸. Considerando-se o aumento das situações de pobreza, que desse modo passam a se tornar cotidianas em todos os cantos do mundo, aliando-se esta realidade com as lógicas do individualismo utilitarista e mercantilizado, chega-se à conclusão de que, de fato, tudo indica estarmos diante de um mundo que vive uma espécie de *síndrome de Caim* (Gn 4,9), na qual o outro com sua vida, suas dores, sonhos e esperanças, não me diz respeito. Num contexto em que até o planeta se ressentir desses efeitos, é necessário considerar cada vez mais a necessidade de interpelação e possibilitação de outro modo de vida, com outros critérios e diferentes mediações. É o que o Papa Francisco nos diz em sua encíclica sobre o desafio de cuidar do planeta: “infelizmente, verifica-se uma indiferença geral perante estas tragédias, que estão acontecendo agora mesmo em diferentes partes do mundo. A falta de reações diante destes dramas dos nossos

6 Julio Jacobo WEISELFISZ. *Violencia letal contra crianças e adolescentes no Brasil*. Brasília: Flacso, 2015, p.43-58; Cleisla GARCIA. *Sobre viver*. Como jovens e adolescentes podem sair do caminho do suicídio e reencontrar a vontade de viver. São Paulo: Benvirá, 2018.

7 William Cesar Castilho PEREIRA. *Sofrimento psíquico dos presbíteros. Dor institucional*. Petrópolis: Vozes, 2012; Helena López MEZERVILLE. *O desgaste na vida sacerdotal. Prevenir e superar a síndrome de burn-out*, São Paulo: Paulus, 2012.

8 FRANCISCO, *Mensagem para a Quaresma 2015*, acessível em http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/messages/lent/documents/papa-francesco_20141004_messaggio-quaresima2015.html. Acesso em 12 de junho de 2018.

irmãos e irmãs é um sinal da perda do sentido de responsabilidade pelos nossos semelhantes, sobre o qual se funda toda a sociedade civil” (LS 25). Em meio a tudo isso, afirma o Papa, “estas situações provocam os gemidos da irmã terra, que se unem aos gemidos dos abandonados do mundo, com um lamento que reclama de nós outro rumo” (LS 53).

É, portanto, diante desse quadro que se pode compreender porque a experiência da pequena comunidade assume o papel sociocultural e antropológico de urgência. Isso acontece porque somente nela, onde os relacionamentos humanos são imediatos, alicerçados no convívio, na cumplicidade da existência, na partilha das alegrias, dores e esperanças é que se pode efetivamente ultrapassar os limites de uma perspectiva egocentrada e mercantilizada, encontrando o que o Papa Francisco denominou como “outro rumo”.

2.1 O motivo fica um pouco mais grave

A questão se torna ainda mais grave quando se percebe que no campo religioso a individualização e a mercantilização também encontraram o seu espaço. Trata-se do estilo religioso centrado quase que exclusivamente na solução individualizada dos problemas, às custas de algum tipo de retribuição. Usualmente chamado de pensamento da prosperidade, este estilo religioso, ao se encaixar nas dinâmicas da individualização e mercantilização, encontra plausibilidade sociocultural, navegando, portanto, entre as diversas confessionalidades. Gera, em consequência, uma experiência religiosa em que o consumo dos benefícios se torna mais importante a fraternidade e a solidariedade; a freguezia ou clientela se torna mais forte que a membresia ou comunitariedade⁹.

⁹ Wander de Lara PROENÇA. *Magia, prosperidade e messianismo: o Sagrado Selvagem nas representações e práticas de leitura do neopentecostalismo brasileiro*. São Paulo: Aos Quatro Ventos, 2003; Kleber Fernando RODRIGUES. *Teologia da prosperidade, sagrado e mercado: um estudo sobre a Igreja Universal do Reino de Deus em Caruaru/PE*, Caruaru: FAFICA, 2003.

Não se pode deixar de reconhecer que, numa realidade marcada pelo crescimento nos índices da pobreza, como acima referido, onde as questões básicas de qualquer sociedade deixam de ser atendidas, dentre as quais, as ligadas à saúde e à geração de renda, as pessoas, em seu desespero, busquem quem lhes prometa solução, com o atrativo de ser uma solução imediata. Há, sem dúvida, uma forte interpelação social nessa proposta religiosa centrada na extinção das dores pelo caminho da troca de bens entre o céu, os sofredores e os intermediários. Entretanto, existe também um elemento pastoral igualmente forte atuando na direção de fortalecer este tipo de proposta, na medida em que a configuração da experiência religiosa e eclesial é a da prestação de serviços, mediante retribuição, seja de que tipo for.

2.2 A necessidade de uma nova configuração eclesial

Por tudo isso, percebe-se a necessidade de uma configuração eclesial em que a base antropológica seja a dos relacionamentos humanos imediatos, onde a grande mediação para o encontro com Deus sejam o irmão e a irmã, a fraternidade tome o lugar da contraprestação e a solidariedade me leve a dizer não apenas “pare de sofrer”, porém proclamar “pare de sofrer *sozinho(a)*”. Se nem sempre temos condições de ultrapassar as dores que nos são apresentadas, temos, exatamente na vida das pequenas comunidades, as condições humanas para transformar a dor vazia e sem sentido, geradora das crescentes angústias e depressões em esperança e paz. É por isso que a pequena comunidade é uma exigência humana, social e, é claro, eclesial.

Não se trata, por certo, de pequenas comunidades cuja lógica seja a da individualização e mercantilização comunitariamente concebidas, ao estilo de feudos que, erguendo suas pontes, ignoram a realidade em torno. Ao contrário, seguindo a linguagem de Aparecida, são experiências

que fortalecem tanto o discipulado, isto é, a identidade, quanto a missão, isto é, a responsabilidade pelo(a) outro(a), pela sociedade, pela dimensão ecológica e, desse modo, pelo mundo inteiro. Mesmo que atuando num micro-horizonte espacial, cada pequena comunidade acaba por interferir na reconfiguração do mundo para além da individualização e da mercantilização. Estas pequenas comunidades, exatamente por se alicerçarem na experiência da fraternidade, encontram neste cumpadrio o alicerce para o serviço sociotransformador, não separando dualisticamente o conviver do missionar. São, nesse sentido, distintas das experiências religiosas centradas no consumo imediato, as quais não apenas não alimentam fraternidade, como também contribuem para que as causas sociais de muitas das angústias permaneçam veladas.

Sobre isso, manifestou-se o Papa Francisco em sua encíclica a respeito do cuidado com a casa comum. Numa perspectiva de ecologia integral, em que as questões acerca do meio ambiente se integram com as questões sociais e mesmo humanitárias, ele destaca a importância das pequenas comunidades:

“...no seio da sociedade floresce uma variedade inumerável de associações que intervêm em prol do bem comum, defendendo o meio ambiente natural e urbano. Por exemplo, preocupam-se com um lugar público (um edifício, uma fonte, um monumento abandonado, uma paisagem, uma praça) para proteger, sanar, melhorar ou embelezar algo que é de todos. Ao seu redor, desenvolvem-se ou recuperam-se vínculos, fazendo surgir um novo tecido social local. Assim, uma comunidade liberta-se da indiferença consumista. Isto significa também cultivar uma identidade comum, uma história que se conserva e transmite. Desta forma cuida-se do mundo e da qualidade de vida dos mais pobres, com um sentido de solidariedade que é, ao mesmo tempo, consciência de habitar numa casa comum que Deus nos confiou. Estas ações comunitárias, quando exprimem um amor que se doa, podem transformar-se em experiências espirituais intensas” (LS 232).

3 Uma verdadeira reparoquialização

Por tudo isso, estamos diante de um momento histórico que podemos chamar de *nova paroquialização* ou *reparoquialização* da experiência eclesial. De fato, para a sociedade em geral, o rosto perceptível da Igreja encontra-se nas paróquias. Embora existam outras configurações eclesiais além das paróquias, é por meio destas que, por razões históricas, a Igreja se faz presente. Além disso, a própria compreensão de paróquia acabou se transformando ao longo do tempo. Percebe-se, por exemplo, que o conceito original e oficialmente válido como comunidade estavelmente constituída (Cânion 515), acabou sendo confundido restritivamente com o prédio da igreja matriz e a pastoral é mensurada pelo número de habitantes da jurisdição, que pode ser um bairro ou até mesmo uma pequena cidade. A questão é que os números precisam corresponder aos relacionamentos. Numa jurisdição paroquial com residentes na casa, por exemplo, dos cinco dígitos, não se constroem relacionamentos imediatos em um único grupamento, tornando-se, então, necessária a setorização ou capilarização.

Como sabemos a origem das paróquias remonta o século IV, quando em virtude do êxodo urbano, já não se conseguia mais a proximidade física e a conseqüente relação de vizinhança¹⁰. Se o número de cristãos havia aumentado e se grupos inteiros se haviam deslocado para outros locais, tornava-se necessário proporcionar-lhes a eclesialidade. Ocorreu, dizendo de modo simples, uma primeira descentralização da experiência eclesial, até então organizada em torno da igreja urbana, ao estilo paulino¹¹. A experiência cristã soube se reorganizar em vista de manter os vínculos humanos indispensáveis. Para isso, a vida da

10 Antonio José ALMEIDA. *Paróquia, comunidade e pastoral urbana*. São Paulo: Paulinas, 2009, p.21-62.

11 Antonio José ALMEIDA. Ser comunidade hoje: à luz da experiência das primeiras comunidades. In: A. BRIGENTHI e B. CARRANZA. *Igreja, Comunidade de Comunidades: experiências e avanços*. Brasília: Ed. CNBB, 2009, p.46-61.

Igreja se reconfigurou, pois não se tratava de fazer as pessoas *virem* de onde habitavam para manter a experiência eclesial no grande centro, mas de *ir* até as pessoas onde elas se encontravam. Este princípio, na verdade, nunca deixou de ser considerado. A experiência cristã, a partir da lógica paulina da *casa*¹², isto é, enquanto alicerçada antropológica e sociologicamente na convivência cotidiana e nos laços decorrentes, foi tomada como implícita, no sentido de que, sendo domiciliada em determinado local, uma pessoa necessariamente estabelecerá vínculos com os que ali também estariam domiciliados. Daí a pressuposição de que a paróquia de alguém é o seu lugar de residência.

Ocorre que, em virtude do crescimento das cidades, em especial o crescimento demográfico, os vínculos das pessoas com o território se alteraram em pelo menos dois aspectos: novos vínculos começaram a ser construídos em outros territórios e um mesmo território deixou de significar a existência automática de vínculos. O exemplo mais conhecido é o de não se conhecer sequer o vizinho da porta ao lado. Emerge, deste modo, o espaço *em rede*¹³, que permite a uma pessoa construir vínculos em diversos espaços físicos, podendo participar de um ou mais grupos de afinidade, mantendo-se inclusive no distanciamento e no anonimato, ou ainda em vínculos sazonais.

Como consequência pastoral desta nova concepção de espaço, o que até então era pressuposto adquiriu caráter de explicitação. Uma pastoral que vem secularmente identificando o território físico com o território significado, aquele onde os vínculos acontecem, precisa ceder lugar para uma ação de perfil missionário, a qual, aproveitando vínculos já existentes, onde

12 *Ibidem*, p.46-49.

13 Manuel CASTELLS. *The rise of the network society*, Massachusets: Blackwell, 1998. Trata-se de uma trilogia destinada a pensar o mundo atual a partir da era da informação.

quer que eles existam, ilumine esses vínculos com a luz do Evangelho, formando comunidades de fé. É por isso que Aparecida insiste veementemente na superação da chamada pastoral de conservação ou manutenção, indicando a necessidade de se passar para uma pastoral “decididamente missionária” (DAp 370). A pastoral de conservação, além de tender a trabalhar com as mesmas pessoas, coloca seu foco nas consequências existenciais da adesão a Jesus Cristo, ou seja, na moral e nos sacramentos. A pastoral que Aparecida chama de missionária coloca seu foco no “recomeçar a partir de Jesus Cristo, sem dar coisa alguma por pressuposta” (DAp 549), formando comunidades eclesiais onde os vínculos humanos de fraternidade e o espírito de serviço e missão em favor da vida plena para todos sejam os elementos distintivos.

Interessante observar algumas experiências de pequenas comunidades cuja história se caracteriza exatamente pelo serviço em favor da vida plena. São comunidades que experimentaram alegrias, mas também dores, que sonharam e colocaram seus sonhos em prática, dando o suor até o limite pela solidariedade, pela transformação social e o bem do ser humano. É, pois, diante dessa história que, em nossos dias, alguns se perguntam porque não se vê mais este protagonismo com a mesma clareza de antes. Por certo, os motivos são vários. Um deles, porém, deve aqui ser destacado. Trata-se exatamente da impossibilidade de se pressupor que os vínculos existenciais, antropologicamente geradores de comunidade, aconteçam pelo fato de as pessoas estarem domiciliadas no mesmo local. A fragmentação do espaço, que se tornou espaço em rede, espaço centrífugo, leva as pessoas a terem vínculos diferenciados, experimentando sentidos igualmente diferenciados para a vida. Assim como é necessário explicitar o encontro com Jesus Cristo¹⁴, torna-se igualmente necessário explicitar e catalizar a experiência eclesial. E esta acontece exatamente na pequena

14 Conforme indicado por Bento XVI na Carta Apostólica *Porta Fidei*, n.2.

comunidade. Sabemos que a experiência cristã passa pelos vínculos humanos imediatos, onde, por exemplo, ajuda mútua, acolhimento e perdão são concretamente vivenciados. Ao que é vivenciado ilumina-se, numa pedagogia ascendente, com o anúncio do Evangelho, tirando-se sempre as consequências existenciais, tanto em nível pessoal quanto em nível comunitário e social (EN 15).

Este horizonte de atuação pode deixar a impressão de retrocesso em face de períodos históricos de forte atuação social. Pode igualmente gerar a sensação de que se está abandonando o que em outros períodos históricos era um forte compromisso sociotransformador. Importa, todavia, observar que o compromisso sociotransformador e os relacionamentos que incluem fraternidade, solidariedade e reconciliação pressupõem o encontro com Jesus Cristo. Este encontro, por sua vez, pressupõe uma experiência eclesial com base antropológica construída não na prestação de serviços ou na atividade pastoral de conservação, mas no relacionar-se de modo afetivo, existencial. Metaforicamente, não estamos mais no tempo do atleta pronto para se lançar na corrida, mas no momento em que ele necessita se firmar no chão para conseguir o impulso. A diferença é de segundos, mas, sem dúvida, faz diferença.

Por tudo isso, estamos no tempo de incrementar a configuração eclesial a partir de pequenas comunidades, cujas características são pelo menos três. Em primeiro lugar, aparecem os vínculos humanos já insistentemente destacados aqui. Em seguida, encontra-se a necessidade de articulação das comunidades entre si, à semelhança de um corpo com muitos membros. Em terceiro lugar, deve-se considerar a abertura para os desafios socioambientais, em espírito de serviço à vida em todas as suas instâncias desde a concepção até a morte natural, de cada pessoa, de todas as pessoas, sempre com a possibilidade de resgate, de restauração, especialmente dos pobres e demais

sofredores, dos afastados e dos pecadores. Estas são as condições para qualquer pequena comunidade. Relacionamentos, articulação e serviço são condições para as pequenas comunidades que se formam seja no nível territorial seja no que se convencionou chamar de nível ambiental.

4 Uma nova territorialidade¹⁵

Esta dupla forma de nuclear pequenas comunidades tem, portanto, sua explicação na atual concepção de espaço. A mudança de época pela qual passamos tem propiciado, entre outros aspectos, a emergência de novas espacialidades ou territorialidades. Estas deixam de ser voltadas para um centro aglutinador da maior parte da vida, e que, por isso, permite que as raízes existenciais de seus habitantes sejam ali construídas e mantidas. Por sua vez, a espacialidade emergente, de natureza mais centrífuga, se constrói em rede, com base no princípio da mobilidade, tanto no campo informalmente denominado como físico, quanto no campo especificamente virtual. As pessoas *navegam* com facilidade entre bairros e cidades, como também entre links, comunicando-se, estabelecendo vínculos não tanto com quem está perto, mas também e principalmente com quem está ao alcance dos dedos e da disponibilidade de internet, independentemente da proximidade físico-espacial. Um dos fenômenos mais interessantes é o de pessoas que, num mesmo meio de transporte, permanecem estabelecendo relações com outras não porque estão fisicamente dentro do mesmo ambiente

15 Cf. J. P. AMADO. Cidade, território e evangelização. O desafio de gerar comunidades em ambientes de mobilidade, individualidade e adesão seletiva, In: A. Brighenti (org.). *Pastoral Urbana, categorias de análise e interpelações pastorais*. Brasília: CNBB, 2010, p.65-90; R. HAESBAERT. *O mito da desterritorialização. Do fim dos territórios à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, especialmente p.99-142. O Documento 100 da CNBB trata específica e pedagogicamente sobre este tema nos números 38-44.

físico, mas porque têm condições de acessar as redes sociais¹⁶.

O ponto de partida para a compreensão desta realidade que tanto assusta os que estão acostumados ao modelo espacial centrípeta reside no fato de que o espaço apresenta no mínimo dupla conotação. De um lado, temos o espaço fisicamente concebido, o espaço onde as pessoas pisam, caminham, circulam. De outro, temos o espaço socialmente significado, isto é, o espaço onde as pessoas encontram e constroem identidades e vínculos. Na territorialidade centrípeta, espaço físico e espaço significado tendem a confluir. Na territorialidade centrífuga, ambos tendem a se separar, podendo uma pessoa residir ou pelo menos estar num espaço, mas construir suas raízes em outro ou mesmo em outros.

Para a ação evangelizadora, interessam os espaços significados, pois é neles que as identidades se plasmam e se fortalecem. É nesses espaços que, na atual configuração do mundo, ocorre o certame entre uma concepção de vida estruturada mais a partir da individualidade fechada em si e sob as lógicas da mercantilização ou a concepção que, respeitando as individualidades, coloca-as em relação fraterna e solidária. Onde espaço físico e espaço significado vierem a confluir, organizem-se comunidades que usualmente chamamos de territoriais. Onde espaço físico e espaço significado se distanciarem, organizem-se comunidades que usualmente chamamos de ambientais.

Esta diferença nos ajuda a compreender os fenômenos das chamadas *novas comunidades*. Trata-se, entre outros aspectos, de

16 Sobre esta nova espacialidade, R. MATOS e F. BRAGA. Redes geográficas, redes sociais e movimentos da população no espaço. In: R. Matos (org.). *Espacialidades em Rede. População, urbanização e migração no Brasil contemporâneo*. Belo Horizonte: Comarte, 2005, p.111-156. Especificamente sobre a questão religiosa nas espacialidades em rede: M. SBARDELOTTO. *E o Verbo se fez rede. Religiosidades em reconstrução no ambiente digital*. São Paulo: Paulinas, 2017, especialmente p.67-78.

uma forma emergente de configuração eclesial. Por certo, o enfoque a partir da espacialidade não é o único critério para a reflexão sobre as novas comunidades. No entanto, ele necessita ser considerado na medida em que passa por cima dos tradicionais limites paroquiais, enquanto identificação entre espaço físico e espaço significado. Para os membros das novas comunidades, vale o espaço significado, importa o ambiente onde uma pessoa se sente acolhida e estabelece uma rede de relações que lhe permita, em meio ao tsunami de possibilidades do mundo atual, construir, manter e aprimorar sua identidade. Por sua vez, os conflitos entre paróquias e novas comunidades decorrem tanto da incapacidade de diálogo com dupla atuação sobre as mesmas realidades, quanto a partir exatamente da dificuldade que decorre da redução do planejamento pastoral ao espaço fisicamente considerado.

Numa diocese, por exemplo, existem paróquias territoriais, mas também podem e devem existir instâncias que atuem, como, há 26 anos, indicava Santo Domingo de modo *trans* ou *supra* territorial (SD 257). Atualmente, se pode compreender aquela indicação como trans ou supra território fisicamente concebido. A própria ideia de passar por cima do território carrega em si a conotação física mais que a de territorialidade significada. Deixa, no entanto, aberta a possibilidade para outras experiências de configuração eclesial além da que identifica a dimensão física com a significada. Interessante observar que as indicações de Aparecida a respeito do processo de capilarização ainda trazem consigo a influência da identificação entre o território físico e o território significado (Dap 172 e 372). Estes textos específicos indicam a setorização a partir de unidade *territoriais* menores em torno de pessoas que *vivem na região*. Percebe-se, portanto, o quanto ainda se faz presente a concepção física da territorialidade, enquanto identificação entre as duas concepções de território.

É, portanto, em consequência da ruptura entre as duas formas de compreender o espaço que urge trabalhar pela reconfiguração das igrejas locais em redes ou comunidades de comunidades, caracterizadas pela tríplice condição: relacionamentos, articulação e serviço. Estas são as três características que respondem tanto à realidade de nosso tempo como à identidade perene das comunidades cristãs. Pode certamente ocorrer que uma das dimensões adquira proeminência cronológica. Não poderá, entretanto, adquirir primazia identitária, ou seja, tornar-se norma exclusiva para a identidade da pequena comunidade cristã. Pode, por exemplo, acontecer que uma dessas comunidades, vendo-se diante de um impasse ecológico, assuma o compromisso de trabalhar pela superação do problema emergente. Esta atividade constituirá uma parcela significativa de sua identidade, possivelmente aquela que mais será visualizada. Ocorre que esta mesma comunidade necessitará permanecer atenta para que as outras duas dimensões, relacionamento e articulação, também se fortaleçam, numa espécie de círculo de características onde uma pode predominar por algum tempo, mas a atenção às outras duas não pode desaparecer. Uma comunidade não pode, por conseguinte, se identificar apenas por uma das três características. Se colocar o peso no relacionamento, será intimista, com o risco de se tornar indiferente aos que estão fora. Não se articulará nem será uma comunidade a serviço. Se ela colocar no relacionamento ou no serviço o peso de sua identidade a ponto de não se articular com outras comunidades, em especial as que compreendem a realidade de modo diferente, não edificará a comunhão no dia-a-dia, sinal da comunhão escatológica no Reino definitivo. Se, finalmente, colocar o peso de sua identidade no serviço, seja ele de perfil mais assistencial seja de perfil sociotransformador, poderá estar buscando justiça e paz, sem, contudo, viver a fraternidade com os diferentes.

Esta configuração não exige que toda a ação pastoral de uma Igreja Particular aconteça exclusivamente nas pequenas comunidades. Uma opção assim construída poderia causar o efeito oposto do que se está desejando. A rede possui nós e fios. Uma Igreja particular em rede de pequenas comunidades possui consequentemente as próprias pequenas comunidades, ou seja, os nós, mas também os fios, isto é, os vínculos de comunicação, aqui chamados de articulação. Quem faz a pesca não são os nós nem os fios isoladamente, mas a rede como um todo. É por isso que para a animação pastoral das pequenas comunidades tornam-se indispensáveis os momentos de encontro, para intercâmbio de experiências, testemunho da vitalidade e solidificação dos princípios para o caminhar em comum. É por isso que as Igrejas particulares, além do investimento na mística e na concretização das pequenas comunidades, necessita também de momentos de encontro, celebrações, assembleias ou similares, em que todos se encontrem, quebrem os cinturões protetores, sem, no entanto, perder suas indidentidades, e se abram para a perspectiva maior em torno de alguns princípios básicos, genéricos, enquanto se referem a toda a diocese ou mesmo paróquia, mas que se concretizam quando a pequena comunidade, sentindo-se parte de um todo maior, busca ver o que pode ser feito direta e imediatamente na realidade em que está inserida.

5 Caminhos pastorais para a implantação das pequenas comunidades

A passagem de uma configuração eclesial que predominante ou mesmo exclusivamente identifique espaço físico com espaço significado, com paróquias centrípetas, de ampla territorialidade e baixa ministerialidade, para a concepção de paróquia como rede ou comunidade de comunidades exige o que Aparecida denominou como *conversão pastoral* (DAP 365ss). No próprio

texto, são indicadas algumas características desta chamada conversão. Importa que se perceba a necessidade sociocultural de se configurar a experiência eclesial com base na tríplice exigência do relacionamento, da articulação e do serviço. Conseqüentemente, dois passos necessitam ser dados: acolher a proposta e encontrar caminhos para sua concretização.

Quanto ao acolhimento, importa recordar que o condutor da história e, nela, da história da evangelização, é o Espírito Santo. Porque é Ele que conduz a Igreja, algumas experiências de pequenas comunidades já estão acontecendo nas dioceses e paróquias, independentemente de qualquer opção, diretiz ou planejamento. Diante da crise de identidades, da solidão que gera angústia e da necessidade de colocar a mão na massa para agir num mundo de indiferença e omissão, as pessoas estão buscando novos caminhos, cabendo, pois, à instância organizativa, diocese ou paróquia, auxiliar para que o processo respeite o que o Espírito está mostrando enquanto identidade, no conjunto, por certo, das três características tão insistidas aqui. Sem a contemplação respeitosa do que o Espírito já está fazendo, o risco de um planejamento artificial poderá levar a propostas que não sairão dos papéis e cujos planos repousarão nas estantes e bibliotecas. Sem ouvir quem já está pelo menos tentando se organizar deste modo, acolhendo seus problemas e valorizando seus sucessos, não se dá o passo efetivamente cristão para a conversão pastoral. O cristianismo se transmite por fascínio e adesão, não tanto por explicações teóricas. O mesmo deve acontecer quando das passagens para novas configurações eclesiais.

Uma das formas de não se ouvir o Espírito consiste na tentativa de se organizar pequenas comunidades a partir do mapa, isto é, de simplesmente dividir territórios físicos como se eles fossem também territórios significados. Onde houver identificação entre ambos, será possível formar pequenas

comunidades. Onde, entretanto, não houver esta identificação, por mais encontros, cursos e retiros que se venham a fazer, a ausência dos vínculos existenciais, aqui chamados simplesmente de relacionamentos, não permitirá que a experiência seja duradoura. Assim como se contempla a ação do Espírito na vida de pessoas e grupos, deve-se igualmente contemplar a realidade dessas vidas, buscando onde as pessoas estão construindo seus vínculos.

Este é, sem dúvida, um processo mais lento do que o simples planejar sobre o mapa do território fisicamente considerado. É, na verdade, necessário compreender os fluxos de circulação, os ambientes com os quais as pessoas se identifiquem, para anunciar ou reanunciar Jesus Cristo e o Reino de Deus, iniciando ali, do modo como a realidade se manifesta, uma pequena comunidade eclesial. Esta paciência pastoral é, por conseguinte, condição indispensável para que a nova configuração eclesial efetivamente aconteça. Com certeza, o processo de transformação e implantação será gerador de inseguranças e perplexidades, podendo até mesmo estabelecer conflitos. Este caminho, no entanto, é inevitável. Pena que a identificação secular entre os dois espaços e a tendência atual para soluções rápidas e imediatas acabem por algumas vezes não permitir que se deem os passos necessários.

Uma das experiências mais relevantes pelo Brasil afora tem sido a das missões em estilo de visitação. Batizados(as), conscientes da dimensão missionária de sua fé, assumem a atitude de visitar, de ir ao encontro, na perspectiva da uma Igreja em saída, rumo às periferias existenciais, como tanto insiste o Papa Francisco. Só este fato, já é um avanço na passagem de uma pastoral de conservação para uma pastoral, no dizer de Aparecida, “decididamente missionária” (DAp 375). Este processo não avança por causa de dois empecilhos históricos. O primeiro deles é o da ida para a pesca, ou seja, vai-

se até algum lugar ou região para se *chamar* as pessoas à participação numa configuração eclesial que já não atrai mais, não causando o fascínio indispensável. Em segundo lugar, as visitas acabam sendo pontuais, até mesmo únicas, em que se fazem mais pequenas pregações do que escuta e fala ao coração. O momento atual não rejeita a fala ao coração. Pelo contrário, ele a valoriza. Deseja, no entanto, que esta fala brote da escuta e permaneça com mais visitas, a ponto de formar laços. Visitas únicas e destinadas a chamar para a matriz ou mesmo para uma capela, como reflexo de uma configuração eclesial centrípeta, com atenção para a moral e os sacramentos, ao estilo das desobrigas, não ajudam na formação das pequenas comunidades. Deixam, é certo, a impressão de que se está trabalhando e, na verdade, se está. Importa, porém, diferenciar entre trabalhar muito e trabalhar correto. Em nossos dias, o trabalho correto se caracteriza pelas visitas constantes, contemplativas e em vista da formação de comunidades lá onde as pessoas estão. Existem, pelo Brasil afora inúmeras experiências de visitação. Algumas colocam o foco em visitar, rezar e retornar. Na verdade, já representam um avanço diante da inércia missionária que pode caracterizar quem se encontra no perfil da *Igreja do vir*. Outras articulam formação dos missionários, dias de retiro, atendimento sacramental e visitas¹⁷. São experiências que cumpre avaliar, discernir, amadurecer e adaptar.

É, deste modo, necessário que as visitas se reiterem, pois mudança de mentalidade exige acompanhamento, escuta e discernimento. Quando o(a) missionário(a) vai para permanecer por algum tempo, fortalecendo os vínculos que já existem, a comunidade emerge. Interessante observar algumas

17 Por exemplo, L. MOSCONI. *Santas Missões Populares - uma experiência de evangelização voltada para as massas*. São Paulo: Paulinas, 1996. Trata-se de um projeto detalhadamente elaborado, com metodologia própria e utilizado em diversas partes do país.

experiências de comunidades nitidamente ambientais, em que os missionários visitam, por exemplo, os locais de trabalho, aproveitando os vínculos existentes entre quem diariamente convive por oito horas ou até mais. Visitando os locais de trabalho na hora do almoço, partilhando o alimento, ouvindo as histórias de vida, buscando ajudar no que for possível, rezando e anunciando a Palavra de Deus, as(os) missionárias(os) estão efetivamente cumprindo o serviço de edificação de uma comunidade que não se vincula a um território físico, mas que apresenta laços existenciais fortes. Esta é uma experiência que tende a acontecer, por exemplo, nos centros comerciais das grandes cidades, principalmente nas áreas de escritórios, mas também nas lojas. Tudo dependerá do que o Espírito está fazendo e da sensibilidade missionária para contemplar e discernir.

Além disso, a conversão pastoral do modelo centrípeto para o modelo missionário numa realidade centrífuga consiste na formação de uma equipe de coordenação ou, melhor será dizer, de acompanhamento, apoio e ajuda em meio às dificuldades. Algumas paróquias têm reconfigurado seus conselhos pastorais ou paroquiais na direção de serem *conselhos missionários*. Outras fazem assembléias de tempos em tempos, para acompanhar o processo e não permitir que algum dos três elementos se enfraqueça. Encontros diocesanos com as pequenas comunidades ajudam muito a solidificar o aspecto chamados de articulação. O caminho, enfim, é o da motivação e do acompanhamento.

6 Transformações não muito rápidas

A configuração eclesial em pequenas comunidades implica, como visto aqui, a alteração de um estilo secular. A identificação entre o território físico e o território significado, com o pressuposto de que o encontro com Jesus Cristo ocorra a

partir dos processos de iniciação sociocultural tem conduzido o caminhar pastoral por séculos. Conseqüentemente, o hábito adquire resistência, tornando mais lenta a conversão pastoral. Além disso, a diversidade de situações em que os vínculos humanos e sociais se constroem, exigindo percepção mais aguda, faz com que o processo usual de divisão predominantemente espacial seja insuficiente para responder às exigências de um período histórico de alta mobilidade e de vínculos em rede. O fato, porém, de o processo implicar transformações de mentalidade e aprendizado na gestão de dois modelos de organização não significa que seja impossível. Ao contrário, como indicado nas Diretrizes Gerais para a Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil, trata-se de verdadeira urgência, no sentido de que se deva acompanhar também com a configuração eclesial os ritmos de vida de pessoas e grupos.

A lentidão inerente às transformações de mentalidade e de estrutura não significa, que não se deva seguir por este caminho, sempre, por certo, com a capacidade de rever, atualizar e corrigir. O fato, por exemplo, de encontrarmos grupos religiosos de diversas confessionalidades estabelecidos em antigas lojas ou outros espaços pequenos indica o peso que a dinâmica humana do encontro interpessoal possui em nossos dias, marcados pelo anonimado, solidão e indiferença. É verdade que o fato de serem numericamente pequenos não é o único fato para o crescimento de alguns desses grupos. O pensamento da prosperidade, com a proposta de soluções imediatas para questões cotidianas é também um grande atrativo. Nestas e em todas as situações, importa perceber que a opção pelas pequenas comunidades não seja vista como estratégia de guerra religiosa, no sentido de combate a quem pensa e age diferente, mas como exigência do próprio Evangelho em tempos de reconfiguração do mundo como um todo.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Antonio José. *Paróquia, comunidades e pastoral urbana*, São Paulo: Paulinas: 2009.
- ALMEIDA, Antonio José. Ser comunidade hoje: à luz da experiência das primeiras comunidades. In: BRIGENTHI, A. *Igreja, Comunidade de Comunidades: experiências e avanços*. Brasília: Ed. CNBB, 2009, p.46-61.
- AMADO, Joel Portella. Cidade, território e evangelização. O desafio de gerar comunidades em ambientes de mobilidade, individualidade e adesão seletiva. In: BRIGENTHI, A. (org.). *Pastoral Urbana, categorias de análise e interpelações pastorais*. Brasília: Ed. CNBB, 2010, p.65-90.
- AMADO, Joel Portella. Igreja e Comunidade: aspectos pastorais. In: BRIGENTHI, A. *Igreja, Comunidade de Comunidades: experiências e avanços*. Brasília: Ed. CNBB, 2009, p.62-71.
- ANJOS, Márcio Fabri. Encruzilhadas da ética teológica hoje. In: ANJOS, Márcio Fabri (org.). *Teologia e novos paradigmas*. São Paulo: Loyola: 1996, p. 159ss.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- GALLI, Carlos María. *Dios vive en la ciudad*. Hacia una nueva pastoral urbana a la luz de Aparecida y del proyecto misionero de Francisco. Buenos Aires: Agape Libros, 2014.
- HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização*. Do fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- LIBANIO, João Batista. *As lógicas da cidade*. O impacto sobre a fé e sob o impacto da fé, São Paulo: Loyola, 2001.
- MATOS, Ralfo; BRAGA, Fernando. Redes geográficas, redes sociais e movimentos da população no espaço. In: MATOS, Ralfo (org.). *Espacialidades em rede*. População, urbanização e migração no Brasil contemporâneo. Belo Horizonte: Comarte, 2005, p.111-156.
- MEZERVILLE, Helena López. *O desgaste na vida sacerdotal*. Prevenir e superar a síndrome de burn-out. São Paulo: Paulus, 2012.
- MOSCONI, Luís. *Santas missões populares - uma experiencia de evangelização voltada para as massas*. São Paulo: Paulinas, 1996.
- PEREIRA, William Cesar Castilho. *Sufrimento psíquico dos presbíteros*. Dor institucional. Petrópolis: Vozes, 2012.
- SBARDELOTTO, Moisés. *E o Verbo se fez rede*. Religiosidades em reconstrução no ambiente digital. São Paulo: Paulinas, 2017.
- TRASFERETTI, José Antônio; MILLEN, Maria Inês de Castro; ZACHARIAS, Ronaldo. *Introdução à Ética Teológica*. São Paulo: Paulus, 2015.

SERVIÇOS, MINISTÉRIOS E PLANEJAMENTO PASTORAL

*Dom Rodolfo Luiz Weber**

Resumo: A eclesiologia de comunhão do Concílio Vaticano II para se tornar institucional requer considerar todos os membros da Igreja como “pedras vivas”, isto é, sujeitos eclesiais. A variedade de dons concedidos livremente pelo Espírito Santo em favor do bem comum se tornam ministérios quando os agraciados que os colocam em comum. Fazem do dom um serviço. O Novo Testamento apresenta uma variedade de ministérios nas comunidades cristãs que estavam iniciando e procurando encontrar uma resposta organizada para as demandas pastorais. Reinava a certeza de que eram dons de Deus sustentados pelo Espírito Santo. O modelo de exercício digno do ministério é o Servo de YHWH que ganha autoridade por ter atitude de servo. Mesmo que sejam dons, as pessoas agraciadas necessitam de formação e uma formação de discípulos missionários para descobrirem a vontade de Deus e deste modo serem servidores. Uma formação não somente para saber, mas para fazer e ser capaz de fazer bem feito. Requer-se uma formação bíblica, doutrinal, litúrgica e da doutrina social da Igreja e deste modo possibilitar uma síntese. O planejamento pastoral se torna uma urgência para realizar uma pastoral orgânica harmonizando os diferentes dons, carismas e ministérios.

Palavras-chave: Ministérios. Serviços. Igreja. Eclesiologia de comunhão. Formação. Planejamento Pastoral.

1 O mistério da igreja

Inicialmente, faz-se necessário recordar alguns ensinamentos de eclesiologia da Constituição Pastoral *Lumen Gentium* (LG) do Concílio Ecumênico Vaticano II, sobre a identidade e a missão da Igreja. São necessários para entender a própria identidade e a missão no mundo. Bem no começo, a Constituição afirma: “A Igreja é em Cristo como que o

* É mestre em Filosofia e Arcebispo Metropolitano da Arquidiocese de Passo Fundo.

sacramento ou sinal e instrumento da íntima união com Deus e da unidade de todo gênero humano, insistindo no tema dos Concílios anteriores, ela pretende oferecer a seus fiéis e a todo o mundo um ensinamento mais preciso sobre sua natureza e a sua missão universal” (LG 1).

A Igreja, entendendo-se como instrumento ou sinal, têm plena consciência que exerce uma missão de serviço para Alguém maior. Não existe em função de si mesma. Da mesma forma, sendo instrumento ou sinal sabe que o sinal está no lugar da realidade que é sempre maior e mais perfeita.

A Igreja encontra seu fundamento e origem no Mistério Trinitário. Origina-se da vontade salvífica do Pai, vai se configurando através da missão e obra do filho Jesus Cristo e realiza sua missão pela ação do Espírito Santo. “Assim, a Igreja toda aparece como “o povo reunido na unidade do Pai e do Filho e do Espírito Santo” (LG 4). Por causa da sua origem e pela sua continuidade fica evidente que não pode ser reduzida a uma realidade sociológica ou psicológica como se fosse um grupo para atender alguma finalidade.

A Igreja tendo sua origem no Deus uno e trino, também será marcada pelo mistério. Torna-se, portanto, um grande desafio encontrar uma definição adequada. Faz-se necessário recorrer ao recurso de imagens oriundas da Palavra de Deus, é o meio que a *Lumen Gentium* encontra para falar da Igreja. Dentro dos limites próprios da linguagem, as imagens ao mesmo tempo em que revelam parte do mistério também escondem. São figuras provenientes da vida pastoril ou da agricultura, da construção e da vida familiar ou matrimonial. Apresenta-se a Igreja como um redil, um rebanho; como campo ou lavoura; como construção de Deus; Jerusalém do alto, como mãe, esposa do cordeiro. Temos em comum nestas figuras não algo estático, mas algo dinâmico que é fruto de trabalho, de cuidado.

A Igreja é o corpo místico de Cristo. “Neste corpo difunde-se a vida de Cristo nos crentes que, pelos sacramentos, são unidos a Cristo morto e glorificado de modo misterioso e real” (LG 7). De modo místico constituiu os membros da Igreja, chamados de todos os povos, membros do seu corpo, do qual Cristo é a cabeça.

A Igreja é o Povo de Deus, um novo povo e da nova aliança. “Todavia, aprouve a Deus santificar e salvar os homens não individualmente, excluía qualquer ligação ente eles, mas constituí-los num povo que o conhecesse na verdade e santamente o servisse” (LG 9). Um povo que nasce da vontade divina, independente de laços sanguíneos, culturais, raciais ou étnicos, constituindo-se em “gente escolhida, o sacerdócio régio, a nação santa, o povo que ele adquiriu, a fim de que proclameis os grandes feitos daquele que vos chamou das trevas para a sua luz maravilhosa. Vós sois aqueles que antes não eram povo, agora, porém, são povo de Deus; os que não eram objeto de misericórdia, agora, porém, alcançaram misericórdia” (1Pd 2,9-10).

Para existir como povo e alcançar a meta de um povo, faz-se necessário que seja um povo ordenado e tenha também os meios de viver desta maneira. Este povo messiânico tem por cabeça Cristo e “como meta o Reino de Deus, iniciado na terra pelo próprio Deus a ser dilatado depois, até que no fim dos tempos seja consumado por ele próprio” (LG 9). Um povo sacerdotal que participa do sacerdócio de Cristo, no qual se diferenciam o sacerdócio comum dos fiéis do sacerdócio ministerial. Um povo rico com grande variedade de dons e ministérios. Um povo marcado pela universalidade e catolicidade no qual todos os povos são chamados a pertencer, um povo com índole missionária, ecumênico e de diálogo com os não cristãos. Um povo que adquire uma estrutura visível e social e que tem, nos sacramentos, os grandes meios de transmissão da graça divina.

2 Serviços e ministérios

Da breve recordação da eclesiologia da *Lumen Gentium*, sendo que a mesma foi reafirmada e aprofunda diversas vezes nos documentos posteriores do Magistério da Igreja, fica muito evidente que a Igreja, sinal e sacramento de salvação no mundo, é ministerial e carismática. “A Igreja, com efeito, é dirigida e guiada pelo Espírito que distribui diversos dons hierárquicos e carismáticos a todos os batizados, chamando-os a ser, cada qual a seu modo, ativos e corresponsáveis” (CfL 21).

Os ministérios são dons de Deus e também busca humana. “Dois elementos inter-relacionados estão subjacentes a todo este processo: a atuação do Espírito Santo na comunidade dos fiéis (dimensão do dom transcendente) e a busca humana das melhores opções (dimensão do empenho humano)”¹. A Igreja atenta às necessidades e aos desafios da evangelização vai procurando respostas. Faz o discernimento dos sinais dos tempos para despertar os ministérios necessários.

2.1 Os ministérios no Novo Testamento

Nas primeiras comunidades cristãs percebe-se uma necessidade de organizar-se para realizar a missão evangelizadora. Comunidades situadas em várias cidades, compostas por pessoas oriundas de diferentes tradições religiosas, além não terem um modelo para se inspirarem, desenvolveram modelos ministeriais diferentes. Inclusive alguns ministérios não têm nome, mas são descritas as atividades que devem fazer, como por exemplo: afadigam, presidem e admoestam (cf. 1Ts 5,12). Transparece a vontade de organizar as comunidades e deixá-las bem ordenadas. “O Novo Testamento testemunha uma variedade de organizações eclesiais na procura tateante pelo melhor caminho para as

1 CNBB. *Missão e Ministérios dos cristãos Leigos e Leigas*, («Documentos da CNBB 62»), n.81.

Igrejas se manterem fiéis à tradição e, ao mesmo tempo, responderem aos novos desafios”².

Figura de destaque é o apóstolo São Paulo. Em seus escritos, se destacam dois tipos de ministérios: os ministérios básicos e os ministérios estruturais. Fazem parte do primeiro grupo, conforme 1Cor 12,28, os apóstolos, os profetas e os doutores. “Todos os três se caracterizam por ser um serviço à Palavra: o apóstolo, como diz termo, é o enviado para proclamar a Palavra da salvação, cuja autoridade provém do contato imediato com o Ressuscitado; o profeta é o porta-voz de Deus sob o influxo do Espírito do Ressuscitado; o doutor se debruça sobre a Palavra para explicá-la”³. Fica muito evidente a primeira tarefa da evangelização: anunciar o Evangelho de Nosso Senhor Jesus. É pelo anúncio, pela explicação da Boa Nova que se forma a comunidade eclesial.

O segundo grupo de ministérios podem ser denominados de estruturais, para o funcionamento interno das comunidades já constituídas. Segundo Francisco Taborda estes ministérios tem as seguintes características fundamentais:

“1) Estrutura, organização e ministérios na Igreja são essencialmente diferentes dos mesmos em qualquer organização humana. A Igreja é obra de Deus, os ministros são instrumentos de Deus, servidores de Cristo, órgãos do Espírito Santo.

2) Para todos os cristãos vale a lei do amor, do serviço, da submissão mútua, qualquer que seja a função que exerçam na comunidade.

3) A estrutura e constituição das comunidades cristãs primitivas é variável, não unitária”⁴.

2 Francisco TABORDA. *A Igreja e seus ministros: uma teologia do ministério ordenado*, p.76.

3 *Ibidem*, p.77.

4 *Ibidem*, p.85.

Reina a certeza unânime de que todos os ministérios são dons de Deus e sustentados pelo Espírito Santo. Ao receber o batismo e constituir comunidade eclesial inaugurou-se um novo tempo e uma nova vida; bem melhor do que aquele modo de viver que ficou para trás. Na carta aos Efésios 1,3-14, São Paulo convida a comunidade a dizer: Bendito seja Deus por tudo o que foi feito por intermédio de Jesus Cristo: eleição do homem, predestinação para filhos adotivos, redenção, a revelação dos mistérios de Deus, herança das realidades divinas, o anúncio do Evangelho e dom do Espírito Santo. Tudo isto merece louvor por causa da bondade do Pai.

2.2 Ministério como serviço segundo o modelo do Servo de YHWH

A origem trinitária da Igreja, manifesta que ela não é obra humana como também seus ministros não podem agir conforme o modelo humano. Jesus, respondendo à ambição dos filhos de Zebedeu, disse a eles e aos outros apóstolos: “Sabeis que os que são considerados chefes das nações as dominam, e os seus grandes fazem sentir seu poder. Entre vós não deve ser assim. Quem quiser ser o maior entre vós seja aquele que vos serve, e quem quiser ser o primeiro entre vós seja o escravo de todos. Pois o filho do Homem não veio para ser servido, mas pra servir e dar a vida em resgate de muitos” (Mc 10,41-45). É direta e límpida a resposta de Jesus Cristo para os seus seguidores sobre o exercício do poder. O modelo é o servo, já prefigurado no Servo Sofredor do profeta Isaías. Em Cristo ele se torna visível e real. O servo pode ser tomado como figura individual e como o coletivo. O agir como servo é válido para cada um que exerce um ministério na Igreja, tanto para os ministros ordenados como para os ministérios leigos, como para toda comunidade eclesial.

Quem exerce um ministério o faz revestido de poder

recebido legitimamente da autoridade competente ou da comunidade. A palavra “poder” é ambígua e pode ser tomada no mau sentido de poder-dominação que se opõe claramente ao poder-serviço ensinado por Jesus. Infelizmente, a fraqueza humana também consegue manipular a palavra serviço que pode se apresentar camuflada de dominação, através de paternalismo, amabilidade e solicitude que não dão espaço ao outro, além de criar dependência. Transformar-se-ia num serviço sem vigor e sem força libertadora.

Uma Igreja servidora ou um sujeito servidor “despende todas as suas energias para que o ser humano chegue a ser fonte de suas próprias decisões, expressar livremente sua identidade e compartilhá-la com os demais num intercâmbio de reciprocidade”⁵. O poder dominação é exercido sobre um grupo e se impõe pela força, pela coação. O poder-serviço tem seu lugar no interior da comunidade e se desenvolve e amadurece dentro da comunidade.

Neste sentido o poder-serviço desperta o poder presente em cada pessoa identificando-se com autoridade. “A autoridade é espiritual ou moral. É uma eficácia de irradiação e atração. Pode existir poder sem autoridade e igualmente ter e exercer autoridade sem ‘poder’”⁶. O modo do exercício do poder legitima quem o exerce. Mesmo que alguém ocupe a função legalmente, mas exerce seu poder de forma abusiva ou desleixada perde a credibilidade e questiona-se até a sua legalidade. O modo de exercer o poder faz do ser humano “autor”, exercendo o poder que nele existe, levando a ser livre. “Autoridade é serviço ao poder do outro, despertar no outro o poder sufocado que, embora exista nele, o poder-dominação

5 Francisco TABORDA. *A Igreja e seus ministros: uma teologia do ministério ordenado*, p.53.

6 Yves CONGAR. *Igreja serve e pobre*. Coleção Teológica. Vol. 5. **Apud** Francisco TABORDA. *A Igreja e seus ministros: Uma teologia do ministério ordenado*, p.54.

não permite que se desenvolva. É não apagar a mecha que ainda fumeja nem quebrar a cana rachada (cf. Is 42,3)⁷.

Dada a diferença da Igreja em relação às outras instituições coletivas, os seus membros necessitam deixar-se conduzir pelo Espírito Santo. Somente quem vive uma espiritualidade de comunhão, serviço e de docilidade ao Espírito exerce a autoridade como uma resposta de fé em Cristo servo. A ação como Igreja, no seguimento de Jesus, terá a marca de serviço à humanidade, à realização humana, fazendo com que o ser humano assuma seu poder, sua liberdade, seja “autor”.

Mas Igreja é também uma instituição situado no mundo e sujeita às leis do mundo. Sociologicamente, é próprio das instituições estruturar-se conforme suas necessidades e exigências legais, o que cria tensões, outras vezes divide, gera disputas. Também teologicamente, a Igreja é instituição centrada na pessoa de Jesus Cristo que chamou pessoas concretas para que estivessem com Ele e os constituiu para estarem à frente. A mediação entre o polo sociológico e o teológico acontece pelo ministério ordenado. “Por isso, os ministros são ordenados sob a invocação do Espírito Santo; não são simplesmente uma instituição humana que o grupo sociológico Igreja se dá a si própria”⁸.

Considerando-se este regime de governo, faz de todos os seus membros sujeitos ativos, “pedras vivas, um sacerdócio santo, a fim de oferecerdes sacrifícios espirituais, agradáveis a Deus, por Jesus Cristo” (1Pd 2,5). Todos se tornam corresponsáveis e o poder serviço leva a dar primazia ao outro, a busca do interesse e do bem do outro. Quem dirige tem a tarefa de exortar, animar e ajuda a todos terem atitude de servo. Na celebração do sacrifício eucarístico onde é ressaltada a doação total de Jesus Cristo torna visível a realidade do serviço.

7 Francisco TABORDA. *A Igreja e seus ministros: uma teologia do ministério ordenado*, p.54.

8 *Ibidem*, p.56

2.3 Outros elementos fundamentais da teologia dos ministérios e carismas

Em muitas passagens do Novo Testamento, na Constituição Conciliar *Lumen Gentium*, na exortação apostólica pós-sinodal *Christifidelis Laici*, de São João Paulo II, nos documentos da CNBB: *Missão e Ministérios dos cristãos leigos e leigas* n.62, *Comunidade de comunidades: uma nova paróquia*, n.100; *Cristãos leigos e leigas na Igreja e na sociedade* n.105 trazem, retomam e aprofundam a teologia dos ministérios, sendo que alguns elementos aparecem com mais frequência e destaque.

Existe uma relação estreita entre carismas e ministérios, mas se distinguem e se unem. Nem tudo pode ser considerado ministério e nem carisma. “Há uma forte tendência, hoje, na teologia e na prática pastoral, de considerar ministério, fundamentalmente, o carisma que assume a forma de serviço à comunidade e à missão no mundo e na Igreja e que, por esta, é como tal acolhido e reconhecido”⁹. Portanto, carisma se torna ministério quando é colocado em vista do bem dos outros, se torna serviço. Enquanto ficar fechado sobre a própria pessoa e não coopera para a edificação da Igreja, não pode ser considerado ministério.

Carismas e ministérios são dons e impulsos especiais que provém da liberdade do Espírito Santo. Ele os concede a quem quer, quando quer. Podem assumir variadas formas, uns mais especiais e outros mais comuns, mas todos são necessários para a Igreja. A diferença de dons não confere maior ou menor dignidade ao seu portador, mas sim uma missão diferenciada. Nenhum carisma ou ministério é dado para o bem próprio, mas é doado para edificação da Igreja, em vista da missão evangelizadora do mundo.

Os carismas “devem ser recebidos com ação de graças e

9 CNBB. *Missão e Ministérios dos cristãos Leigos e Leigas*, («Documentos da CNBB 62»), n.83.

consolação por serem perfeitamente acomodados e úteis às necessidades da Igreja” (LG 12). A pessoa escolhida é convidada a ser grata pela escolha. Ser escolhido não é motivo de vaidade humana, mas um voto de confiança de Deus. Na realidade pastoral, normalmente somente os ministros ordenados são sustentados a partir do seu trabalho pastoral, mas a maioria dos cristãos leigos exerce o ministério de forma voluntária e sem remuneração. Além disso, algumas vezes sem reembolso de despesas do ministério que exercem. Estas condições exigem da pessoa agraciada por um carisma uma profunda fé e generosidade. O ganho não é a remuneração, mas a alegria de cooperar na obra de Jesus Cristo. A gratidão não é proveniente de coisas que as traçam corroem e os ladrões roubam, mas dos tesouros da vida eterna.

Jesus alertou os seus seguidores que a missão somente é possível com renúncias, acompanhadas de perseguições. Deixou claro que a missão não é isenta de dor e sofrimento, mas também garantiu que o ganho é cêntuplo, por isso somente uma profunda fé e um grande amor a Deus e ao próximo faz a pessoa sentir-se feliz e agradecer por ter sido escolhida. De outra forma, a escolha, o carisma pode representar um fardo pesado.

O Concílio deixou muito claro que todos os carismas necessitam do discernimento da Igreja. “O juízo acerca da sua (dos carismas) autenticidade e reto uso compete aos que governam a Igreja e aos quais cabe especialmente não extinguir o Espírito, mas provar tudo e ficar com o que é bom” (1Ts 5,12.19-21) (LG 12). Como já foi dito, os carismas tem a sua origem divina e da busca humana. O diálogo e o discernimento permitem evidenciar a vontade divina, as necessidades da Igreja e a vontade humana. Se os carismas não forem ordenados, ou reconhecidos ou confiados poderiam se tornar um projeto e uma ação pessoal. O ser humano marcado pelo pecado também

consegue deturpar as coisas mais sagradas. Diante da fragilidade humana faz-se necessário o senso comum dos féis. Fazer o discernimento não é restringir, nem impedir o florescimento dos carismas e ministérios. Também é tarefa dos pastores da Igreja estimular e fazer florescer os ministérios necessários.

Os ministérios devem ser exercidos em comunhão. “A cada um é dada a manifestação do Espírito, em vista do bem de todos” (1Cor 12,7). Fazer parte de um povo pode passar a falsa imagem que a individualidade desaparece e é absorvida pelo coletivo. Cada um como membro vivo da Igreja é único, foi chamado com nome próprio no batismo e é convidado individualmente para a trabalhar na vinha do Senhor.

Muito lúcida é a reflexão da exortação apostólica sobre a unidade: “Assim, cada um na sua unicidade e irrepetibilidade, com o seu ser e o seu agir, põe-se a serviço do crescimento da comunhão eclesial, como, por sua vez, recebe singularmente e faz sua a riqueza comum de toda a Igreja. esta “comunhão dos santos”, que nós professamos no credo: o bem de todos torna-se o bem de cada um e o bem de cada um torna-se o bem de todos. “Na santa Igreja - escreve São Gregório Magno - cada um é apoio dos outros e os outros são seu apoio” (CfL 28).

Os carismas também se manifestam nas formas agregativas, tanto dos fiéis leigos como de Congregações Religiosas. Por si sós estas agregações são um sinal de comunhão e da unidade da Igreja. São expressão da liberdade dos fiéis de reunirem-se de forma associativa a partir de um carisma comum. Assim como os outros carismas precisam da aprovação da autoridade, também estes grupos associativos precisam ser submetidos a precisos critérios de discernimento e de reconhecimento. Lembrando sempre que o critério fundamental são os frutos concretos que acompanham a vida e as obras, como Jesus afirmou que pelos frutos conhecemos a árvore.

A comunhão com a Trindade, fonte e origem de todos os

carismas e ministérios, e a Igreja levam a produzir frutos. “Aquele que permanece em mim como eu nele, esse dá muito fruto; pois sem mim, nada podeis fazer” (Jo 15,5). Toda esta comunhão gera uma Igreja missionária. “A comunhão e a missão estão profundamente ligadas entre si, compenetraram-se e integram-se mutuamente, a ponto de a comunhão representar a fonte e, simultaneamente, o fruto da missão: a comunhão é missionária e a missão é para comunhão” (CfL 32).

2.4 Formação dos ministros

Ao mesmo tempo que Jesus alertava seus discípulos para não terem postura de mestres, também os enviou a ensinar. Antes, porém, ocupou-se longamente com eles ensinando, corrigindo e capacitando-os para desempenharem bem a missão e permanecerem profundamente ligados a Ele. O Documento de Aparecida fala de discípulos missionários. Uma expressão muito clara da condição de todos os fiéis, mas particularmente de quem exerce ministérios na Igreja. Ter a atitude de discípulo revela a necessidade permanente de deixar-se conduzir pelo mestre, a necessidade de ser pobre em espírito e pequenino para acolher a revelação do Pai. Simultaneamente é tempo de ser missionário, de ensinar, de experimentar no cotidiano aquilo que crê.

A formação tem como objetivo fundamental a descoberta da vontade de Deus, de conhecer o ser e a missão da Igreja, da descoberta da própria missão e de como realizá-la. O primeiro e insubstituível agente da formação é o próprio fiel. Ele deve reconhecer a sua fragilidade, as suas limitações, ser dócil, ser capaz de escutar para descobrir a vontade do Senhor sobre a sua vida e missão. A formação é responsabilidade da Igreja que deseja que seus membros saibam dar as razões da própria esperança e que também sejam pedras vivas e colaboradores eficazes.

“Não se trata, no entanto, apenas de *saber* o que Deus quer de nós, de cada um de nós, nas várias situações da vida. É preciso *fazer* o que Deus quer; [...] E para agir em fidelidade à vontade de Deus, é preciso ser *capaz* e tornar-se *cada vez mais capaz*. Sem dúvida, com a graça de Senhor, que nunca falta, como diz São Leão Magno: “Dará a força quem confere a dignidade!”, mas também com a colaboração livre e responsável de cada um de nós.” (CfL 58).

A formação dos fiéis visa conduzir para a unidade, seja no interior da comunidade eclesial, na sociedade e a unidade de cada indivíduo. Cultivar a existência cristã como harmonização da vida chamada “espiritual” e da vida “secular”. Distinção que não é faz sentido, porém muito presente. “O divórcio que se nota em muitos entre a fé que professam e a sua vida quotidiana deve ser tido entre os mais graves erros do nosso tempo. Por isso, afirmo que uma fé que não se torne cultura é uma fé “não plenamente recebida, não inteiramente pensada nem fielmente vivida” (CfL 59).

Devido a importância da formação ela deve ocupar um lugar privilegiado na vida de cada um para crescer constantemente na intimidade com Cristo, na conformidade com a vontade do Pai, na dedicação aos irmãos, na caridade e na justiça. A formação deve ser integral para o desenvolvimento de todas as dimensões e possibilitar uma síntese. Se a formação sempre foi necessária, nos tempos atuais ela se constitui uma urgência. Num mundo extremamente plural e globalizado se convive cotidianamente com opiniões diferentes sobre os mais diferentes temas; ensinamentos contrastantes e relativos. Uma espécie de “salada de frutas” no qual não se consegue distinguir o sabor predominante. Isto faz com que muitos vivam num ecletismo, convivendo e aceitando ensinamentos inconciliáveis. Neste contexto o cristão necessita ter clareza sobre os elementos fundamentais da sua fé.

Uma formação integral, em primeiro lugar, deve ter espaço especial para a Palavra de Deus. A Constituição Dogmática *Dei Verbum*, sobre a revelação divina, a exortação apostólica pós-sinodal *Verbum Domini*, entre outros ensinamentos do Magistério oferecem orientações seguras sobre a importância da Bíblia, sobre os estudos exegéticos e hermenêuticos, do modo como deve ser estudada e sua presença na liturgia e na vida pessoal. Os múltiplos meios de comunicação multiplicaram as palavras. Neste contexto o cristão necessita cultivar a reação dos primeiros ouvintes de Jesus: “Todos testemunhavam a favor dele, maravilhados com as palavras cheias de graça que saíam de sua boca” (Lc 4,22).

O relativismo é outra marca da humanidade atual. A compreensão e a aceitação da verdade ficam condicionadas ao gosto, ao interesse ou à utilidade da pessoa ou do grupo. Tem-se dificuldade em admitir verdades que não estejam sujeitas ao tempo e sejam válidas independentemente das próprias opiniões. A formação doutrinal é indispensável. Tão importante quanto o conteúdo também são as metodologias, os lugares e os destinatários. O ritmo de vida exige criatividade no modo de ensinar a doutrina.

A educação para a sensibilidade ao sagrado e a liturgia é outra área nevrálgica. O trato com o sagrado sofreu profunda alteração nos últimos anos, mesmo no ambiente interno das igrejas, onde se fazia silêncio, adoração ao Santíssimo Sacramento, não raramente a postura das pessoas não é condizente. Nos grandes centros urbanos, os sinais visíveis dos templos e sinais religiosos ficaram à sombra dos edifícios e dos shoppings. Por outro lado, existe uma comercialização do sagrado. As referências para educação para o sagrado, o espaço litúrgico e liturgia estão na Constituição Conciliar *Sacrosanctum Concilium* e nos rituais posteriormente reformados.

Para todas as pessoas empenhadas no campo social e político, em especial os leigos, “é absolutamente indispensável uma consciência exata da doutrina social da Igreja (...) a qual contem os princípios de reflexão, os critérios de julgar e as diretivas práticas”. (CfL 60). Esta doutrina foi sintetizada no Compêndio da Doutrina social da Igreja que traz os princípios fundamentais, mas é preciso considerar que ela é dinâmica e precisa ser adaptada às circunstâncias do tempo e lugares. Neste sentido, a *Laudato Sì*, do Papa Francisco é uma atualização importante no ensino de uma ecologia integral.

O ensinamento dos valores humanos é outra área fundamental. Valores como a “competência profissional, o sentido de família, os valores cívicos e as virtudes referentes à convivência social, isto é, honestidade, o espírito de justiça, a sinceridade, a cortesia, a fortaleza de ânimo: virtudes sem não existe sequer verdadeira vida cristã” (AA 4).

A formação dos ministros deve permitir fazer uma síntese orgânica e dar condições para o cumprimento eficaz da missão, mas claro, deixando-se conduzir e anima pelo Espírito Santo. A formação é expressão da paternidade e da maternidade da Igreja que educa e cuida seus filhos colaborando com o educador por excelência que é o próprio Deus.

Na perspectiva de discípulos missionários, quem recebe formação também se torna formador e corresponsável em ajudar os outros. Especial atenção deve ser dispensada aos mais pobres, devido a sua situação de marginalizados, são os que têm mais dificuldade de procurarem, por forças próprias os espaços formativos.

3 Planejamento pastoral

A eclesiologia de comunhão se concretiza e se torna Igreja viva e missionária, graças aos múltiplos dons, carismas e ministérios. Também é indispensável uma comunhão orgânica

que acontece pelo planejamento pastoral. Significativo é o ensinamento feito por Jesus a partir “videira e dos ramos” (Jo 15,1-17). Os frutos são possíveis na medida em que os ramos permanecerem ligados à vide, se houver cultivo, correção. A seiva, nestas condições, perpassa toda videira que resulta em frutos abundantes.

Outra imagem de organização e harmonização é desenvolvida por São Paulo em 1Cor 12,12-31. Um corpo humano somente existe devido a multiplicidade de membros, quando cada um realiza o que lhe é próprio, quando todos funcionam bem. São Paulo também reflete como seria um corpo, onde os membros vivessem em conflito e disputas por não aceitarem realizar a contribuição que lhes é própria.

As duas imagens ressaltam a necessidade do planejamento pastoral, somente ele permite criar organicidade e fazer circular o princípio vital. De todos os que participam ativamente da construção da Igreja, requer-se reta intenção. “O mérito da bondade da nossa obra não é tanto aquilo que fazemos e sim a intenção com que é feita. O que a alma é para o corpo e a raiz para a árvore, a intenção é para as nossas ações”¹⁰.

Trabalhar para unidade da Igreja é uma obrigação, não é uma estratégia. A unidade é uma necessidade por que a Igreja é um só corpo, por causa de sua origem trinitária. “Graças a esta diversidade e complementariedade, cada fiel leigo encontra-se em relação com todo corpo e dá-lhe o seu próprio contributo” (CfL 20).

Referências Bibliográficas

BÍBLIA SAGRADA. Brasília: Ed. CNBB, 2010.

CANTALAMESSA, Raniero. *Amar a Igreja*: meditações sobre a Epístola aos Efésios. São Paulo: Loyola. 2007.

10 Raniero CANTALAMESSA. *Amar a Igreja*: meditações sobre a Epístola aos Efésios. p.18.

CNBB. *Comunidade de Comunidades: uma nova paróquia: a conversão pastoral da paróquia*. Brasília: Ed. CNBB, 2014 («Documentos da CNBB 100»).

_____. *Missão e Ministérios dos cristãos Leigos e Leigas*. 13 ed. São Paulo: Paulinas, 2010 («Documentos da CNBB 62»).

_____. *Cristãos Leigos e Leigas na Igreja e na Sociedade: sal da terra e luz do mundo*. Brasília: Ed. CNBB, 2016 («Documentos da CNBB 105»).

CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II – Documentos. Brasília: Ed. CNBB, 2018.

MIRANDA, Mario de França. S.J. *É possível um sujeito eclesial?* Brasília: Ed. CNBB, 2018 (Coleção «São & Luz Vol.1»).

JOÃO PAULO II, Papa. *Exortação Apostólica Christifidelis Laici*. São Paulo: Paulinas, 1988.

TABORDA, Francisco. *A Igreja e seus ministros: uma teologia do ministério ordenado*. São Paulo: Paulus, 2012.

PLANEJAMENTO PASTORAL PARA UMA IGREJA EM SAÍDA MISSIONÁRIA

*Pe. Sidnei Marco Dornelas, CS**

Resumo: Neste artigo procura-se fazer uma reflexão sobre o planejamento pastoral participativo a partir das intuições presentes na *Evangelii Gaudium*, em vista de uma Igreja em saída missionária. O texto parte de uma contextualização da realidade do planejamento pastoral no momento atual, para desenvolver suas reflexões e terminar com algumas considerações a partir da realidade concreta dos migrantes.

Palavras-chave: planejamento pastoral. pastoral missionária. pastoral dos migrantes.

Introdução

Há cinco anos da publicação da Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*, e há mais de dez anos da conclusão da Conferência de Aparecida, é importante refletir e repropor a exigência do apelo feito a todas as Igrejas pelo Papa Francisco: “Sonho com uma opção missionária capaz de transformar tudo, para que os costumes, os estilos, os horários, a linguagem e toda a estrutura eclesial se tornem um canal proporcionado mais à evangelização do mundo atual que à auto-preservação.” (EG 27) Esta também foi, em síntese, a proposta da Missão Continental, por meio da qual os Bispos em Aparecida buscavam que esse sonho se tornasse realidade: uma Igreja em estado permanente de missão (DAP 362).

Para tanto, um dos elementos mais importantes (e menos conhecido) da proposta veiculada pelo CELAM para implantar

* Pe. Sidnei Marco Dornelas (CS) é missionário scalabriniano, atualmente atuando em Buenos Aires, com mestrado em Ciências Sociais, pelo Institut Catholique de Paris, e em Teologia Pastoral, pela Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção. E-mail: sidneimdornelas@gmail.com

o projeto da Missão Continental foi o de revalorizar a prática do planejamento pastoral e participativo, em vista de uma Igreja toda missionária (CELAM 2008–2009). É então, a luz desse apelo, que nos parece interessante tentar levantar alguns elementos para refletir sobre a prática do planejamento pastoral, tendo em vista as Igrejas Locais que se encontram no Brasil, entre as quais já existe um aprendizado nesse sentido. Considerando o atual contexto de transformações profundas, nas suas relações internas e com a sociedade, é nosso objetivo centrar o foco do planejamento pastoral na proposta de uma Igreja em saída missionária. Ao lado disso, procuramos problematizar essa prática, chamando a atenção para uma realidade concreta: o cuidado pastoral dos migrantes.

1 Contextualizando a prática do planejamento pastoral missionário

No quadro das atividades da Comissão Especial para a Missão Continental, pela CNBB, levamos a cabo em parceria com o Centro Cultural Missionário (CCM), entre os anos de 2013 e 2014, alguns encontros formativos para coordenadores diocesanos de pastoral. Motivados pela proposta da Missão Continental, os temas tratados referiam-se principalmente: à pessoa do coordenador de pastoral; à paróquia missionária; à realização de um planejamento pastoral em vista de uma Igreja missionária e sua implementação. Em três encontros realizados, contamos no total com cerca de 100 participantes, vindos de dioceses de todas as regiões do país. Foi uma oportunidade de rica partilha de experiências, que também permitiu esboçar o “estado da arte” da tarefa de planejar e coordenar a ação pastoral nas Igrejas Locais no Brasil¹.

1 O projeto da Missão Continental foi assumido pela CNBB, inicialmente, de 2008 a 2011 através de uma comissão “ad hoc”, vinculada ao Secretariado Geral. De 2011 a 2015, a continuidade do projeto foi levada a frente por meio de uma Comissão Especial, que trabalhou em colaboração com a Comissão Episcopal Pastoral para a Ação Missionária e Cooperação Intereclesial e a Comissão Especial

Como não poderia deixar de ser, nesses encontros surgiram muitas observações que apontavam para os vários entraves e descompassos que confundiam e dificultavam essa tarefa de coordenação e planejamento². Uma primeira constatação foi a de que a maioria das dioceses não faz ou possui uma prática incipiente de planejamento pastoral. Na verdade, perceberam-se diferentes entendimentos sobre o que seria fazer um planejamento pastoral, tendo como resultado a elaboração de diferentes formatos de planos de pastoral. Ao lado desse quadro confuso, também se constatou que havia uma grande rotatividade entre os padres escolhidos pelos bispos para serem coordenadores de pastoral. O resultado é que não se acumulava conhecimento suficiente para amadurecer e aperfeiçoar essas práticas. Assim, se a prática de planejamento parecia confusa e incipiente, também as pessoas encarregadas por essa tarefa se sentiam despreparadas para seu acompanhamento.

Entre as principais indicações levantadas a partir dos debates realizados nesses encontros, poderíamos citar:

- Apesar de que processos de consulta eram feitos no âmbito de cada diocese, percebeu-se que as metodologias empregadas não consideravam suficientemente as necessidades e preocupações das comunidades locais;
- Maioria dos planos seguia um processo de construção que respeitava uma metodologia participativa (consulta às bases);
- Porém, novas e frequentes demandas vindas da CNBB,

para a Amazônia. Entre as atividades organizadas e acompanhadas pela Comissão estavam esses encontros de formação para coordenadores diocesanos de pastoral, visando ajudar e animar as dioceses na implementação da missão permanente nas Igrejas Locais. Dois desses encontros aconteceram em 2013 e um terceiro em 2014.

2 Os elementos aqui referidos foram sintetizados e apresentados por ocasião de um desses encontros, realizado em Brasília, de 14 a 18 de julho de 2014, na sede do CCM, tendo como tema “Planejamento Pastoral Missionário na Igreja Local”.

da Santa Sé e outros (anos temáticos, grandes eventos, campanhas, prioridades do Regional, etc) muitas vezes atropelavam o processo de construção e implementação do plano pastoral nas comunidades e paróquias da diocese;

- Limitada duração e continuidade da vigência dos planos de pastoral: quatro anos é um prazo reduzido para percorrer o itinerário e fluxo de “diálogo” entre as instâncias que vão da CNBB nacional, regionais, dioceses, paróquias e comunidades;

- Mudança constante de metodologias e critérios usados na elaboração das Diretrizes Gerais e nos planos de pastoral dificultava o processo de compreensão e assimilação da dinâmica nas bases;

- Percepção de que o processo de construção das Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora (DGAE), da CNBB, estava em situação de descompasso com a decorrente elaboração dos planos de ação evangelizadora, a serem concretizados nas dioceses;

- Enquanto o processo de construção dos planos nas dioceses se construía a partir de uma consulta das comunidades e compartilhamento de ideias (método indutivo), as DGAE davam a impressão de se fazer por outro processo de consulta, a especialistas e bispos (seria um método “dedutivo?”);

- Diversidade dos métodos, critérios e itinerários do processo de planejamento; multiplicidade de projetos e atividades, assim como de eventos e temáticas (tendência de esvaziamento e dispersão das iniciativas); variedade de “livrinhos” e formatos de publicação;

- Constatou-se, pela variedade de formatos de publicação assumidos pelos planos de ação pastoral nas diferentes dioceses (diretrizes, diretório, guias de ação, planos de ação...), que a realidade de cada Igreja Particular pediria diferentes metodologias.

Esse quadro geral parece sugerir que, apesar de haver uma tradição de planejamento pastoral nas Igrejas locais no Brasil, as contingências de seu contexto social, estruturação e história eclesial, tem levado a vários impasses, de diferentes ordens: entre o local, o regional e o nacional; entre a fidelidade às bases e às normativas da Igreja; entre diferentes metodologias; entre a necessidade de fazer uma caminhada comum e a atenção ao específico de cada comunidade, pastoral e movimento. Elas colocam interrogações sobre certo enrijecimento da estruturação e organização pastorais, com suas muitas demandas, frente aos desafios de uma realidade que muda com muita rapidez, e é cada vez mais diversificada de localidade para localidade.

Esses descompassos no planejamento pastoral, numa Igreja que desde os anos 1960 tem buscado uma ação evangelizadora e pastoral articulada, em vista de uma maior incidência social e eclesial, mostram que também ela não está isenta de deficiências e contradições, pedindo alguma forma de revisão. Nesse sentido, também a Igreja no Brasil se vê interpelada a repensar o planejamento em vista de sua missionariedade, num contexto que se convencionou chamar de “mudança de época”. No entanto, não só a Igreja no Brasil demorou a reconhecer a importância da proposta da Missão Continental, como também não atinou para a mudança de foco e prioridades que ela implica, e seus impactos na articulação e planejamento em nível local, regional e nacional. Até mesmo terminologias como “Igreja em saída” e “primeirar”, empregadas pelo Papa Francisco, surpreendiam e pareciam irremediavelmente novos frente a esquemas e planos que pareciam demasiado rígidos. Assim, em vista da missão, na complexidade da realidade atual, a Exortação *Evangelii Gaudium* pode nos ajudar a repensar a dinâmica de planejamento pastoral, como processo e construção da comunhão do ser Igreja, e não apenas de seu agir.

2 Em vista do planejamento e articulação de uma Igreja missionária

Se tomarmos como ponto de partida da reflexão que todo planejamento pastoral e participativo coloca seu foco mais no processo do que nas atividades planejadas, mais na constituição de um “caminhar juntos” como Igreja do que no calendário dos grupos e pastorais, mais no exercício da comunhão do que na programação de cada pastoral ou da diocese como um todo, podemos dizer que encontramos na *Evangelii Gaudium* pontos de apoio para nos ajudar a discernir o cerne de uma metodologia missionária participativa.

Em seu primeiro capítulo, esse documento coloca seu acento no imperativo de sair e se aproximar, de criar uma dinâmica de envolvimento e acompanhamento, em todos os espaços sociais, sobretudo nas “periferias existenciais”. Aponta para uma dinâmica pastoral que se realiza indo para “fora” da Igreja, mas que também procura fazer com que a Igreja esteja de “portas abertas” aos que se encontram “fora” e “distantes”. Nessa perspectiva é que entendemos como o Papa dá um sentido muito próprio a uma pastoral que sai em busca dos “afastados”. Ele expõe os passos dessa dinâmica pastoral de aproximação e acompanhamento que poderia caracterizar qualquer pastoral missionária, aplicável por qualquer serviço pastoral ou movimento (EG 24-25): “primeirear”, envolver-se, acompanhar e festejar. Essa dinâmica traz implícito o movimento de ir e vir da missão, entre os espaços e ambientes de frequência da comunidade cristã, e os outros espaços e ambientes em que se encontram os grupos e pessoas assim chamados de “afastados”.

Dessa forma entendemos a proposta de renovação da principal estrutura de pastoral que conta a Igreja local: a paróquia. O Papa afirma que a paróquia não é de forma nenhuma uma “estrutura caduca”, destacando sua “plasticidade” e capacidade de adquirir múltiplas formas, na medida em que se

aliam e articulam “a docilidade e a criatividade missionária do pastor e da comunidade”. (EG 28) Justamente porque se encontra em meio às casas e participa do trânsito das pessoas que percorrem seu território, é que a partir da Paróquia os agentes de pastoral adquirem a virtualidade de penetrar todos os espaços e interagir com todos os grupos e pessoas. No mesmo sentido, o Papa lembra o papel do bispo no interior da Igreja Particular para liderar e acompanhar esse processo de abertura da Igreja à missão, dentro de seu território. (EG 30) Tudo sob os auspícios do exercício da misericórdia, valor central da mensagem do Evangelho e coração do *kerigma* cristão, que deve presidir todas as ações e organização, e, por conseguinte, o processo de planejamento participativo. (EG 31-32; 37)

É nesse horizonte pastoral que podemos repensar o lugar do planejamento em vista de uma Igreja Local em saída. Como se pode deduzir, o acento está na atitude de aproximação e escuta. Mais do que estabelecer um calendário de atividades, um organograma de funções, as etapas do programa, o Papa enfatiza a dinâmica do acompanhamento. Na verdade, como em tantos outros momentos, vemos que o Papa está muito mais preocupado em “iniciar processos” baseados na prática da evangelização, do que estabelecer verdades ou orientações definitivas. Trata-se de uma atitude de fé, uma confiança primordial, tal como se depreende do próprio Evangelho (EG 21-22). É assim que o Papa se refere à necessidade de uma abertura da Igreja ao poder da Palavra e do Espírito: “A Igreja deve aceitar esta liberdade incontável da Palavra, que é eficaz a seu modo e sob formas tão variadas que muitas vezes nos escapam, superando as nossas previsões e quebrando os nossos esquemas” (EG 22).

O Papa apresenta alguns princípios que dão racionalidade a essa atitude de “iniciar processos” no capítulo IV da *Evangelii Gaudium*, ao buscar dar as orientações da ação da Igreja no

mundo, em vista do “desenvolvimento da convivência social e a construção de um povo onde as diferenças se harmonizam dentro de um projeto comum” (EG 221). Acreditamos que esses princípios também podem dar mais consistência na busca de uma renovação da dinâmica de planejamento pastoral e missionário. Eles ajudam a esclarecer mais sobre o andamento do “processo” do que propriamente a organização das estruturas em que ele se desenrola. Como o Papa expõe, eles emanam da própria Doutrina Social da Igreja: “o tempo é superior ao espaço” (222-225); “a unidade prevalece sobre o conflito” (226-230); “a realidade é mais importante que a ideia” (231-233); “o todo é superior à parte” (234-237). São polaridades que se complementam, pois, se de um lado vemos claramente qual delas é a mais importante, por outro não podemos deixar de considerar que a outra é fundamental para se constituírem mutua e concomitantemente.

Sugerimos então que o exame da interação intrínseca a cada uma das quatro polaridades possa iluminar o entendimento da prática pastoral, missionária e social das Igrejas Locais, e logo, de seu processo de planejamento participativo. Assim, já a primeira polarização aponta para a importância da dinâmica de “iniciar processos”:

“Dar prioridade ao tempo é ocupar-se mais com iniciar processos do que possuir espaços. (...) Trata-se de privilegiar as ações que geram novos dinamismos na sociedade e comprometem outras pessoas e grupos que os desenvolverão até frutificar em acontecimentos históricos importantes” (EG 223).

Partindo desse primeiro pressuposto, podemos entender a importância das outras indicações: se a unidade é o que buscamos, ela deve ser construída na consideração de cada conflito, pois é ali que as diferenças se manifestam, pedindo uma permanente atitude de escuta e diálogo, para forjar os

consensos necessários. Da mesma forma, se afirmamos que a realidade é mais importante que a ideia, é para que não percamos de vista que, por meio da escuta e debate mútuos, as ideias podem ser confrontadas, e assim se encarnar e iluminar a compreensão dessa mesma realidade, e logo permitir o consenso em relação a uma ação mais amadurecida. Assim, se a totalidade a que aspiramos é superior às partes, é porque em seu processo de interação mútua, ela se deixa construir num caminho carregado de conflitos, de visões e entendimentos diferentes e contraditórios, em que se torna fundamental que cada parte seja considerada, ouvida e assumida por todos.

Como vemos, o processo é o mais importante, e colocá-lo em marcha é uma atitude de fé. Na verdade, um processo de planejamento participativo, respeitando-se essa dinâmica, se desenvolve como um processo de discernimento coletivo, em que a fé comum na ação do Espírito, no poder da Palavra de Deus, pode criar os laços de comunhão que constituem o próprio ser Igreja. Embora se evite essa palavra, é um modo particular de se entender o processo “dialético” que constituem as relações sociais, em que os momentos de “ruptura” e “superação” fazem emergir a novidade que dá sentido a todo o caminho percorrido. Como o Papa bem deixa a entender, numa perspectiva de fé, essa novidade não é programável. Como ação da graça, ela é suscitada em meio à caminhada, pela ação do Espírito que age em todos, e por meio de todos, servindo-se dos “espaços” utilizados, passando por vários “conflitos” e controvérsias de “ideias”, em que todas as partes são chamadas a participar. O planejamento participativo deve estar, dessa forma, a serviço dessa novidade.

Convém destacar, contudo, que o que vai introduzir essa novidade no interior das dinâmicas de ação da Igreja é a própria missionariedade, como o próprio Papa deixou claro no discurso proferido no encontro com os delegados do CELAM, por

ocasião da JMJ no Rio de Janeiro em julho de 2013:

“A “mudança de estruturas” (de caducas a novas) não é fruto de um estudo de organização do organograma funcional eclesialístico, de que resultaria uma reorganização estática, mas é consequência da dinâmica da missão. O que derruba as estruturas caducas, o que leva a mudar os corações dos cristãos é justamente a missionariedade”.

Por fim, não há como não associar essa reflexão sobre esses princípios e sua repercussão no planejamento pastoral e missionário, enquanto dinâmica de iniciar e acompanhar processos, com a reflexão do Papa sobre a sinodalidade³. Como dinâmica de “caminhar juntos”, em que “aquilo que diz respeito a todos deve ser tratado por todos”, relembramos também que o planejamento pastoral e missionário se reveste de outra importância. Enquanto processo participativo ele também é processo pedagógico. Por um lado, podemos dizer que faz parte da pedagogia da evangelização a prática da missão, o ir às “periferias” e voltar (como o próprio Jesus demonstra em Lc 10) para compartilhar na comunidade que o enviou e assim testemunhar o que foi vivido. Por outro, também podemos dizer que é na dinâmica do aproximar-se e acompanhar, do ir e voltar da missão – ou do planejar, executar, avaliar e celebrar – que se aprende, não só a esboçar uma metodologia do agir pastoral missionário, mas principalmente, a caminhar como Igreja, a ser Igreja, enquanto comunidade que anuncia e testemunha a alegria do Evangelho.

3 Uma realidade concreta atual: o desafio dos migrantes

Por ocasião das atividades realizadas no âmbito da Comissão Especial para a Missão Continental pela CNBB, em vários

3 Discurso do Papa Francisco por ocasião da comemoração do cinquentenário da instituição do Sínodo dos Bispos, Aula Paulo VI, sábado, 17 de outubro de 2015.

encontros tivemos a oportunidade de dar nossa contribuição, ajudando a identificar vários elementos que poderiam fazer parte de um planejamento pastoral missionário. Estava em perspectiva, naquele período, o que poderia fazer uma paróquia entrar em estado permanente de missão. Entre os principais elementos em discussão encontramos: a realização de experiências de missão popular, e sua continuidade; a setorização e formação de pequenas comunidades; o aprofundamento da vocação missionária dos leigos; sua preparação para “ministérios leigos” com foco na missão; a redescoberta da missionariedade das pastorais sociais; a promoção da animação missionária (IAM; Juventude Missionária); conhecer, criar e apoiar os “conselhos missionários” (COMIPAs e COMIDI).

Todos esses temas continuam pertinentes hoje, e permanecem sendo orientações simples que poderiam ser aplicadas em qualquer região do país, pois correspondem ao perfil mais comum de nossas paróquias e dioceses. Existem inclusive orientações da Santa Sé nesse sentido, veiculadas principalmente pela Congregação para a Evangelização dos Povos e pelas Pontifícias Obras Missionárias (POMs), que relembram que na pastoral ordinária deve se prever uma atenção especial para a organização do serviço de animação missionária⁴. Por meio de iniciativas e grupos como a Infância e Juventude Missionária, qualquer paróquia já estaria se abrindo para a consciência e cooperação missionária. Igualmente, as diversas formas de missão popular se tornaram um instrumento eficaz para a abertura missionária das estruturas pastorais de paróquias e dioceses. Abundam os testemunhos no interior do país, de Igrejas que se renovaram completamente após a vivência das Santas Missões Populares. Em vista de sua

4 Essa é uma recomendação expressa da *Rendemptoris Missio*, (RMi 84), e objeto de uma orientação da Congregação para a Evangelização dos Povos, por meio da *Cooperatio Missionalis* (CM 2).

continuidade, também existem muitas experiências, de diversos modelos, em que se busca imprimir na dinâmica cotidiana das Igrejas Locais o impulso da missão permanente. Nesse sentido, constata-se uma grande criatividade por parte de bispos, padres e leigos⁵. Entre os frutos dessas iniciativas, que melhor corroboram sua sintonia com o ensinamento do Papa Francisco, está a renovação da consciência de pertencimento à Igreja.

Com efeito, considerando a importância da experiência das missões populares, e sua contribuição expressiva para o planejamento pastoral e missionário, é que podemos destacar a importância das diversas formas de “pastoral da visitação”. É talvez nesse ponto que melhor entrevemos o que seria concretamente uma “Igreja em saída”, e a possibilidade de dar outra configuração ao perfil de suas estruturas de pastoral. Assim, alguns elementos poderiam dar contornos ao planejamento e à eleição de prioridades: que ambientes; quais as necessidades; as categorias de pessoas; cultura e religiosidade; que caminhos para criar comunidade. E também a identificação de diferentes ambientes: hospitais; escolas; alojamentos; oficinas de trabalho; condomínios; parques, entre outros. E chegar aos grupos humanos mais afastados: encarcerados; migrantes; indígenas e afrodescendentes; menores; população de rua; enfermos e suas famílias; e tantos outros⁶. Dessa forma, se poderia suscitar questões e iniciativas impensadas até então, no campo da religiosidade popular, do atendimento humanitário, das modalidades de aproximação e evangelização, da inculturação. Entre tantos campos que poderiam ser explorados, escolhemos uma realidade atual em particular: os migrantes.

Os migrantes talvez sejam hoje a realidade humana que

5 Devido ao espaço exíguo desse artigo, não citamos diretamente nenhum exemplo, que podem ser conhecidos por meio da Comissão Episcopal Pastoral para a Ação Missionária e Cooperação Intereclesial (CNBB), as POMs e CCM.

6 Essa proposta pastoral está bem desenvolvida nas DGAE 2015-2019, n. 75;77.

melhor testemunha o drama e a complexidade do mundo em que vivemos. Eles estão cada vez mais presentes no cotidiano de nossas paróquias e dioceses, porém frequentemente estão inviabilizados pela sua condição social. Eles estão dentro das fazendas de café, cana-de-açúcar, nas plantações de tomate ou de frutas, sozinhos ou em famílias, para a colheita e outros serviços agrícolas. Igualmente, podem estar em canteiros de obras públicas, no período da construção de uma rodovia, de uma hidroelétrica, de um aeroporto, ou ainda de um conjunto de prédios. Podem estar escondidos em bairros insalubres e da periferia de grandes metrópoles, em situação de clandestinidade, trabalhando em pequenas fábricas ou oficinas de costura. Sua situação de clandestinidade, vivendo nos espaços segregados da sociedade, torna-os vulneráveis a violências, doenças e outras privações, e presa fácil de toda sorte de humilhação e exploração, inclusive por meio do tráfico humano e trabalho escravo. Assim, é visto como um estranho na sociedade, e mesmo quando fala o mesmo idioma, como os migrantes internos e trabalhadores temporários, é vítima de preconceitos e possui grande dificuldade de se inserir nas relações sociais da localidade em que se encontra. Normalmente, nas paróquias, até mesmo os presbíteros, ou seus agentes de pastoral com seus grupos e movimentos, não estão preparados para acolhê-los.

Os migrantes constituem, de fato, um grande desafio para a Igreja Local, e é uma frente missionária no interior do seu próprio território. Tanto mais desafiador que, pelo fato de falarem outra língua, possuírem outros costumes e tradições religiosas, e se inserirem em atividades laborais consideradas de baixa qualificação, normalmente provocam atitudes de rechaço na sociedade que os recebe, o que inclui numerosos cristãos que participam ativamente. Os migrantes se constituem num verdadeiro teste para uma Igreja que pretende se por “em saída”. Mas, é também um desafio para a proposta de um planejamento participativo que deseje ir além da manutenção

das estruturas de pastoral. Por isso, apesar de tudo, pode-se dizer também que os migrantes podem proporcionar um momento de graça, propício para “iniciar processos” de renovação. Pode ser a ocasião para que a comunidade eclesial possa se recompor e criar novas modalidades de comunhão, novos consensos, novas formas de participação. Nesse sentido, considerando a presença dos migrantes, pensamos três âmbitos em que uma “Igreja em saída missionária” pode desenvolver a atividade pastoral em seu território (paroquial ou diocesano) e, por conseguinte, repensar o processo de planejamento participativo.

a) Acolhida imediata e serviço da caridade

Não é incomum que os migrantes surjam na vida da Igreja Local de forma imprevista, criando uma situação de urgência “humanitária”. Como também temos várias situações em que a demanda de ajuda não se enquadra dentro dos horários ou dos padrões e rotinas de atendimento paroquial. Assim, surge a pergunta incômoda: como planejar o imprevisível? Como prever a “demanda espontânea”? Pois, não é apenas com os migrantes que circunstâncias como essas aparecem (os pobres em geral não se adaptam aos esquemas habituais de funcionamento das paróquias). E, no entanto, a acolhida imediata é a primeira forma de caridade pastoral, de receber aqueles que, na necessidade de chegar num lugar estranho, buscam alguma forma de ajuda: alimento, casa, trabalho, documentação, escola, aprendizado da língua, etc.

Essa primeira forma de acolhida, por meio desse serviço, se coloca ao lado da disponibilidade de conhecer onde os migrantes vivem, trabalham, se encontram para o lazer, para conviver como família, ou com os amigos. A visita missionária junto aos migrantes, feita de maneira sistemática (o que implica planejamento, acompanhamento, avaliação), é outra ocasião de prestar esse serviço de acolhida. E se torna um testemunho de

caridade pastoral formidável quando essa visita se estende aos locais de origem dos migrantes. Todo migrante é alguém deslocado, vivendo no “entre dois” da bilocação entre origem e destino, numa provisoriedade e transitoriedade permanente⁷. A atitude de visita, escuta e atenção que possa acolher essa dimensão essencial da condição social do migrante possui a virtualidade de resgatar de forma única a sua dignidade humana.

b) Espaços de interação e gestação de comunidades

Para além da assistência e da acolhida imediata, o interesse de visitá-los, promovê-los e integrá-los na comunidade pede que se proporcionem também espaços de interação. Seja que o migrante migre por motivo de trabalho ou para escapar de alguma forma de carência ou perseguição, ele só se reconstitui pessoal e socialmente por meio da recomposição dos vínculos de sociabilidade. Nesse sentido, conhecendo sua condição de “emigrante-imigrante”, deslocado entre a sociedade de origem e de acolhida, é fundamental a sensibilidade para o fato de que ele carrega consigo os traços de outra cultura, e tem necessidade de se encontrar com aqueles que partilham dessa mesma condição. Proporcionar espaços e horários para que seus grupos de pares possam se reunir e celebrar permite que vá se gestando comunidades de migrantes no seio da Igreja. Também aqui, o exercício da caridade pastoral inclui uma boa dose de paciência e disposição para dialogar com os migrantes e outros grupos que compartilham os mesmos espaços no ambiente paroquial.

Mas, essa mesma sensibilidade supõe a disposição de conhecer e visitar os lugares de encontro dos migrantes, em que essa sociabilidade é tecida. A possibilidade que haja grupos e

7 Para a compreensão da condição social do migrante, cf. os estudos de A. SAYAD. *A Imigração, ou os paradoxos da alteridade*, 1998. Cf. também Sidnei M. DORNELAS; Ana C. A. NASSER. *Pastoral do Migrante: relações e meditações* 2008, p.154-164.

uma comunidade de fé de migrantes, bem como sua inclusão na trama de relações da Igreja Local, pede a consciência de que ela não está dissociada dos outros ambientes de vivência dos migrantes. Ajudar os migrantes a se organizar como comunidade de fé implica também o acompanhamento das várias dimensões de sua inclusão na sociedade. Podemos chamar essa atitude do agente de pastoral, que ao lado da primeira acolhida busca a disposição para dialogar sobre seus espaços de participação na sociedade e na Igreja, de um exercício de “mediação social”. Mais do que isso, também podemos dizer que esse exercício de fazer a “ponte” entre as pastorais e estruturas da Igreja Local, de um lado, e os grupos migrantes, de outro, é uma verdadeira “mediação eclesial”. É por meio dela que os migrantes poderão vir a se reconhecer como pertencentes à Igreja Local, mas também a Igreja Local se reconhecer no modo dos migrantes viverem e testemunharem sua fé⁸.

c) Interculturalidade e comunhão numa só Igreja

Enfim, acolher os migrantes na Igreja Local, numa dinâmica de planejamento participativo e missionário, significa introduzir o tema da inculturação na cotidianidade da caminhada da Igreja. “Iniciar processos”, como nos ensina o Papa Francisco, significa uma atitude de fé, generosa e aberta para as surpresas do Espírito, e para o novo que pode emergir da realidade multifacetada, inusitada, cambiante, cheia de conflitos em que vivemos. Tal possibilidade é perceptível no interior da Igreja Local quando se dispõe a acolher os migrantes na sua caminhada eclesial. Nesse sentido, a presença de comunidades de migrantes nos ajuda a recordar que planejar é mais do que

8 Cf. S. M. DORNELAS. *Mediações para uma pastoral da mobilidade humana* (LUSSI, C.; MARINUCCI, R., 2018, p.77-85). Um estudo mais amplo dessa temática pode ser encontrado na segunda parte de DORNELAS; NASSER, *Pastoral do Migrante: relações e meditações*. 2008, p.141-287.

viabilizar de maneira racional um conjunto de ações articuladas, em vista de um objetivo pastoral alcançado como consenso por todos. Planejar de maneira participativa, numa sociedade e comunidade de fé multicultural, também é “iniciar processos” para uma maneira nova de vivenciar a comunhão da Igreja.

O que diz respeito a todos deve ser dialogado, decidido, avaliado e celebrado por todos, inclusive pelos migrantes que estão entrando em nossa comunidade, por mais estranhos e inconvenientes que possam parecer. É confiar que o tempo, e a sabedoria que ele pode nos dar, é mais importante que os espaços que ocupamos; que os conflitos são momentos contingentes de um caminho para a comunhão e unidade de toda a Igreja; que a realidade comum que nos une é mais importante do que a ideia que cada um possa alimentar. É acreditar na catolicidade da Igreja, que se constrói assim, por meio de cada parte contingente, para encontrar seu sentido no todo, na plenitude que aspiramos, e que se tornará plenamente visível quando estivermos todos juntos no coração de Deus.

Referências Bibliográficas

CELAM. *Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe*. Brasília: Ed. CNBB, 2008.

_____. *A Missão Continental: para uma Igreja Missionária*. Brasília: Ed. CNBB, 2009.

_____. *Itinerário da Missão Continental*. Brasília: Ed. CNBB, 2009.

CNBB. *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil 2015-2019*. Brasília: Ed. CNBB, 2015.

CONGREGAÇÃO PARA A EVANGELIZAÇÃO DOS POVOS. *Cooperação Missionária (Cooperatio Missionalis)*. Brasília: Ed. CNBB, 2015.

DORNELAS, Sidnei Marco. Mediações para uma pastoral da mobilidade humana. In: LUSSI, Carmem; MARINUCCI, Roberto (org.). *Migrações, refúgio e comunidade cristã*. Reflexões pastorais para a formação de agentes. São Paulo: Paulus, 2018, p.77-85.

DORNELAS, Sidnei Marco; NASSER, Ana Cristina. Arantes. *Pastoral do Migrante: relações e Mediações*. São Paulo: Centro de Estudos Migratórios/Loyola, 2008.

FRANCISCO, PAPA. *Evangelii Gaudium*, Disponível em:
https://m.vatican.va/content/dam/francesco/pdf/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20131124_evangelii-gaudium_po.pdf, Acesso em: 26/06/2018.

JOÃO PAULO II, PAPA. *Redemptoris Missio*. Disponível em:
http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_07121990_redemptoris-missio.html, Acesso em: 26/06/2018.

SAYAD, Abdelmalek. *A Imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: EDUSP, 1998.

HOMILIA PARA A MISSA NA QUAL INICIA A MISSÃO DE DOM SILVIO GUTERRES DUTRA COMO BISPO DE VACARIA

*Pe. Ivanir Antonio Rampon**

Dom Silvio: Queridos irmãos no episcopado, queridos presbíteros da Diocese de Vacaria e visitantes, queridos religiosos e religiosas, seminaristas, irmãos e irmãs leigos. Neste processo de adaptação com a função de ser Bispo descobri coisas que exigem muito, mas também descobri coisas que aliviam os compromissos iniciais. E entre elas que eu não precisava fazer a homilia nem no dia da Ordenação e nem no dia da posse. Que eu poderia distribuir, dividir, esta tarefa nestes dias. Meu coração pensou com bastante pressa e, logo no início dos preparativos para esta Missa me lembrei de um padre, que tem feito parte da minha vida nos últimos tempos e, que me encantei com um trabalho que especificamente ele fez de conclusão de doutorado sobre uma grande figura, a maior figura episcopal do Brasil sem dúvida nenhuma, mas, sem exagero, um dos maiores bispos que o mundo conheceu, que é a figura de Dom Helder Camara. E confesso que reacendi meu encantamento de juventude lendo o livro que o nosso querido Pe. Ivanir Rampon escreveu. Há alguns anos estamos caminhando juntos na reflexão, no estudo, no aprofundamento e, eu não tive dúvida que, neste momento, seja muito importante para mim, para nós, para a nossa Igreja, partilhar um pouco desta experiência. Eu convidei, então e, com muita alegria acolho neste momento o Pe. Ivanir Rampon, que é da Diocese de Passo Fundo, que é professor do Itepa – Instituto de Teologia e Pastoral – que nós aqui da Província temos que valorizar muito, que é a nossa grande referência de formação aqui na região. Com muita alegria passo a palavra ao Pe. Ivanir e digo já muito obrigado!

* Presbítero da Arquidiocese de Passo Fundo, coordenador arquidiocesano de Pastoral e professor da Itepa Faculdades. É doutor em Teologia Espiritual pela Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma.

Meus irmãos e irmãs.

Nesta Santa Missa, acabamos de ouvir alguns textos admiráveis, escolhidos por Dom Silvío, para marcar o início de sua missão como Bispo de Vacaria. Os textos trazem mensagens especiais para esta Igreja Particular de Vacaria, bem como para todos nós que muito estimamos Dom Silvío.

O primeiro texto trata da vocação de Jeremias (Jr 1,4-8). Jeremias viveu em torno do ano 627 antes de Cristo. Ele foi chamado e consagrado por Javé, antes mesmo de ser formado no ventre de sua mãe, para uma grande, desafiante e complicada missão. A missão de ser profeta. Como sabemos, cabe ao profeta testemunhar, denunciar e anunciar. Sendo uma testemunha forte e fiel de Javé, o Deus libertador dos oprimidos, Jeremias deveria denunciar os abusos efetivados pelos reis, pelos ricos e pelos sacerdotes que usavam da religião para legitimar injustiças. Deveria arrancar e arrasar, demolir e destruir estruturas sociais injustas. Deveria construir e plantar um novo mundo. Jeremias não quis assumir a missão profética. Era perigosa. Ele previa que seria perseguido, caluniado, difamado, torturado. Ele disse: “há Senhor Javé, eu não, eu não sei falar, eu sou jovem...”. Mas Javé disse: “Não diga não; não diga que és jovem. Deves ir para aqueles a quem eu mandar e falar o que eu ordenar”. Jeremias não deveria falar o que quisesse ou o que lhe garantisse segurança e aplausos, mas o que Javé quisesse que ele falasse. Javé prometeu, no entanto, que estaria com ele e o protegeria. Irmãos, Jeremias tentou várias vezes desvencilhar-se de Javé, mas não conseguiu: Javé o seduziu e ele se entregou completamente nos braços de seu Deus. De fato, como todos os verdadeiros profetas, Jeremias teve duas grandes paixões: foi um grande apaixonado por Javé, foi um grande apaixonado pelos pobres. Por estas paixões sofreu muito, mas foi fiel até o fim!

A segunda leitura que ouvimos é da Primeira Carta de São Pedro dirigida à várias comunidades cristãs (1Pd 5,1-4). Nesta

carta, o autor dá algumas dicas preciosas para nós presbíteros. Primeira dica: cuidem do rebanho de Deus que lhes foi confiado – reparem, irmãos e irmãs, que o rebanho é de Deus. O padre, o bispo, o diácono, os líderes das comunidades não são donos do povo, mas ministros, servidores. Por isso, a segunda dica: cuidem do rebanho não por causa do lucro sujo, mas com generosidade – ou seja, não devemos ter lucros às custas do povo, mas ao contrário, precisamos lutar em favor dos direitos e da vida do povo com toda a nossa generosidade. A terceira dica é que precisamos cuidar do povo como modelos para o rebanho, ou seja, que nossa pregação evangélica seja acompanhada de nosso testemunho de vida. E se assim agirmos, quando aparecer o supremo Pastor, receberemos a coroa da glória que não murcha, a glória eterna. Neste texto, portanto, os presbíteros (e os bispos) são desafiados a serem pastores comprometidos com a vida digna para todo o rebanho de Deus e, Jesus Cristo, é apresentado como o modelo máximo para a nossa missão presbiteral.

O texto do Evangelho que ouvimos, localiza-se logo após um momento um tanto vergonhoso em que os apóstolos foram protagonistas (Mt 20,25b-28). Eles andaram discutindo quem era o maior; dois deles havia usado a própria mãe para garantir privilégios, e; até sentiram raiva um do outro: um queria ser maior do que o outro dentro de uma lógica, na qual o maior deve ter privilégios e receber honras, glórias, dinheiro, oprimido os menores. Neste contexto, Jesus os chama para perto e diz: “você sabem: os governadores das nações têm poder sobre elas e os grandes têm autoridades sobre elas. Entre vocês não deverá ser assim: quem de vocês quiser ser grande, deve tornar-se o servidor de todos, e quem de vocês quiser ser o primeiro, deverá ser o servo de todos”. Jesus, meus irmãos, não aboliu o exercício do poder, mas mostrou-nos o verdadeiro significado: o poder é um serviço. E Jesus vai mais longe ainda: falando de si, disse que o poder é dar a vida e resgatar muitos.

Portanto, não se ocupe uma função para tirar a vida, mas para dar a própria vida pelas vidas. Servir é resgatar vidas que estão sofrendo, estão sendo escravizadas e maltratadas. E no mundo em que vivemos, muitas vidas estão gritando por libertação: precisamos resgatar muitas vidas humanas, mas também a vida da nossa Casa Comum, o planeta terra.

Dom Silvío. Neste dia em que o senhor assume a missão de Bispo de Vacaria, com muita humildade, ousamos lhe dar alguns conselhos. Aliás, não são apenas nossos, mas nos vêm da Palavra de Deus, do Magistério da Igreja e do nosso querido e amado Papa Francisco. Os conselhos podem ser resumidos em três palavras: seja profeta, cuidador e servidor.

1) A exemplo de Jeremias, seja profeta. E o profeta têm dupla paixão: por Javé e pelos pobres! Continue alimentando o seu amor a Deus através da oração, da leitura orante da Bíblia, das vigílias e da Santa Missa. Continue sendo um defensor das causas do povo! Não é porque és bispo que deves deixar de lutar. Muito pelo contrário; agora é tempo de intensificar porque és ainda mais um modelo: nós, o povo de Deus precisamos de bispos que sejam modelo e inspiração para buscarmos aquilo que o Papa Francisco disse no encontro com os Movimentos Populares: “Terra para todos, Pão para todos, Dignidade que o trabalho dá para todos”. Dom Silvío, estejas mergulhado em Deus e estejas do lado dos pobres, denunciando as injustiças, anunciando um mundo fraterno e testemunhando a fé no Deus da Vida! Não estarás sozinho! Muitos estaremos contigo. E Javé-Deus estará contigo para te proteger!

2) Segunda palavra – cuidador: cuide do rebanho de Deus que está aqui nesta Igreja particular de Vacaria. Cuide dos padres para que possam ajudar as comunidades a viverem o Evangelho e celebrarem os Sacramentos. Cuide dos seminaristas para que desde já vivam e busquem serem servidores do povo. Cuide da vida religiosa para que esta continue espalhando a paz

e o bem nas cidades e nos campos de cima da serra. Cuide do laicato, das pastorais, dos serviços e dos movimentos eclesiais desta Igreja para que vivam em sintonia com as Diretrizes da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil. Cuide e zele para que haja mais vocações de apóstolos leigos e leigas, de sacerdotes, de religiosos e religiosas, pois estas são necessárias para o bem da Igreja e de toda a humanidade. Cuide de todo o povo que lhe está sendo confiado: ame as crianças, estimule as juventudes no seguimento a Jesus Cristo, ajude as famílias a viverem os laços do amor e da fidelidade, seja amigo dos idosos e solícito com os enfermos. Mas também, cuide de si. Lembre-se daquele ensinamento helderiano que várias vezes refletimos no nosso grupo de Espiritualidade e Estudos Re-Vivendo Dom Helder Camara: Dom Helder fazia muitas atividades durante o dia, e ao entardecer estava quebrado. Quebrado de tanto se dar. Esquartejado de tanto fazer o bem às pessoas. Ficava um pedaço aqui e outro ali. Sem perder a serenidade e a paz, tentava recompor a unidade antes de dormir ou durante vigília e a Santa Missa. Buscava sempre reencontrar a Trindade e, especialmente a unidade com Jesus Cristo. Buscava recompor-se para doações ainda maiores. Dom Silvio cuide de si, mergulhe na Trindade Santa, une-se misticamente a Cristo para doar-se com largueza e generosidade maiores.

3) A última palavra: servidor. Recordo neste momento de seu pronunciamento, durante a Ordenação Episcopal, em Charqueadas. O senhor disse, brincando, que ao ler certas coisas que o Papa Francisco escreveu no documento sobre a Santidade, achava que o Papa estava ficando louco. E que no dia 30 de abril, quando recebeste a notícia de que serias bispo não tinha mais dúvida: o papa está louco mesmo. Sim, o Papa Francisco é louco! Ele possui aquilo que São Paulo dizia: a loucura da cruz! Dom Silvio, no seu pronunciamento, o senhor também dizia que para a sua nomeação houve uma grande combinação entre o Papa Francisco, Nossa Senhora e Deus...

Que complot maravilhoso! Cada membro deste complot é uma fonte de espiritualidade para o senhor: o Papa Francisco é exemplo de servidor. Inspira-se no Papa Francisco para servir, resgatar vidas humanas e resgatar a vida da nossa casa comum. Inspira-se em Nossa Senhora, aqui venerada como Nossa Senhora da Oliveira. Os antepassados contaram que a Imagem de Nossa Senhora da Oliveira não quis sair daqui; levada embora, ela voltou e quis ficar no meio do seu povo. Foi ereta então, uma capela e, depois, esta Catedral, que agora é também a sua sede. Que responsabilidade ser o bispo de um povo em que nossa Senhora da Oliveira quis estar no meio! Inspira-se em Charles de Foucauld, o Servo de Deus por quem tens admiração especial: ele também quis ficar no meio do povo como Jesus Cristo! Inspire-se em Dom Helder Camara: ele foi um dom de Deus para a Igreja, para o Brasil, para o mundo. E principalmente, inspire-se em Jesus Cristo: Ele soube acolher os anseios do Pai Celeste no meio do povo e trabalhou em equipe em prol do Reinado de Deus. No mais, Deus estará contigo e te protegerá! Confie Nele. Ele é fiel!

Caros Dom Irineu e Dom Orlando, Bispos Eméritos de Vacaria, estimado clero desta Igreja, comunidades desta Diocese: hoje vocês estão recebendo um bispo que possui uma profunda espiritualidade, que cultiva a sua mística, que é profeta, que tem zelo pastoral e que, *por causa do Evangelho de Jesus Cristo*, veio para servir. Acolham Dom Silvío com alegria! Amem, ajudem, colaborem e rezem pelo novo Pastor. E contentes, agradeçam a Deus por vos ter dado este maravilhoso presente, este estimado dom que é Dom Silvío Guterres Dutra.

Louvado seja Nosso Senhor Jesus Cristo!

